

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Berta Gonçalves Moraes

**RURALISMO E FAMÍLIA EM VINHAIS: ESTUDO DE CASO
SOBRE A PARÓQUIA DE SANTALHA (1886-1909)**

**Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à
Faculdade de Letras da Universidade do Porto**

PORTO

2003

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
CAPÍTULO 1	5
CAMPO TEÓRICO, FONTES E METODOLOGIA	5
A tradição sociológica	5
A ruptura com a tradição sociológica	8
Os padrões demográficos da Europa Ocidental	8
Os “modelos de família” da Europa Ocidental, segundo a tipologia do grupo de Cambridge	11
Industrialização e transformações da família	15
Economia familiar e estrutura familiar no mundo rural	17
Fontes e metodologia	23
CAPÍTULO 2	28
O CONCELHO DE VINHAIS: Geografia, Economia e Evolução Demográfica	28
Geografia e economia	28
Evolução demográfica (1864 – 1920)	36
Evolução demográfica da freguesia de Santalha (1864 – 1920)	46
CAPÍTULO 3	53
A PARÓQUIA DE SANTALHA: Estrutura dos Agregados Domésticos (1886, 1896 e 1909)	53
A dimensão dos agregados domésticos	54
Estrutura dos agregados	57
Composição dos agregados	61
Ciclo de vida familiar e dinâmica do grupo doméstico	75
CAPÍTULO IV	82

FAMÍLIA E CONDIÇÃO SOCIAL	82
Ocupação e estrutura do agregado doméstico	82
<i>CAPÍTULO V</i>	<i>100</i>
CASAMENTO E CONDIÇÃO SOCIAL	100
<i>CONCLUSÕES</i>	<i>107</i>
<i>ANEXOS</i>	<i>110</i>
<i>FONTES E BIBLIOGRAFIA</i>	<i>122</i>

APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem como principal objectivo a análise de estruturas familiares em meio rural. Privilegiamos o grupo doméstico co-residente, cujos elementos constitutivos estão unidos por laços de parentesco (sangue e afinidade), funcionais (a casa é uma unidade de trabalho e consumo) e espaciais (co-residência). Os estudos sobre as estruturas familiares têm conhecido recentemente um desenvolvimento assinalável, contribuindo decisivamente para mostrar a multiplicidade de experiências familiares no passado. Os estudos de ciências sociais diversas mostram a variedade de formas familiares nas sociedades humanas, abarcando problemáticas diversas: dimensão e composição do agregado familiar, formação da família, integração da família na sociedade, sistemas de transmissão do património familiar, as relações entre as gerações, o papel das políticas familiares – eis uma longa lista de temas que enriquecem, valorizam e actualizam o estágio actual de conhecimentos.

A família assume importância crucial na vida dos indivíduos, de facto, é no seio das famílias que os acontecimentos individuais adquirem significado: o nascer, o crescer, a sexualidade, a procriação, o envelhecer, o morrer.

A investigação que desenvolvemos centrou-se essencialmente na análise de estruturas familiares numa paróquia transmontana. O universo populacional analisado é constituído pelos habitantes da paróquia de Santalha, que em 1886 – segundo o Rol de Confessados –, correspondiam a 459 pessoas, distribuídas pelas quatro aldeias que integram a freguesia. Trata-se efectivamente de uma análise microcósmica, já que o seu alcance é sobretudo local, e embora numa perspectiva diacrónica, 1886, 1896 e 1909, analisámos um pequeno período de tempo.

É certo que poderíamos tentar alargar a amostra ao espaço territorial do concelho, não o fizemos por razões que se prendem essencialmente com a não existência de fontes. Ponderando os diversos factores entre os quais

sobressaem a existência de fontes, decidimo-nos pela paróquia de Santalha, por ser aquela onde existem fontes e por estas se apresentarem em bom estado de conservação. Procuramos compreender qual o modelo de estrutura familiar predominante e suas variações.

Se num primeiro momento procedemos à caracterização demográfica e económica do concelho, embora de uma forma sucinta, tal decisão prende-se essencialmente com razões de ordem metodológica, parece-nos essencial situar num contexto mais amplo, o estudo das famílias da paróquia de Santalha, objecto central deste trabalho.

CAPÍTULO 1

CAMPO TEÓRICO, FONTES E METODOLOGIA

A tradição sociológica

As investigações sobre as estruturas da família têm-se multiplicado em diversas ciências sociais, com particular incidência no último quartel do séc. XX.

A produção bibliográfica é significativa, estudando vários aspectos referentes a família: dimensão, estrutura e composição do grupo doméstico, formação da família, integração da família na comunidade, relações da família com o mundo do trabalho, transformações na família.

Até meados do século XIX, a perspectiva evolucionista inerente à sociologia, da autoria de Durkheim, influenciou os estudos sobre a família. Na linha desta visão a família contemporânea era o resultado de uma longa evolução, “desde o vasto e complexo agrupamento primitivo até à família nuclear reduzida das sociedades industriais¹”. A análise durkheiminiana, incide no evolucionismo familiar, descrevendo na sua obra, “La Famille Conjugale”, redigida em 1892 e publicada em 1921, as várias fases evolutivas que terá conhecido a família: “Durkheim estima ter havido uma “contração da família”, que em termos históricos passou de um “clã exogâmico amorfo” para o “clã diferenciado” e para a família diferenciada e seguidamente, para a família indivisa de agnatos do tipo zadruga. Uma outra série de etapas é marcada pela passagem da família “patriarcal” do tipo da família romana, na qual o poder do

¹ PEREIRA, Gaspar Martins - *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)*, Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 17.

pai é absoluto, à família “paterna” do tipo germânico, que reconhece tanto a linha paterna como a linha materna. A contracção da família é correlativa da “extensão do meio social”, da aldeia à cidade, da cidade ao Estado; manifesta-se pelo “enfraquecimento progressivo do comunismo familiar”, pelo que as coisas possuídas em comum, que constituíam um cimento familiar, vão pouco a pouco sendo apropriadas individualmente. Família e comunidade são colocadas numa relação de antinomia²

A família nuclear constituída por marido e mulher com os seus eventuais filhos seria característica das sociedades urbanas pós-industriais.

Os estudos da sociologia francesa em que sobressaem os trabalhos de Frédéric Le Play reforçam a ideia da família nuclear ou conjugal como sendo característica das sociedades industriais.

Os estudos de Frédéric Le Play, datam da segunda metade do século XIX, e descreve três tipos de família:

- “a família patriarcal” típica das sociedades nómadas e de pastores, neste tipo de família todos os filhos se casam e permanecem na casa paterna;
- “a família estirpe”, ou “famille souche”, característica das sociedades camponesas europeias. Neste tipo de família apenas um filho tinha direito à herança e ao casamento, podendo os outros filhos manter-se na casa paterna na condição de solteiros. Este tipo de família constituía um grupo doméstico que reunia, sobre o mesmo tecto, três gerações: os progenitores; o herdeiro e a sua mulher; e os filhos destes, aos quais podiam juntarem-se, os irmãos do herdeiro que ficaram solteiros. Este tipo de família contribuía decisivamente para a grande extensão da unidade doméstica;
- “a família instável” característica das sociedades urbanas e industriais, que abandona os filhos a partir do momento que se tornam auto-suficientes.

² SEGALEN, Martine - *Sociologia da Família*, trad. port., Lisboa: Terramar, 1999, p. 26. 27.

Le Play opunha a “família instável”, característica das sociedades industriais e urbanas, à “família troncal” – “famille souche” – característica da sociedade europeia pré-industrial.

O modelo de Le Play contribuiu para a teoria da “desorganização familiar” e teve grande sucesso na sociologia Ocidental.

Na sociologia americana destaca-se, “o modelo da “desorganização social” da Chicago School of Sociology, sendo de especial interesse os estudos de Talcott Parsons, que apontavam para a existência de uma correlação entre a família conjugal e industrialização, sendo esta responsável pela fragmentação da família.

Esta corrente, funcionalista, teve grande influência nos estudos da família, até meados do séc. XX.

Segundo Talcott Parsons a industrialização provocou mutações irreversíveis na família, reduzindo-a a uma célula conjugal, constituída pelo casal e pelos filhos. A rede de parentesco tornou-se mais frágil ou desapareceu. Inerente à fragmentação dos laços de parentesco, estava a mobilidade social, responsável pelo desenvolvimento económico. Além desta transformação – quebra da rede de parentesco – outras se verificaram, como por exemplo, a composição e dimensão do grupo doméstico, bem como, as funções da família, tornando-se, esta, um lugar de residência e consumo, partilhando com outras instituições as funções educativas e financeiras. Os papéis dos progenitores são distintos e específicos, ao pai cabia assegurar a subsistência da unidade doméstica, à mulher são destinadas, basicamente, tarefas domésticas no seio da família. Segundo a tese funcionalista de Parsons, a nuclearidade da família adequava-se às necessidades económicas da sociedade contemporânea.

Da tese de Parsons deduz-se a estabilidade da família tradicional, constituída por várias gerações extensa e complexa em oposição à família moderna, caracterizada pela racionalidade, mobilidade e individualismo.

A ruptura com a tradição sociológica

As investigações no âmbito da história social que, adquirem grande projecção, sobretudo a partir dos anos cinquenta do século XX, vão contribuir decisivamente para “romper” com a tradição sociológica, verificando-se também nesta área de estudos uma nova abordagem das realidades sociais, na qual, “os estudos sociológicos passarão a apostar numa nova forma de encarar os fenómenos sociais abandonando em grande medida, as leituras globais da evolução da humanidade, alertando-nos para os perigos de uma leitura determinista da realidade³”

Era opinião corrente entre os sociólogos que as famílias, no passado, eram geralmente de estrutura múltipla e tinham conhecido uma evolução linear, aquilo que Durkheim definia como um processo de “contração progressiva”, isto é, a família múltipla constituída por vários parentes, evoluiu até à família conjugal contemporânea. A linha divisória seria precisamente constituída pela industrialização, esta teria desempenhado um papel essencial, favorecendo o aparecimento da família conjugal nuclear no Ocidente capitalista e industrial.

A perspectiva histórica veio, precisamente, revelar a inadequação dos quadros conceptuais que a sociologia tinha proposto, por outro lado, veio demonstrar que a família não é uma realidade estática, mas antes uma instituição em contínua mutação, em que cada época caracteriza-se pela diversidade de formas de família.

Os padrões demográficos da Europa Ocidental

As investigações no âmbito da demografia histórica, sobretudo a partir de meados da década de 50 do século XX, abalaram a credibilidade de muitas

³ PEREIRA, cit. 1, p.19.

ideias comuns sobre a família da Europa pré-industrial, “prova-se definitivamente que o filho anual, decorrente de uma suposta fecundidade natural, era excepcional na Europa do Antigo Regime, apontando-se intervalos intergenésicos médios de dois anos ou mais. Por outro lado, o período fértil da mulher raramente ultrapassava 25 anos, sendo normalmente reduzido para 12-14, em virtude do casamento tardio, da mortalidade por parto ou da antecipação da menopausa, devido à falta de cuidados ginecológicos⁴”.

Fenómenos como, nascimentos e mortes provocavam uma forte instabilidade na família do Antigo Regime. J. Manuel Nazareth apresenta como principais características demográficas do Antigo Regime: “um crescimento moderado da população, por vezes com flutuações acentuadas devido aos elevados níveis de mortalidade existentes (uma esperança de vida à nascença que oscila entre os 30 e 40 anos, uma taxa bruta de mortalidade com valores que rondam os 40‰ e uma taxa de mortalidade infantil que varia entre 180‰ e 260‰)⁵”. A alta taxa de fecundidade era acompanhada por uma alta taxa de mortalidade, “com uma matemática biológica dramática, pode dizer-se que cada família (ou melhor cada mulher) fazia o dobro dos filhos que efectivamente sobreviviam, ou que para cada filho que atingia a idade adulta, havia pelo menos outro que o não conseguia⁶”.

Existia um equilíbrio entre natalidade e mortalidade, daí que, o crescimento da população tenha sido moderado, contudo seria redutor, restringir o crescimento da população a este factor.

Na senda dos historiadores da economia o crescimento moderado da população, explicar-se-á através de uma correlação estreita entre populações e subsistências. A falta de subsistências provocaria crises graves na população, o que contribuíria para o aumento da taxa de mortalidade. O crescimento moderado da população na Europa pré-industrial, era o resultado de um equilíbrio entre fecundidade e mortalidade elevadas.

⁴ PEREIRA, cit. 1, p. 21.

⁵ NAZARETH, J. Manuel - *A Nupcialidade da População Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX*, in *Estudos de História de Portugal (Homenagem a A. H. de Oliveira Marques)*, Vol. II, Lisboa, Estampa, 1983, p. 395.

⁶ SARACENO, Chiara - *Sociologia da Família*, ed. port., Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 123.

O aperfeiçoamento dos estudos franceses sobre a população dos séculos XVII e XVIII permitiu a elaboração de um modelo explicativo sobre o equilíbrio demográfico da Europa pré-industrial, segundo estes autores, após uma crise de mortalidade, segue-se um período de estabilidade, em que são repostos os efectivos populacionais. Jacques Dupâquier apontou a nupcialidade como a variável explicativa da demografia do Antigo Regime. Segundo este autor as condições económicas condicionavam a idade do casamento, contribuindo também para uma elevada taxa de celibatários.

A História Económica e Social privilegia as transformações económicas provocadas sobretudo pela revolução industrial e que provocaram mutações demográficas, reflectindo-se estas no aumento da população, estabelecendo relações entre as transformações económicas – “revolução agrícola” e a “revolução industrial” – e as transformações demográficas, que provocaram um crescimento demográfico espectacular. É sobretudo a partir do século XVIII que a população aumenta de maneira muito rápida, embora este crescimento não se tenha verificado em simultâneo na globalidade dos países, tem-se por isso dado especial ênfase ao modelo explicativo: “a transição demográfica”, “insistindo-se na passagem gradual do equilíbrio demográfico da Europa do Antigo Regime para o equilíbrio demográfico do nosso tempo, compreendendo essa transição diversas fases entre meados do século XVIII à actualidade, tendo-se abandonado progressivamente a ideia de uma evolução linear e uniforme”⁷. Em muitos países da Europa Ocidental verificaram-se no fim do século XVIII e início do século XIX um conjunto de factores favoráveis às populações: melhoria na alimentação, melhoramentos das condições de higiene e de saúde e uma subida da fecundidade, verificando-se, progressivamente, uma diminuição da taxa de mortalidade, em especial a mortalidade infantil. Estes fenómenos tiveram uma evolução diferente consoante os países, sendo a França a primeira a reduzir a fecundidade, através de métodos contraceptivos generalizados nos finais do século XVIII.

O modelo de “transição demográfica” não foi nem linear nem uniforme, apresentando diferenças significativas de intensidade e da própria evolução

⁷ PEREIRA, cit. 1, p. 24.

dos fenómenos demográficos, consoante os países e os contextos sócio-económicos. Certos autores têm destacado uma relação estreita entre o modelo de “transição demográfica” e a industrialização, sendo o primeiro contemporâneo da industrialização, e que se caracterizou pela passagem de altas taxas de mortalidade e fecundidade, próprias das sociedades pré-industriais, à situação actual caracterizada por uma baixa mortalidade, mas também por uma baixa fecundidade.

Os “modelos de família” da Europa Ocidental, segundo a tipologia do grupo de Cambridge

Os estudos do “Cambridge Group for the History of Population and Social Structure”, fundado em meados de década de 60 do século XX, dirigido por Peter Laslett e E. A. Wrigley, vão contribuir para a autonomização da História da Família. Através da análise de diversas provas Laslett concluiu que, pelo menos na Inglaterra, a generalidade dos agregados domésticos nunca tinham sido de grandes dimensões nem complexos. Em 1969, Peter Laslett e os seus colaboradores convocaram um encontro em Cambridge – “Colóquio Internacional sobre a Casa e a Família” – a fim de serem analisados e discutidos dados referentes à família concernentes a outros períodos e países.

No artigo que apresentou, Laslett, demonstrou:

- a família nuclear nunca tinha sido, independentemente da época histórica, predominante na Europa Ocidental, não existindo qualquer correlação entre industrialização e nuclearização, a dimensão do grupo doméstico, devia-se essencialmente à inclusão de criados.

Dos dados referentes a outras regiões – apresentados na conferência – Laslett concluiu, que a “família estirpe” nunca tinha sido predominante na Europa Ocidental, contrariamente ao que afirmava Le Play. As conclusões de Laslett acerca da composição dos fogos nas 100 comunidades inglesas, vieram

a ser confirmadas para outras regiões da Europa Ocidental, contudo esta constatação/conclusão, não se generalizava a outras regiões da Europa, onde surgiam percentagens elevadas de agregados complexos, isto é, noutras regiões da Europa (Centro e Sul da França, Itália, Península Ibérica), o modelo familiar predominante não se enquadrava no protótipo familiar definido por Laslett.

Os factores explicativos desta diversidade de formas de família podem ser múltiplos: económicos, ligados à possibilidade de estabelecimento de um jovem casal; demográficos, a esperança de vida dos pais pode permitir a coexistência de duas gerações no mesmo fogo.

Em 1977, Laslett definia o modelo de família da Europa Ocidental através da combinação de quatro características:

- a família conjugal, era o tipo de família predominante na Europa Ocidental;
- idade tardia na maternidade, resultante da alta idade média no casamento;
- a diferença de idades entre os cônjuges era mínima, verificando-se muitos casos em que a mulher é mais velha;
- presença de criados nos agregados fazendo parte da família para a qual trabalham.

Em 1983, o Grupo de Cambridge publicava sob a direcção de Richard Wall, em colaboração com Jean Robin e Peter Laslett, um novo conjunto de trabalhos - *Family Forms in Historic Europe* -, tratava-se do aperfeiçoamento e desenvolvimento de novos modelos explicativos, procurando articular a diversidade dos grupos domésticos com o contexto económico e social, dando especial relevo à correlação existente entre os sistemas de trabalho e padrões de herança sobre a estrutura dos agregados.

O artigo de Peter Laslett⁸ definia quatro áreas na Europa pré-industrial, com variações acentuadas, no que concerne à estrutura dos agregados, utilizando como critérios, as relações de parentesco e de trabalho: "Oeste e

⁸ LASLETT, Peter - *Family and household as work group and kin group: areas of traditional Europe compared*, in WALL, Richard (ed.), *Family Forms in Historic Europe*, Cambridge, 1983, p. 513-563.

Noroeste”, “Média ou Central”, “Mediterrânica” e “Leste”, que se caracterizam por um conjunto de critérios distintos de área para área. Na definição destas áreas, além de critérios demográficos e de critérios de composição de parentesco dos grupos domésticos, propunha também critérios de formação dos grupos e de organização de trabalho e de assistência.

De acordo com a proposta de Laslett, na zona do “Oeste e Noroeste” predominava o casamento tardio, aproximando-se a idade dos esposos, o neolocalismo tendia a ser o modelo de residência dominante, o agregado familiar mais característico era a família nuclear simples, existindo igualmente proporções elevadas de fogos chefiados por mulheres solteiras, de fogos isolados e sem estrutura conjugal.

Na zona “Leste” era raro o modelo de residência neolocal, o lar formava-se a partir da cisão de grupos já existentes, baixa idade média no casamento, frequência de parentes co-residentes, predominavam os fogos multigeracionais, múltiplos e frerèches.

Na zona “Mediterrânica” verificavam-se diferenças assinaláveis na idade dos esposos, casamento tardio do homem em contraste com o casamento precoce da mulher. Os fogos multigeracionais e múltiplos eram os predominantes. O celibato e o recasamento de viúvos eram raros.

Na zona “Central” predominavam as famílias troncais. Neste tipo de família, apenas um filho casado, herda o património e vive com os pais, assumindo mais tarde ou mais cedo a chefia do lar. Todos os outros filhos são excluídos da herança, não obstante, podem manter-se na casa dos pais, mas na condição de celibatários. Os filhos excluídos não têm muitas alternativas: ou permanecem na casa dos pais na condição de celibatários, vendo-se assim privados do processo de reprodução biológica e social, ou então seguem o destino da emigração.

Estas características são apontadas, por Laslett, como um conjunto de tendências, e não devem ser encaradas como modelos definitivos.

Inserido na obra –“Family Forms in Historic Europe⁹”– John Hajnal escreve um artigo sobre o modelo de formação dos agregados domésticos, apurava o conceito de “life cycle servant”, típico da Europa pré-industrial do Noroeste, verificando-se uma correlação estreita entre este conceito, casamento tardio e família conjugal, em contraste com a Europa de Leste, onde se verificava a ausência deste ciclo, a predominância do casamento precoce e uma maior tendência da família múltipla.

John Hajnal, refere como principais as seguintes regras de formação do lar:

1. Regras de formação comuns aos sistemas de família simples do Noroeste:
 - a) Casamento tardio para os dois sexos (considerando idades médias ao primeiro casamento superiores a 26 anos para os homens e superiores a 23 anos para as mulheres).
 - b) Após o casamento o casal vive no seu próprio lar (o marido é o cabeça de casal).
 - c) Os jovens circulam frequentemente entre os agregados domésticos, como criados, antes do casamento.

2. Regras de formação comuns aos sistemas de agregados múltiplos:
 - a) Casamento mais precoce dos homens e ainda mais das mulheres (as idades médias ao primeiro casamento situam-se abaixo dos 26 anos para os homens e abaixo de 21 anos para as mulheres).
 - b) Um jovem casal inicia frequentemente a sua vida num agregado dirigido por um casal mais velho (geralmente a casa de origem do jovem marido).

⁹ HAJNAL, John - *Two kinds of pre-industrial household formation system*, in WALL, Richard (ed.), *Family Forms in Historic Europe*, Cambridge, 1972, p. 65-104.

-
- c) Agregados com vários casais podem dividir-se para formar dois ou mais fogos, cada um deles pode conter um ou mais casais¹⁰.

O modelo de formação da família do Noroeste europeu, da autoria de Hajnal, implica a relação casamento-estabelecimento do jovem casal, pressupõe, necessariamente, a existência de recursos. Estes recursos podiam ter sido conseguidos através da prestação de serviços, ou seja, o jovem teria servido como criado no período pré-nupcial, ou então teria sucedido muito naturalmente, aos pais na chefia do lar, após a morte dos progenitores.

O paradigma proposto por Hajnal revela algumas limitações e reduz a dois modelos antagónicos a formação do lar, excluindo outras modalidades, como é o caso das famílias troncais, além de outras limitações concretamente referidas por Gaspar Martins Pereira: "concebido para a análise de populações rurais, o modelo de Hajnal, tendo em consideração a mobilidade dos jovens como criados no mercado local de trabalho, não integra as deslocações a grande distância, que, mesmo na Europa do Antigo Regime, sabemos terem sempre sucedido em maior ou menor grau. Por outro lado, colocando-se numa perspectiva de comparação entre vastas regiões do globo, despreza as diferenças sociais no interior das mesmas áreas geográficas¹¹".

Industrialização e transformações da família

A produção bibliográfica sobre os estudos da história da família, sobretudo a partir da década de 60 do século XX, contribuiu, decisivamente, para abalar as relações entre industrialização/urbanização e os modos de formação e organização da família. Efectivamente, já vimos, como na Europa pré-industrial, predominava a família nuclear simples, "para Laslett a "perdurância" prolongada e a distribuição generalizada de um sistema de

¹⁰ HAJNAL, cit. 9, p. 69.

¹¹ PEREIRA, cit. 1, p. 32.

família nuclear é uma das características chave do sistema familiar Ocidental¹².

Embora, a família nuclear simples fosse predominante na Europa pré-industrial, também é certo que, a revolução Industrial na Europa influenciou directa ou indirectamente a organização familiar, "de facto, diferentes modelos de industrialização e de mudança social parecem ter suscitado diferentes estratégias de adaptação/reacção das famílias de acordo com um conjunto complexo de factores, desde a organização económica e jurídica à estrutura social, passando pelos padrões culturais (religião, práticas educativas, costumes, etc.) e pela estrutura e comportamentos demográficos¹³".

Nesta linha de pensamento, as transformações provocadas pela industrialização na família são relativas, o impacto da industrialização como novo modo de produção e de divisão do trabalho não foi homogéneo quanto à época e modos em todos os sectores produtivos, nem com as mesmas consequências para a divisão do trabalho da unidade produtiva familiar.

Goody no estudo comparativo que efectuou, analisou as transformações das estruturas familiares envolvidas no processo de industrialização, evidenciou a adaptação da família às novas circunstâncias, manifestando-se como uma protagonista da industrialização, ressaltando contudo as grandes variações, tanto a nível social, como de estrato social. Perspectiva diferente é fornecida por Stone, que vê no quadro ideológico (pensamento religioso, filosófico e político) o principal responsável pelas transformações operadas na família. A obra de Flandrin, sublinha a importância do Iluminismo, que de uma maneira directa ou indirecta provocou transformações na família.

Shorter põe a ênfase nas transformações económicas, segundo este autor, a transformação da família constituía um reflexo da substituição de uma economia tradicional por uma economia de mercado. Esta nova economia abriu as comunidades a um mercado mais vasto e a outras influências sociais e

¹² ANDERSON, Michael - *Elementos para a História da Família Ocidental, 1500-1914*, ed. port., Lisboa, Quercus, 1984, p. 32.

¹³ PEREIRA, cit. 1, p. 32.

expôs o consumo e as actividades profissionais a um regime competitivo, caracterizado pela livre concorrência e liberdade de mercado¹⁴.

Economia familiar e estrutura familiar no mundo rural

Durante muitos séculos, a família desempenhou várias funções, podendo ser considerada como uma verdadeira empresa: produtiva, financeira e educativa.

A função produtiva da família, era particularmente visível nas famílias de camponeses, mas também evidente nas famílias da burguesia e da aristocracia.

Diversos estudos têm salientado uma perspectiva antagónica que opõem a família como empresa produtiva e de consumo à família como “unidade de consumo”. À família como empresa produtiva corresponderia um modelo de economia familiar em que a casa era lugar de residência e de trabalho, em que todos os membros do agregado participavam activamente nas diversas tarefas. A família de “economia salarial”, dependia do salário dos seus membros que laboravam fora de casa.

A mudança de uma economia familiar do tipo produtiva para uma “economia salarial”, ter-se-ia verificado após a industrialização, sobretudo no decorrer do séc. XIX.

A oposição entre estes dois modelos, foi estudada, entre outros, por Louise A. Tilly e Joan W. Scott¹⁵, procurando compreender a evolução do trabalho feminino e das diferentes estratégias familiares resultantes das transformações económico-sociais, provocadas pela industrialização. Como referem estes autores a industrialização é um fenómeno complexo, que provoca mutações ao nível do trabalho e da produção, como processos de urbanização, fenómenos demográficos de grandes dimensões, como é o caso

¹⁴ SHORTER, Edward - *Naissance de la Famille Moderne, XVIII.^e - XX.^e siècles*, ed. francesa, Paris, Éd. Du Seuil. 1977, p. 259.

¹⁵ TILLY, Louise A., e SCOTT, Joan W. - *Les femmes, le travail et la famille*, trad. francesa, Paris, 1987

das migrações do campo para a cidade, com consequências sobre a estrutura da população. As transformações da família camponesa na sequência da industrialização, processaram-se paulatinamente, no início não é tanto a família camponesa que se transforma, mas são sobretudo alguns estratos sociais que abandonam os campos para irem morar nas cidades. Os que permaneceram nos campos continuaram durante muito tempo a manter o seu modo de vida, com o mesmo sistema de organização do trabalho, embora por vezes se verifique um sistema de economia mista. Assim, as transformações, pelo menos no início, sentem-se sobretudo ao nível da composição social da sociedade e a sua distribuição entre cidade e campo.

Não obstante, a sua importância neste domínio, os autores evidenciam alguns limites dos modelos definidos, nomeadamente a não correspondência directa à realidade, e ainda a coexistência dos dois modelos em muitas sociedades.

Num estudo mais recente, Richard Wall, procurou adaptar o modelo às sociedades em que coexistem economia familiar com trabalho assalariado, sugerindo a utilização do conceito "economia familiar adaptativa".

A obra de Wall põe a ênfase na análise da diversidade social dos modelos, utilizando como critérios os grupos sócio-profissionais e o ciclo de vida.

A estrutura e a dimensão da família dependiam em parte dos recursos que possuíam ou que eventualmente podiam vir a possuir: património fundiário, modelos de herança, recursos legais e culturais.

Demógrafos e Historiadores, sobretudo a partir dos trabalhos do grupo de Cambridge, apoiados em numerosas investigações, avançaram diversas críticas, relativamente à opinião, até então dominante entre os sociólogos, segundo a qual, no passado, as famílias eram geralmente de estrutura múltipla, e teriam conhecido aquilo que Durkheim (1888) definia como um processo de "contracção progressiva", isto é, no passado, a família caracterizava-se essencialmente pela inclusão de vários parentes, até à família conjugal moderna.

A linha divisória, seria precisamente constituída pela Revolução Industrial.

As investigações do grupo de Cambridge, publicadas em 1972, demonstraram que diversos séculos antes da industrialização, (provavelmente por volta de meados do séc. XV), a estrutura nuclear, era o modelo de estrutura familiar predominante em vários países da Europa do Norte, em especial na Inglaterra.

Na sequência do debate, provocado pelo grupo de Cambridge, outros estudos foram efectuados e avançadas novas interpretações, Kertzer e Brettel (1987), demonstraram que na Europa Meridional, não existe, predominantemente, um único modelo de estrutura familiar.

Como consequência, das diversas investigações, a família europeia apresenta-se diversificada nas estruturas, tanto no passado como no presente, marcada por acontecimentos diversos e destinos opostos: campo, cidade, grupos sociais, modelos de herança, acesso ao mercado de trabalho, modelos de casamento. São variáveis que influenciam a estrutura da família.

No que concerne à França, Goubert e Flandrin associaram a herança à estrutura familiar, no Sul predominavam os agregados múltiplos associados ao sistema de não partilhas, e unidades conjugais no Norte onde predominava o sistema de partilhas. Flandrin coloca também a hipótese de que as leis pós 1804, que reforçavam as práticas das partilhas no campesinato, tivessem introduzido uma quebra nos agregados de estrutura complexa no Sul, embora no mesmo século, o Sul continuasse a ter uma grande proporção de famílias não nucleares.

Berkner no século XVIII, evidenciou a predominância dos agregados múltiplos, nos campos do Sul da Áustria, onde este tipo de agregado se manteve predominante até ao séc. XX.

Em pequenas comunidades camponesas, relativamente isoladas do mundo exterior, marginais em termos geográficos, em que a sobrevivência dependia sobretudo daquilo que se herdava, era de suma importância, o momento em que se herdava e aquilo que se herdava.

Segundo Goody, "o elo entre estratificação e economia reside no sistema de herança que organiza a transmissão da propriedade de uma geração para a outra, pós-morte, na altura do casamento, ou em outro momento do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico"¹⁶

Os modelos de herança, caracterizam-se pela diversidade, sofrem mutações temporais causadas pelas estruturas jurídico-legais, não são homogêneos, nem unívocos, "a diversidade dos sistemas de devolução dos bens na Europa Agrária inserem-se num contínuo que vai de um pólo estritamente inigualitário a um pólo igualitário, com tipos intermédios que se articulam com muitas características demográficas, económicas, sociais, culturais

O sistema inigualitário que designa um só herdeiro é, à primeira vista, o mais coerente, pois concilia harmoniosamente a necessidade de transmitir um bem entre as gerações e a de manter o património familiar intacto, a fim de assegurar a viabilidade das explorações (...).

Como oposto deste pólo inigualitário, temos outro modelo, o da família bretã, que encarna o pólo igualitário na sua pureza (...) é posta em prática uma regra igualitária entre todos os filhos, tanto rapazes como raparigas.

Aparentemente, tal regra deveria conduzir à não viabilidade das explorações, mas numa região dominada pelo arrendamento, a regra igualitária afecta apenas os bens móveis. Quando os camponeses se tornam proprietários, tentarão conciliar dois princípios aparentemente contraditórios: a necessidade de manter a exploração com uma dimensão que assegure a sua viabilidade económica e a preocupação de não prejudicar nenhum dos filhos.

Entre o modelo da família dos Pirinéus, profundamente inigualitário e o modelo da família bretã, essencialmente igualitário, há lugar para toda uma gama de situações intermédias que combinam de forma diversa o recurso a estes dois princípios¹⁷.

Na família camponesa, existe uma relação muito directa entre estrutura, dimensão da família, ciclo de vida e recursos.

¹⁶ GOODY, Jack - *Production and reproduction: A comparative study of the domestic domain*, Cambridge, Cambridge University Press, 1976, p. 65

¹⁷ SEGALÉN, cit. 2, p. 90-93.

A família camponesa, quer seja possidente de bens fundiários ou não, tem como finalidade a procura de um equilíbrio entre força de trabalho disponível, necessidades produtivas e bocas para alimentar, daí que implemente estratégias para a consecução de tal objectivo “demasiados filhos constituíam uma ameaça para a subsistência diária. Em alguns lugares conseguiu-se, solucionar este problema por meio de uma ou várias respostas estratégicas (...), podia-se adquirir mais recursos produtivos à medida que os filhos iam crescendo, (...) podia-se expandir actividades não-agrícolas e dedicar mais esforço à produção artesanal doméstica (mas isto nem sempre era possível), era possível limitar as dimensões da família através do casamento com mulheres mais velhas¹⁸”.

Um outro fenómeno implementado pelas famílias camponesas, a fim de superar as dificuldades económicas e que de uma forma directa provocava mutações no agregado doméstico era constituído pelos fenómenos migratórios.

Estes envolviam sobretudo as famílias camponesas (excluídas as possidentes): os filhos menores eram geralmente mandados a servir para casa de outras famílias camponesas. Em alguns casos, mormente nas zonas de montanha, onde a agricultura era a actividade predominante, mas pouco produtiva e o período de inactividade muito longo, emigravam também os adultos, geralmente homens.

Estes fenómenos migratórios, envolviam primeiro os filhos e filhas excedentes, mas verificou-se também a mobilidade forçada de toda a família, particularmente frequente entre os camponeses não detentores de terras.

O momento e o destino da migração, na maior parte dos casos, terão sido decididos pela família, que em momentos de provação, decidem mandar os jovens, de ambos os sexos, servir noutras casas e noutros lugares, para enviarem os excedentes, do que ganhavam para ajudarem a sustentar a família.

Em suma, a actividade económica da família e a fase do ciclo de vida moldam paulatinamente a sua dimensão, estrutura e relações, na medida em

¹⁸ ANDERSON, cit. 12, p. 71

que estruturam os seus componentes e deveres, de modo não aleatório, mas nem por isso homogéneo.

Fontes e metodologia

A análise das estruturas familiares aqui apresentada é essencialmente feita, com base nos Róis de Confessados referentes aos anos de 1886, 1896 e 1909.

Existem no Registo Paroquial de Santalha arquivados na Sacristia da Igreja, Róis de Confessados, abarcando o fim do século XIX e o início do século XX (1886-1909).

Eram elaborados pelos párocos, pessoalmente, percorrendo toda a freguesia para se informarem muito particularmente das pessoas. Tratava-se, efectivamente, de uma forma de controlo dos católicos na administração e recepção dos sacramentos da confissão, comunhão e crisma.

Na análise das estruturas familiares privilegiamos as informações dos Róis de 1886, 1896, e 1909.

A opção cronológica decorre da existência da própria fonte, o Rol mais antigo de que se dispõe, remonta ao ano de 1886. Seleccionámos os róis de 1896 e 1909, para apurar das permanências e mudanças que ocorreram ao nível das estruturas familiares durante o período em estudo.

Este estudo, que incide sobre as estruturas familiares numa pequena paróquia transmontana, encravada entre montanhas, singulariza-se pelo carácter limitado da sua projecção no espaço, já que o seu alcance é sobretudo local, bem como no tempo, embora numa perspectiva diacrónica, abrange um pequeno período de tempo: 1886 – 1909.

O objectivo principal deste trabalho será tentar compreender a diversidade de estruturas familiares em meio rural.

Embora tenhamos procedido à caracterização económica e demográfica do concelho e da freguesia de Santalha – que constitui o universo geográfico deste trabalho –, não era nossa intenção tratar exaustivamente esses aspectos, pretendemos apenas assinalar o contexto global em que situamos o estudo das famílias proporcionando-nos uma visão de conjunto.

Assim, privilegiamos o estudo de estruturas familiares em meio rural, nesta perspectiva analisámos não só as principais características da estrutura e composição do grupo doméstico, a importância do pessoal doméstico e o ciclo de vida, tentamos ainda perceber as variações que se registaram ao longo do tempo considerado – 1886-1909.

Introduzindo as variáveis sócio-económicas, procuramos correlacionar condição social e estrutura familiar.

Apontamos algumas características do comportamento nupcial da freguesia, utilizando uma amostra reduzida, o que limita a representatividade da análise.

O universo, sobre o qual incide este estudo, corresponde à população da freguesia de Santalha¹⁹, que segundo os Censos de 1864, 1878, 1890, 1900, 1911 e 1920, compreendiam 120, 139, 168, 160, 151 e 152 fogos, respectivamente.

O número de habitantes repartidos por quatro aldeias, e ainda segundo os dados registados nos censos, conforme consta no quadro 2.6, atinge o maior número em 1900 com 724 habitantes.

Os valores fornecidos pelos róis são ligeiramente inferiores, já que nestes não constam as crianças com idades inferiores a oito anos.

O modo de produção do rol deixa antever algumas imprecisões nos dados que fornece, há erros de contagem nas pessoas, as crianças menores de sete anos não são incluídas, não obstante fornece-nos diversas informações.

Segundo os róis, o número de fogos existentes nas quatro aldeias da freguesia aparecem numerados, surgindo em primeiro lugar o chefe de família, ao qual se seguem os nomes dos outros elementos do fogo e a sua relação directa ou indirecta com o cabeça-de-casal, incluindo os criados. Além do nome é igualmente referido, a idade, estado civil e profissão de todos os elementos que integram o fogo. Cada membro do agregado é acompanhado da letra C ou de duas letras CC, significando respectivamente comungou, comungou e confessou-se, a cruz indica o Crisma. Os róis estão estruturados por aldeias,

¹⁹ As aldeias que fazem parte da freguesia de Santalha são: Santalha, sede da freguesia, Seixas, Penso e Contim. As duas últimas são lugares com menor densidade populacional.

aparecendo em primeiro plano a sede de freguesia, depois surgem as outras aldeias, ordenadas segundo a densidade populacional.

É evidente que nos róis constam somente os católicos e a população residente, mas não nos parece que neste microcosmos rural, isolado do mundo exterior, com acessibilidades inexistentes ou então de péssima qualidade, a população flutuante fosse significativa, neste caso, podemos falar tão só e apenas de ciganos e de comerciantes ambulantes, mais conhecidos como tendeiros.

É a partir do IV Concílio de Latrão (1215) que aparecem as primeiras notícias sobre a existência destes inventários das pessoas das paróquias desde os sete anos completos da necessidade de haver um controlo sobre as que em cada ano, da Quarta-Feira de Cinzas até à Páscoa da Ressurreição, se confessavam e comungavam.

Em Portugal aparecem pela primeira vez na Diocese de Braga na Constituição 31 das Constituições Sinodais de 1477, de D. Luís Pires, pela qual mandou aos párocos que fizessem anualmente o inventário de todas as famílias com as suas cabeças, filhos e servidores desde os sete anos completos com o averbamento por letra de se terem confessado e comungado ou só confessado, a entregar até uma semana antes da festa de São João Baptista.

O Rol era confeccionado pelo próprio pároco pela altura da Páscoa, percorrendo toda a freguesia, para se inteirar do estado das pessoas.

Após o preenchimento do Rol, na última página eram assinalados os quantitativos de “fogos” “almas”, as “pessoas obrigadas à confissão e comunhão”, as “pessoas obrigadas só a confissão”, as “pessoas que não cumpriram com o preceito” e as “pessoas crismadas”. Após este procedimento o rol era enviado em Junho ou Julho ao Bispado de Bragança, sendo novamente enviado, devidamente ratificado pela autoridade do Bispo, alertando para o facto de *“Concedo ao Rev. Pároco de Santalha autorização para até o dia 8 de Setembro admitir ao preceito da desobriga quadragesimal os seus freguezes que ainda não cumpriram”*²⁰

²⁰ Rol de confessados de 1909.

Partimos da noção de agregado familiar, que na fonte que utilizamos, corresponde à designação de fogo, enquanto unidade de residência, efectivamente no fogo residem pessoas que não estão unidas por laços de parentesco (sangue e afinidade), mas apenas por relações profissionais. Além deste critério – espacial –, os membros que o formam, estão também unidos por laços de parentesco, é no agregado que legalmente se procria e educam os filhos. Além destes critérios (co-residência e parental), um agregado doméstico é também uma unidade de produção e consumo, um espaço onde todos os seus membros, consoante as suas possibilidades, contribuem com a sua força de trabalho. Laslett definia o grupo doméstico co-residente, como “os que partilham o mesmo espaço físico para comer, dormir, repousar, crescer, procriar e criar os filhos”²¹, deste modo Laslett na análise das estruturas familiares, privilegiava como unidade de análise o grupo doméstico co-residente, excluindo os filhos ausentes e outros parentes, assim, nesta perspectiva, os critérios residencial e funcional eram determinantes assumindo papel secundário o critério parental, já que o fogo podia incluir criados e outras pessoas não existindo entre elas vínculos parentais.

Além da série, Róis de confessados que cobrem ininterruptamente o período de 1886 até 1909, existem também no Arquivo Paroquial da Igreja de Santalha outros documentos que serviram os objectivos do nosso trabalho. A análise intensiva ao documento: “Lançamento Parochial de Impostos Directos e para a Instrucção Primária para o Anno de 1892”, permitiu-nos apurar o rendimento colectável para cada grupo social, embora neste documento os contribuintes não estejam identificados profissionalmente, procedeu-se à identificação dos mesmos através do cruzamento de fontes, nomeadamente através do Rol de Confessados para o ano de 1896. Os contribuintes são identificados através do nome próprio, apelido e respectiva morada. Além destas referências, é referido o montante de “Rendimento Collectável para a contribuição paroquial” e respectiva percentagem de impostos: “importância da

²¹ LASLETT, Peter - *Introduction: The History of the Family*, in Laslett, Peter, e WALL, Richard (orgs.), *Household and family in Past Time: Comparative studies in size and structure of the domestic group over the Past Three Centuries in England*, Cambridge, 1972, p. 24.

contribuição parochial directa na razão de 14%” e “importância da C. Parochial directa para a Instrucção Primária na razão de 3%.

O Status Animarum de 1940-44, organizado à semelhança dos Róis, era elaborado para um período de cinco anos, permitiu-nos resolver dúvidas e essencialmente permitiu-nos captar a dinâmica do grupo doméstico.

Os livros de assento (baptismos, casamentos e óbitos) que utilizamos sobretudo na caracterização demográfica e comportamento nupcial da freguesia forneceram-nos informações diversas e detalhadas.

Todos os indivíduos registados nos livros de assento (baptismo, casamento e óbito) são acompanhados das seguintes informações:

- a) Nome do indivíduo;
- b) Data da hora, mês e local da ocorrência (nascimento, casamento e óbito);
- c) Filiação;
- d) Profissão dos pais, naturalidade e local de residência.

No caso dos assentos de baptismo contêm anotações muito detalhadas: estatuto jurídico da criança, naturalidade dos padrinhos e avós paternos e maternos, data de casamento da criança e o nome do indivíduo com quem contraiu matrimónio.

Utilizamos sobretudo os livros de assento referentes aos anos de 1886-1900 por serem aqueles que melhor se adequam aos objectivos do nosso trabalho.

É no Arquivo Distrital de Bragança que as últimas décadas do séc. XIX do Registo Paroquial estão arquivados, os anos posteriores, a partir de 1900, encontram-se na Conservatória do Registo Civil de Vinhais.

CAPITULO 2

O CONCELHO DE VINHAIS: Geografia, Economia e Evolução Demográfica

Geografia e economia

A freguesia de Santalha que constitui o objecto deste estudo, fica situada no concelho de Vinhais, este possui uma superfície de 69 468 hectares²² repartida entre a Vila, sede do município, e as suas 34 freguesias rurais.

O concelho situa-se na região norte da província de Trás-os-Montes, conhecida como “terra fria”²³, em oposição à “terra quente”, mais meridional e com temperaturas médias anuais mais elevadas. Outro factor diferenciador destas duas sub-zonas está relacionado com características geológicas, na “terra fria” predominam os planaltos com solos rochosos (com altitudes elevadas, acima dos 700 metros), e pobres onde se cultiva centeio, enquanto que na “terra quente” predomina o cultivo do trigo nas planícies. As diferenças entre estas duas sub-zonas; é o resultado das elevadas altitudes e baixas temperaturas da “terra fria”, bem como, dos seus solos rochosos e pobres. Vergílio Taborda assinala essa característica para os planaltos do norte de Trás-os-Montes:

“ (...) montanhas e planaltos montuosos, um clima rigoroso de invernos frios e verões quentes (...) a economia agrícola e a pastoral

²² Fonte – Atlas do Ambiente. Carta Administrativa, Secretaria de Estado do Ambiente, Recursos Naturais, 1988.

²³ A sub-região “Terra Fria Transmontana”, compreende os concelhos de Vinhais, Bragança, Vimioso e Miranda do Douro. Os concelhos de Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor, Alfândega da Fé e Carrazeda de Ansiães pertencem à sub-região “Terra Quente Transmontana”.

equilibrando-se no conjunto, para o que concorre a grande extensão dos prados naturais; um clima agrícola definido pelas culturas predominantes do centeio e da batata; uma circulação lenta e difícil, uma população pouco densa, de médios e pequenos proprietários, de vida bastante primitiva, quási fechada às influências exteriores: tais são os aspectos gerais da região transmontana do norte²⁴.

Miguel Torga enaltece toda a região, referindo:

“Um mundo! Um nunca acabar de terra grossa, fragosa, bravia que tanto se levanta a pino num ímpeto de subir ao céu, como se afunda nuns abismos de angústia, não se sabe por que telúrica contrição.

Terra-Quente e Terra-Fria. Léguas e léguas de chão raivoso, contorcido, queimado por um sol de fogo ou por um frio de neve. Serras sobrepostas a serras. Montanhas paralelas a montanhas. Nos intervalos, apertados entre os lapedos, rios de água cristalina, cantantes, a matar a sede de tanta aridez. E de quando em quando, oásis da inquietação que fez tais rugas geológicas, um vale imenso, dum húmus puro, onde a vista descansa da agressão das penedias. Veigas que alegram Chaves, Vila Pouca, Vilariça, Mirandela, Bragança e Vinhais.

Mas novamente o granito protesta. Novamente nos acorda para a força medular de tudo. E são outra vez serras, até perder de vista²⁵”.

Como já foi referido o concelho de Vinhais está situado no extremo Norte de Portugal, numa zona plana na margem esquerda da ribeira das Trutas (assim chamada pela abundância desta espécie haliêutica, típica das águas frescas e límpidas), afluente do rio Tuela. Confronta a Norte e Noroeste com

²⁴ TABORDA, Vergílio - *Alto Trás-os-Montes (Estudo geográfico)*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932, p.5.

²⁵ TORGA, Miguel - *Portugal*, Coimbra, 1993, p. 30-31.

terras de Espanha; a poente com Chaves; a Sudeste e a Sul com Valpaços, Mirandela e Macedo de Cavaleiros e a Nascente com Bragança.

No aspecto geológico, o concelho, caracteriza-se pela predominância de terrenos xistosos e em menor escala graníticos.

No território situado mais à Norte com uma altitude média elevada e com um clima mais característico da “Terra Fria” encontramos culturas agrícolas típicas dos climas frios onde se destacam: o castanheiro, o carvalho e a noqueira, nas zonas situadas a Sul o clima começa a lembrar a “Terra Quente” com solos mais férteis e menos rochosos onde se cultivam vinhas, oliveiras, figueiras e amendoeiras.

As terras que circundam, a freguesia de Santalha, inserem-se num planalto, apresentando uma topografia variada de vales, rios, serras e colinas, abrangendo uma área de 2400 hectares. O território da freguesia situa-se acima dos 750 metros, situando-se as outras aldeias que englobam a freguesia – Seixas, Penso e Contim – a 842, 760 e 680 metros, respectivamente.

O solo da freguesia, de uma maneira geral, “pobre e pouco fértil”, compõe-se de xistos argilosos de formações pré-câmbrico-arcaicas e silúricas (...).

A camada arável das terras é relativamente fina, impermeável e pedregosa, o que dificulta o cultivo, em consequência da sua composição compacta e da quantidade de fragmentos rochosos nela existentes; se bem que rico em potássio, este tipo de solo tem deficiências de cal e ácido fosfórico, dois elementos essenciais para uma terra fértil²⁶”

Apesar do solo da freguesia, ser de uma maneira geral, pouco fértil, não podemos considerá-lo de todo improdutivo, e não é entrave à policultura agrícola e não impede que, as diversas parcelas sejam exploradas de formas diversas. Assim, a topografia variada impõe certos limites e ao mesmo tempo permite diversos tipos de culturas agrícolas, adaptadas às características do terreno: nas zonas de maior altitude encontram-se sobretudo baldios não

²⁶ O’NEILL, Brian J. - *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros. Desigualdade Social Numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984, p. 48-49.

cultiváveis, se no terreno predominarem fragmentos rochosos, mas, se houver uma nesga de terra, serão plantados castanheiros que coexistem lado a lado com o tojo, a giesta, o feto ordinário, situando-se, esta zona, a cerca de 6 quilómetros do agregado populacional; uma zona que designaremos de intermédia com solos próprios para a agricultura, onde se cultivam centeio, vinha, castanheiros, estes terrenos, situam-se a distâncias que podem atingir os 7 quilómetros, e zonas mais baixas, de solo mais fértil, onde se cultivam legumes, hortaliças, árvores de fruta, couves, nabos.

Embora o rio²⁷ principal corra a uma distância aproximada de 9,5 Kms para oeste e sudoeste da freguesia, não sendo utilizado para irrigar os campos, em todas as aldeias correm ribeiros de pequeno caudal, sendo utilizado para irrigar os terrenos que se encontram relativamente perto das povoações, tão perto que a dona-de-casa, deixava o “pote” com água e unto, e ia buscar as couves à horta.

Em toda a região Norte de Trás-os-Montes predomina o clima continental com altas temperaturas no verão e temperaturas negativas no Inverno. Os meses de Verão são quentes e secos, enquanto que os meses de Inverno, são frios e húmidos, acompanhados de fortes nevões e seguidos por geadas de Primavera.

Predominam as culturas continentais dos climas mais frios: o centeio, a castanha e a batata. Nos sítios mais fundos e protegidos, com solos fundos e frescos, encontra-se a noqueira, embora em pequena escala e os seus frutos destinam-se, essencialmente, ao consumo doméstico.

Além da noqueira, de relativa importância, o castanheiro adquire importância fundamental na economia da freguesia quer pelo fornecimento da castanha utilizada na dieta alimentar, tanto de pessoas como de animais, quer ainda pela madeira, comercializada, embora em pequena escala, resultante da precaridade das acessibilidades e meios de transporte.

Na bordadura dos lameiros (prados) predominava o carvalho negral, e os negrilhos ou ulmeiros. O primeiro fornecia madeira, mas era sobretudo utilizado para lenha. Dos negrilhos, era no verão aproveitada a folha para

²⁷ Rio Rabaçal.

alimentação dos porcos. Ainda na década de 60 era muito comum ver-se as mulheres com sacos de sarrapilha, presos à cintura, em cima dos negrilhos a “ripar a folha”²⁸. Esta tarefa era, exclusivamente, efectuada pelas mulheres.

Outro tipo de árvore que predomina na freguesia, aliás em todo o concelho, é o pinheiro, introduzido pelos serviços florestais, no âmbito do programa de florestação implementado pelo Governo durante os anos 50. Esta medida teve como consequência imediata a redução de gado lanígero e caprino.

Desprovida de redes viárias, encravada entre montanhas, isolada, com poucos contactos com o mundo exterior, situada na extremidade norte do concelho a cerca de 7 quilómetros da fronteira luso-galaica cingida por uma cintura de frondosos castanheiros, de casas enegrecidas pelo fumo que se escapa pela boeira aberta no telhado, vive taciturna e silenciosa a povoação de Santalha.

Este silêncio é quebrado pelo chiar dos carros de bois, pelos melodiosos trinados do cuco que em conjunto com a chegada das andorinhas, anunciam a Primavera.

Quanto à vegetação arbustiva, e para só referir a mais significativa, encontramos nos locais mais montanhosos, secos e ásperos, a esteva resinosa, a carqueja, o medronheiro, o tojo, o feto ordinário, a urze que na altura da floração forma um manto roxo, a giesta, que os aldeãos utilizavam para pasto, lenha e estrume.

Em síntese, podemos referir que, a freguesia de Santalha é, no séc. XIX, e muito provavelmente ainda hoje o é, uma freguesia tipicamente rural, pelas suas actividades.

Nesta freguesia a principal actividade económica dos seus habitantes, era a agricultura, aliás como acontecia em todo o concelho. Predomina a agricultura de subsistência, pobre, arcaica e rudimentar.

²⁸ “Ripar a folha” era uma prática executada por mulheres, e consistia em extrair a folha dos ramos dos negrilhos, durante os meses de Junho, Julho e Agosto. Actualmente esta prática caiu em desuso não só porque as rações para animais chegaram à freguesia, mas sobretudo porque os negrilhos foram atacados por uma praga e secaram quase todos.

Aliada à policultura agrícola verificava-se também a pastorícia em pequena escala, daí que os lameiros desempenhem um papel fundamental na economia de todo o concelho. Destinados exclusivamente à criação de gado bovino pelo fornecimento de alimento – pasto e forragem –, os lameiros podem dividir-se em duas categorias: os lameiros irrigados com água que existe no próprio local e os lameiros não irrigados, sendo a erva, dos últimos, de qualidade muito inferior.

Possuir lameiros era condição “*sine qua non*” para gozar do estatuto de lavrador, já que estes eram imprescindíveis ao sustento de animais de tiro, estes por sua vez eram necessários nos mais diversificados trabalhos agrícolas. A grande quantidade de lameiros e as excelentes qualidades de pasto para a criação de gado, foram assinaladas por Vergílio Taborda, referindo tratar-se de uma das melhores zonas da província de Trás-os-Montes para a criação de gado²⁹.

Desta combinação (agricultura e pastorícia) os moradores da freguesia auto-abasteciam-se e só em casos excepcionais recorriam ao exterior, cada casa consumia o que produzia e os excedentes (quando existiam) eram comercializados, na maior parte das vezes, procedia-se à troca interna com outras casas.

Os recursos locais além de permitirem uma relativa auto-suficiência económica, constituíam fonte de matérias-primas para o vestuário (linho e lã). O tratamento da lã e do linho – tarefa exclusivamente executada pelas mulheres – constituíam um dos momentos privilegiados de sociabilidade aldeã, tinham lugar sobretudo nas longas noites de Inverno, embora informais, aliavam o carácter profano ao religioso.

Vejamos aquilo que é referido pelo etnógrafo padre Firmino Martins:

“ (...) principiam agora os fiadeiros. As raparigas de roca à cinta, fiam aos grupos, nas veladas de Inverno, entoando alegres cantares, o linho e a lã com que se vestem e cobrem. Quando

²⁹ TABORDA, cit. 24, p. 132.

acabam uma manela, se é lã, ou estriga, se é linho, a que chamam “espiar a roca”, tiram o capelo vistoso que a cobre, e dizem a seguinte oração:

Minha roquinha espiada,
Nossa Senhora louvada,
Minha alma no Paraíso
Qu’assim estará descansada³⁰

Estas actividades, e como já foi referido, tinham lugar no Inverno “época morta” das actividades agrícolas, igualmente se realizava a “matança do porco”, momento crucial na economia doméstica, momento de orgulho para as mulheres, já que era da sua responsabilidade “engordar os porcos”, simbologia de uma região:

“ (...) é destes (porcos) que tem que se partir para chegar à trindade tradicional do reino: os presuntos, as alheiras e os salpicões³¹”

Será que podemos concluir para o período em que nos situamos – fim do séc. XIX, início do séc. XX – que, a freguesia terá conhecido uma total autarcia?

Se atendermos aos diversos circunstancialismos da sua história local, por muito ténues que fossem, algumas ligações havia com o exterior. Das fontes históricas, nomeadamente, dos assentos de casamento, se pode concluir a existência de uma relativa circulação de pessoas e bens, sobretudo com as aldeias vizinhas e com a vila (sede de município) e cidade (capital de distrito) mais próximas, quer pela necessidade de aquisição de determinados bens que a “terra não dava”, quer ainda para a resolução de assuntos

³⁰ MARTINS, Firmino A. - *Folklore do Concelho de Vinhais*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1928. p. 15-16.

³¹ TORGA, cit. 25, p. 33.

burocráticos, não obstante estes contactos esporádicos, a relativa auto-suficiência económica, a rareza de vias de comunicação e a ausência de meios de transporte (sobretudo até aos anos sessenta), “o universo geográfico” da maior parte dos habitantes era a sua aldeia, a sua freguesia.

A predominância de unidades domésticas de subsistência com tecnologia rudimentar (força de trabalho do Homem e tracção animal) e baixa produtividade, a minimização de contactos com o exterior, constituíram, seguramente, factores de isolamento e uma resposta adaptativa aos condicionalismos geográficos e económico-sociais da localidade. Ainda no séc. XX (até à década de 60), desprovida de redes viárias, os contactos da colectividade com o exterior, eram ainda em carros de boi, porque aos cavalos só alguns podiam recorrer (proprietários e lavradores abastados), os demais moradores deslocavam-se a pé, percorrendo cerca de 32 Kms para ir à vila mais próxima.

A comunidade privilegiava os contactos com as populações raianas da vizinha Espanha, não estivesse ali tão perto. Estes contactos informais e ilegais revestiam as mais diversas formas: idas ao médico, festas, feiras locais, mas sobretudo o contrabando.

Se ainda hoje constatamos as deficiências de infra-estruturas de comunicação e transportes, até 1950-60 a inexistência das mesmas (estradas, transportes rodoviários, electricidade, água canalizada, saneamento) eram ainda mais evidentes.

E se esta ausência explica em parte o isolamento da freguesia, devemos igualmente atender, ao facto da comunidade, enquanto unidade económica ser relativamente auto-suficiente.

Evolução demográfica (1864 – 1920)

Segundo os dados oficiais fornecidos pelos censos, a população do concelho, no período considerado, 1864 – 1920, mantém-se relativamente estável, com ligeiras variações. No fim do século XIX (1890) a população do concelho cifra-se em 19 935 habitantes, repartidos por 37 freguesias rurais de dimensão variável.

Desde 1900 até 1920, verificam-se também variações no volume da população entre as sucessivas décadas, evidenciando um efeito regressivo em 1920.

Quadro 2.1. - População do Concelho de Vinhais - 1864 - 1920

ANO	Total Concelho	TCAM(*)	Homens	Mulheres
1864	20 216	-	10 340	9 876
1878	19 878	-0,12	9 811	10 067
1890	19 935	0,02	9 776	10 159
1900	19 898	-0,02	9 615	10 283
1911	20 694	0,36	10 122	10 572
1920	18 423	-1,28	9 026	9 397

(*) Taxa de crescimento anual médio.

FONTE: INE, Recenseamento da População: 1864 - 1920.

Da leitura do quadro 2.1., depreendemos que a evolução demográfica, processa-se paulatinamente, sendo raros os períodos de crescimento efectivo, não obstante, esta situação, não era exclusivamente típica do concelho, era o reflexo da conjuntura nacional, “múltiplos factores, de índole política e sobretudo económica, explicam a relativa lentidão com que evoluiu o total de residentes no País, que ao todo aumentou 74,8 por cento no século XIX e 81,1 por cento entre 1900 e 1991 (...) No continente a evolução populacional processou-se em fases distintas e subperíodos marcados por taxas de crescimento anual médio e de variação muito diferentes entre si. As primeiras décadas de oitocentos foram problemáticas em termos globais.

Quadro 2.2 - População e fogos do Concelho de Vinhais por freguesias

Freguesias	1864				1878				1890			
	Fogos	Habitantes			Fogos	Habitantes			Fogos	Habitantes		
		H	M	HM		H	M	HM		H	M	HM
Agrochão	147	317	271	588	168	311	336	647	161	318	317	635
Alvaredos	50	121	112	233	47	117	115	232	54	94	113	207
Cabeça da Igreja	46	124	120	244	49	110	121	231	54	108	106	214
Candedo	117	301	277	578	139	300	310	610	139	306	306	612
Cellas	159	414	387	801	178	399	373	772	190	460	446	906
Curópos	135	362	306	668	145	336	343	679	145	309	321	630
Edral	173	429	435	864	206	412	421	833	201	418	443	861
Edrosa	83	257	240	497	88	215	213	428	98	233	243	476
Ervedosa	153	339	305	644	159	311	318	629				
Fresulfe	67	177	164	341	70	178	151	329	80	204	176	380
Gestosa	49	116	120	236	53	97	118	215				
Mofreita	46	121	128	249	51	133	154	287	64	146	184	330
Moimenta	126	322	290	612	128	277	257	534	129	286	261	547
Montouto	98	294	258	552	104	279	274	553	109	249	269	518
Nunes	66	177	163	340	65	183	169	352	64	155	146	301
Ousilhão	96	259	234	493	100	205	225	430	110	256	256	512
Paço	120	283	298	581	129	275	280	555	128	301	303	604
Penhas Juntas	126	279	299	578	130	303	307	610	155	341	359	700
Pinheiro Novo	95	211	204	415	105	250	244	494	113	255	257	512
Quiraz	111	346	339	685	178	370	375	745	167	392	390	782
Rebordello	189	449	465	914	218	438	461	899	228	442	481	923
Santa Cruz	69	142	149	291	68	125	165	290	70	138	186	324
Santalha	120	297	310	607	139	290	325	615	168	342	362	704
S. Jomil	47	118	108	226	50	103	113	216	47	97	101	198
Sobreiró de Baixo	132	348	374	722	149	313	339	652	148	329	339	668
Soeira	107	242	226	468	115	230	244	474	113	217	214	431
Travanca	60	133	130	263	51	133	124	257	58	146	136	282
Tuizello	184	470	457	927	203	423	418	841	197	391	463	854
Valle das Fontes	134	303	270	573	137	239	258	497	158	288	290	578
Valle de Janeiro	82	172	180	352	86	171	195	366	86	192	195	387
Villa Boa de Ousilhão	75	168	160	328	81	187	173	360	88	223	200	423
Villa Verde	109	249	251	500	122	253	249	502	102	231	222	453
Villar de Lomba	92	261	205	466	96	210	203	413	94	174	202	376
Villar de Ossos	114	289	297	586	118	262	309	571	138	281	334	615
Villar de Peregrinos	72	192	170	362	74	168	171	339	91	190	208	398
Villar Sêco de Lomba	101	246	214	460	112	237	240	477	171	334	356	690
Vinhaes	405	1012	960	1972	426	968	976	1944	431	930	974	1904
Concelho	4155	10340	9876	20216	4537	9811	10067	19878	4549	9776	10159	19935

Freguesias	1900				1911				1920			
	Fogos	Habitantes			Fogos	Habitantes			Fogos	Habitantes		
		H	M	HM		H	M	HM		H	M	HM
Agrochão	163	331	331	662	160	318	338	656	126	236	278	514
Alvaredos	51	103	111	214	52	108	108	216	49	93	96	189
Cabeça da Igreja	52	112	123	235								
Candedo	139	279	320	599	145	277	331	608	148	251	321	572
Cellas	195	446	458	904	247	527	462	989	164	333	335	668
Curópos	144	282	304	586	155	259	295	554	135	276	270	546
Edral	201	386	405	791	189	395	401	796	154	349	358	707
Edrosa	104	251	243	494	106	253	244	497	81	181	198	379
Ervedosa	145	301	285	586	200	450	426	876	130	283	271	554
Fresulfe	69	182	165	347	72	169	170	339	76	184	165	349
Gestosa	60	109	108	217								
Mofreita	59	126	161	287	53	134	97	231	49	124	100	224
Moimenta	128	261	262	523	117	257	266	523	114	212	270	482
Montouto	108	236	261	497	112	239	251	490	108	241	261	502
Nunes	70	149	137	286	66	137	145	282	67	138	138	276
Ousilhão	115	247	276	523	112	249	245	494	100	214	202	416
Paçó	125	230	275	505	124	246	275	521	134	281	291	572
Penhas Juntas	158	333	343	676	141	321	334	655	121	264	285	549
Pinheiro Novo	114	252	260	512	272	560	660	1220	266	520	594	1114
Quiraz	166	364	384	748								
Rebordello	230	445	459	904	224	494	511	1005	234	510	502	1012
Santa Cruz	75	126	171	297	71	139	153	292	63	144	136	280
Santalha	160	361	363	724	151	333	365	698	152	312	342	654
S. Jomil	54	94	97	191	39	86	96	182	36	84	78	162
Sobreiró de Baixo	138	308	308	616	127	275	276	551	114	256	251	507
Soeira	105	191	206	397	100	169	202	371	89	145	166	311
Travanca	60	159	144	303	62	159	175	334	51	146	134	280
Tuizello	196	384	450	834	243	509	540	1049	216	471	472	943
Valle das Fontes	161	304	314	618	184	400	392	792	150	357	347	704
Valle de Janeiro	94	180	187	367	92	178	194	372	85	139	151	290
Villa Boa de Ousilhão	89	217	202	419	96	229	230	459	93	229	242	471
Villa Verde	110	218	234	452	104	215	232	447	104	218	222	440
Villar de Lomba	83	167	167	334	82	178	180	358	79	173	164	337
Villar de Ossos	143	281	327	608	140	300	333	633	128	284	291	575
Villar de Peregrinos	90	178	208	386	95	175	213	388	87	161	197	358
Villar Sêco de Lomba	116	208	237	445	154	298	336	634	157	271	305	576
Vinhaes	446	814	997	1811	473	1086	1096	2182	444	946	964	1910
Concelho	4716	9615	10283	19898	4760	10122	10572	20694	4304	9026	9397	18423

FONTE: INE, Recenseamento da População: 1864 - 1920

O Reino foi atingido por três invasões estrangeiras, uma guerra civil e um violentíssimo surto de cólera, enquadrados por uma conjuntura económica

a todos os títulos adversa. Os anos 50 foram ainda de expectativa e será apenas na década de 60 que se reiniciou o processo de aumento demográfico, gradual e crescente. A partir desse momento será cada vez mais estreita a ligação entre crescimento populacional e desenvolvimento económico. O processo de industrialização foi um dos principais responsáveis pelo acentuar das diferenças regionais, porque ao criar uma nova geografia dos recursos modificou as formas de mobilidade interna, de modo a que os meios humanos pudessem corresponder às solicitações do novo quadro económico e social”³².

Porém, a emigração e as migrações internas influíram drasticamente na evolução demográfica do Concelho (Vinhais) e do distrito (Bragança), “do distrito de Bragança, (...) de onde só tinham saído 16 emigrantes em 1877, saem em 1887, 1897 e 1907, respectivamente, 49, 714 e 1294. E em 1908 sairão 3048”³³. O fenómeno emigratório que condicionará até à actualidade a evolução demográfica do concelho, acentua-se sobretudo a partir da década de 60 do séc. XX, provocando uma verdadeira rarefacção humana, verificando-se a mesma situação a nível distrital, “desde meados do século XIX quatro distritos do interior norte iniciaram um processo de declínio percentual do qual nunca voltarão a recuperar. Referimo-nos a toda a província de Trás-os-Montes (Bragança e Vila Real), a Viseu e à Guarda que com eles confinam”³⁴.

Excepto no ano de 1864, os demais censos apresentam índices superiores de mulheres comparativamente aos dos homens, o que provavelmente se deve à maior mobilidade masculina.

A taxa de crescimento anual médio para o concelho é muito inferior à que se regista a nível nacional, esta apresentava os seguintes valores: 0,84 em 1864; 0,66 em 1878; 0,69 em 1890; 0,65 em 1900 e 0,88 em 1911³⁵.

Ao analisarmos as taxas que obtivemos para o concelho, verificamos que os valores obtidos são muito inferiores à média nacional. Ao terminar Oitocentos, a conjuntura nacional não é favorável ao crescimento demográfico. Adicionando aos factores nacionais, factores regionais e locais, de certo

³² RODRIGUES, Teresa - *Os Factores de Mudança no Portugal das Regiões (Séculos XIX e XX)*, População e Sociedade, nº. 7, 2001, p. 171-176.

³³ PEREIRA, cit. 1, p. 57.

³⁴ RODRIGUES, cit. 32, p. 178.

³⁵ RODRIGUES, cit. 32, p. 175.

poderemos compreender melhor a estagnação demográfica do concelho: o ambiente de penúria material e moral em que viviam determinados grupos sociais, com especial destaque para os jornaleiros, a deficiência da dieta alimentar, a falta de cuidados higiénicos, a inexistência de saneamento básico e água canalizada, o alcoolismo...

A estes factores há ainda que acrescentar, a marginalidade geográfica do concelho, um concelho de interior economicamente atrasado e mais desfavorecido do ponto de vista natural, com acessibilidades precárias e não podemos deixar de referir a constância de certas doenças como o tifo e a varíola.

Com a finalidade de melhor compreendermos o contributo de cada freguesia na evolução demográfica do concelho elaboramos o quadro 2.2., permitindo-nos adiantar, que as freguesias com maior densidade populacional: Vinhais (sede de município), Rebordelo, Tuízelo, Edral, Curópos e Sobreiró de Baixo para só referir aquelas que apresentam um efectivo populacional superior a 700 indivíduos, se verifica uma correlação entre número de habitantes, recursos económicos e acessibilidades.

A freguesia de Rebordelo com a dimensão de 2 213 ha³⁶, embora em termos geográficos não seja a freguesia de maior dimensão, é claramente a segunda maior freguesia em termos de população, só ultrapassada pela sede de município, atingindo ao longo do período em análise um quantitativo populacional superior a 800 habitantes.

Parece-nos que esta superioridade numérica se deve a uma multiplicidade de factores: embora em termos administrativos se insira na chamada “terra fria transmontana”, produz culturas típicas de climas mais quentes: figos, amêndoas, azeite e trigo. Situada no extremo Sul do concelho é servida por bons acessos, desde Mirandela, Valpaços, Chaves e Vinhais.

³⁶ Fonte: Atlas do Ambiente, Carta Administrativa, Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais, 1988.

Quadro 2.3. - População do Concelho de Vinhais por Freguesias

Freguesias		1864	1878	1890	1900	1911	1920
1	Agrochão	588	647	635	662	656	514
2	Alvaredos	233	232	207	214	216	189
3	Cabeça da Igreja	244	231	214	235		
4	Candedo	578	610	612	599	608	572
5	Celas	801	772	906	904	989	668
6	Cuopos	668	679	630	586	554	546
7	Edral	864	833	861	791	796	707
8	Edrosa	497	428	476	494	497	379
9	Ervedosa	644	629		586	876	554
10	Fresulfe	341	329	380	347	339	349
11	Gestosa	236	215		217		
12	Mofreita	249	287	330	287	231	224
13	Moimenta	612	534	547	523	523	482
14	Montouto	552	553	518	497	490	502
15	Nunes	340	352	301	286	282	276
16	Ousilhão	493	430	512	523	494	416
17	Paçó	581	555	604	505	521	572
18	Penhas Juntas	578	610	700	676	655	549
19	Pinheiro Novo	415	494	512	512	1.220	1.114
20	Quiraz	685	745	782	748		
21	Rebordelo	914	899	923	904	1.005	1.012
22	Santa Cruz	291	290	324	297	292	280
23	Santalha	607	615	704	724	698	654
24	S. Jomil	226	216	198	191	182	162
25	Sobreiró de Baixo	722	652	668	616	551	507
26	Soeira	468	474	431	397	371	311
27	Travanca	263	257	282	303	334	280
28	Tuizelo	927	841	854	834	1.049	943
29	Vale das Fontes	573	497	578	618	792	704
30	Vale de Janeiro	352	366	387	367	372	290
31	Vila Boa de Ousilhão	328	360	423	419	459	471
32	Vila Verde	500	502	453	452	447	440
33	Vilar de Lomba	466	413	376	334	358	337
34	Vilar de Ossos	586	571	615	608	633	575
35	Vilar de Peregrinos	362	339	398	386	388	358
36	Vilar Sêco de Lomba	460	477	690	445	634	576
37	Vinhais	1.972	1.944	1.904	1.811	2.182	1.910
Concelho de Vinhais		20.216	19.878	19.935	19.898	20.694	18.423

FONTE: INE, Recenseamento da População: 1864 - 1920

As freguesias de Alvaredos, Cabeça de Igreja, S. Jomil, Gestosa, Mofreita, Santa Cruz e Travanca (com efectivos populacionais inferiores a 300 habitantes) são em 1864 e nas décadas seguintes, os lugares com maior rarefacção populacional. A nível geral verifica-se que são as terras mais férteis que contribuem para uma maior densidade populacional.

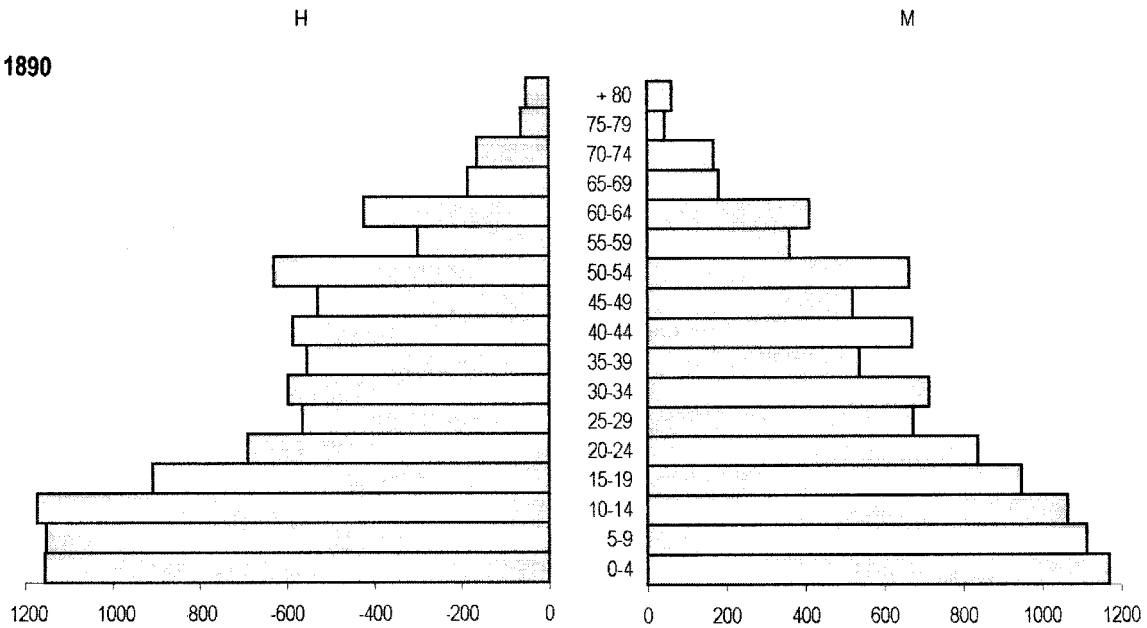
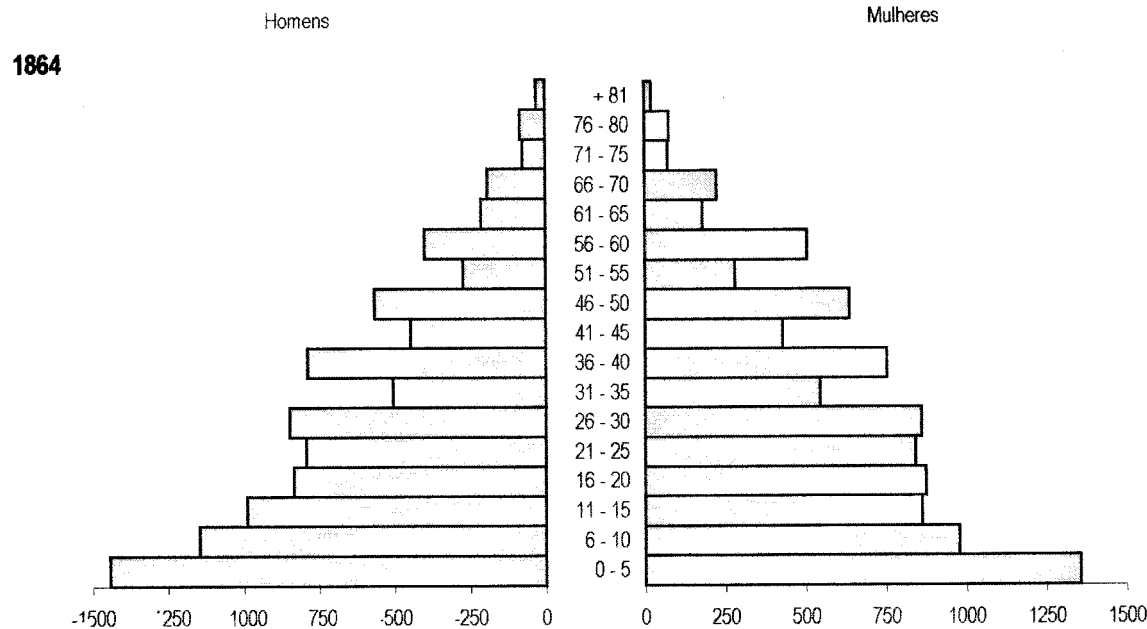
Quadro 2.4. - Taxas de variação (%) do número de efectivos nas freguesias de Vinhais (1864-1920)

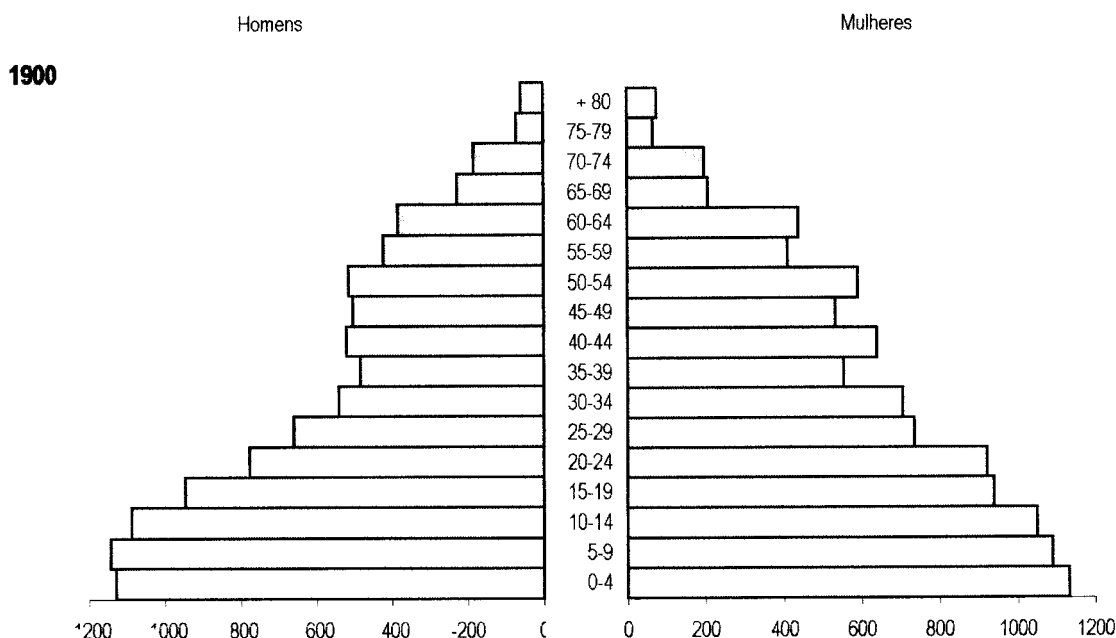
Freguesias		1864-78	1864-90	1864-1900	1864-1911	1864-1920	1878-1920
1	Agrochão	10,03	7,99	12,59	11,56	-12,59	-20,56
2	Alvaredos	-0,43	-11,16	-8,15	-7,30	-18,88	-18,53
3	Cabeça da Igreja	-5,33	-12,30	-3,69	0,00	0,00	0,00
4	Candedo	5,54	5,88	3,63	5,19	-1,04	-6,23
5	Celas	-3,62	13,11	12,86	23,47	-16,60	-13,47
6	Cuopos	1,65	-5,69	-12,28	-17,07	-18,26	-19,59
7	Edral	-3,59	-0,35	-8,45	-7,87	-18,17	-15,13
8	Edrosa	-13,88	-4,23	-0,60	0,00	-23,74	-11,45
9	Ervedosa	-2,33	0,00	-9,01	36,02	-13,98	-11,92
10	Fresulfe	-3,52	11,44	1,76	-0,59	2,35	6,08
11	Gestosa	-8,90	0,00	-8,05	0,00	0,00	0,00
12	Mofreita	15,26	32,53	15,26	-7,23	-10,04	-21,95
13	Moimenta	-12,75	-10,62	-14,54	-14,54	-21,24	-9,74
14	Montouto	0,18	-6,16	-9,96	-11,23	-9,06	-9,22
15	Nunes	3,53	-11,47	-15,88	-17,06	-18,82	-21,59
16	Ousilhão	-12,78	3,85	6,09	0,20	-15,62	-3,26
17	Paço	-4,48	3,96	-13,08	-10,33	-1,55	3,06
18	Penhas Juntas	5,54	21,11	16,96	13,32	-5,02	-10,00
19	Pinheiro Novo	19,04	23,37	23,37	193,98	168,43	125,51
20	Quiraz	8,76	14,16	9,20	0,00	0,00	0,00
21	Rebordelo	-1,64	0,98	-1,09	9,96	10,72	12,57
22	Santa Cruz	-0,34	11,34	2,06	0,34	-3,78	-3,45
23	Santalha	1,32	15,98	19,28	14,99	7,74	6,34
24	S. Jomil	-4,42	-12,39	-15,49	-19,47	-28,32	-25,00
25	Sobreiró de Baixo	-9,70	-7,48	-14,68	-23,68	-29,78	-22,24
26	Soeira	1,28	-7,91	-15,17	-20,73	-33,55	-34,39
27	Travanca	-2,28	7,22	15,21	27,00	6,46	8,95
28	Tuizelo	-9,28	-7,87	-10,03	13,16	1,73	12,13
29	Vale das Fontes	-13,26	0,87	7,85	38,22	22,86	41,65
30	Vale de Janeiro	3,98	9,94	4,26	5,68	-17,61	-20,77
31	Vila Boa de Ousilhão	9,76	28,96	27,74	39,94	43,60	30,83
32	Vila Verde	0,40	-9,40	-9,60	-10,60	-12,00	-12,35
33	Vilar de Lomba	-11,37	-19,31	-28,33	-23,18	-27,68	-18,40
34	Vilar de Ossos	-2,56	4,95	3,75	8,02	-1,88	0,70
35	Vilar de Peregrinos	-6,35	9,94	6,63	7,18	-1,10	5,60
36	Vilar Sêco de Lomba	3,70	50,00	-3,26	37,83	25,22	20,75
37	Vinhais	-1,42	-3,45	-8,16	10,65	-3,14	-1,75
Concelho de Vinhais		-44,28	147,83	-21,02	305,85	-74,35	-56,80

É evidente a correlação existente entre área geográfica, recursos económicos e densidade populacional, como também é evidente o diferente contributo de cada freguesia no crescimento populacional do concelho.

A repartição dos efectivos populacionais por sexo e idade pode ver-se, no quadro 2.5., pirâmides etárias dos anos de 1864, 1890 e 1900.

Quadro 2.5 - Pirâmides etárias do concelho de Vinhais





Os dados fornecidos pela leitura destas pirâmides são condicionados pelas “distorções introduzidas por diferentes níveis de qualidade censitária”³⁷. Os censos de 1864 e 1878 em termos de distribuição etária, apresentam valores muito aleatórios, “os testes elaborados sobre a frequência de arredondamentos vieram comprovar atracções demasiado evidentes por valores terminados em zero e cinco em pelo menos um dos indicadores, sobretudo os relativos ao número de almas”³⁸, isto condiciona a interpretação de dados. Ao nível da distribuição de idades apresentadas para o concelho e para a freguesia, evidenciam algumas distorções, pelo que na análise destes dados devemos avançar com alguma prudência.

Verificamos que as pirâmides apresentam uma base alargada, o que denota que o concelho vive ao ritmo do Regime Demográfico Antigo, caracterizado por altas taxas de natalidade, acompanhadas de altas taxas de mortalidade.

³⁷ RODRIGUES, Teresa - *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista. Migrações, Mortalidade e Desenvolvimento*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, p. 79.

³⁸ RODRIGUES, cit. 37, p. 34.

Uma constante nas duas pirâmides prende-se com um certo equilíbrio entre homens e mulheres, embora se registre a superioridade do sexo feminino, bem evidente na faixa etária dos 15 aos 34 anos, período de maior vigor masculino, em que os homens provavelmente se deslocam para outros lugares, o que evidencia a maior mobilidade masculina.

Gráfico 2.1. - Relação de masculinidade por grupos etários em 1864, no concelho de Vinhais

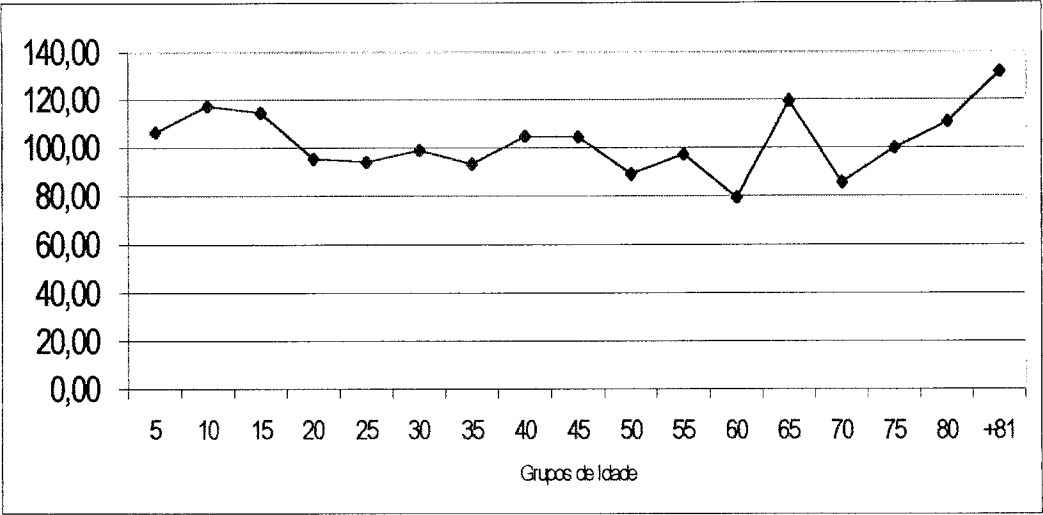
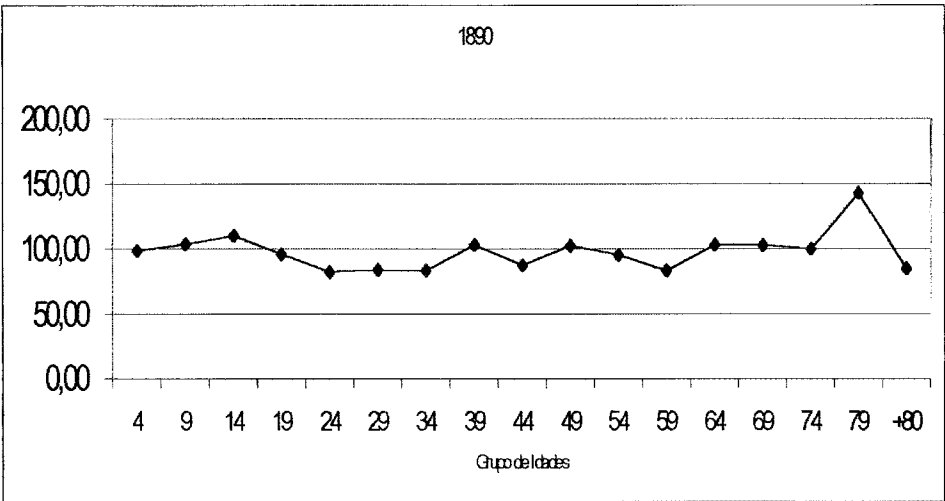


Gráfico 2.2 - Relação de masculinidade por grupos etários em 1890, no Concelho de Vinhais



O resultado da análise das relações de masculinidade por grupos etários, enquadram-se no designado “modelo geral” isto é, “nascem em média 105 homens por cada 100 mulheres³⁹”. Nos grupos etários seguintes, contrariamente, ao que seria de esperar (a mortalidade sacrificava mais o sexo masculino), constatamos a superioridade numérica do sexo masculino, contudo, entre os 21 e os 40 anos os homens perdem importância e regista-se a superioridade numérica das mulheres, para o facto, adiantamos como explicações possíveis a maior mobilidade masculina e a sobremortalidade feminina provocada por partos.

Nos grupos de idade mais avançada, sobretudo, a partir dos 66 anos o sexo mais penalizado é claramente o sexo feminino, excepto em 1890 no grupo etário com mais de 80 anos, contrariando, “o modelo natural de envelhecimento”.

Evolução demográfica da freguesia de Santalha (1864 – 1920)

No período compreendido entre 1864 e 1920, a paróquia de Santalha atingiu o máximo de efectivos populacionais no início do séc. XX, conforme se pode constatar no quadro 2.6.

Quadro 2.6. - População e fogos da Freguesia de Santalha

ANO	Fogos	Total Freguesia	TCAM	Homens	Mulheres
1864	120	607	-	297	310
1878	139	615	0,09	290	325
1890	168	704	1,13	342	362
1900	160	724	0,28	361	363
1911	151	698	-0,33	333	365
1920	152	654	-0,72	312	342

FONTE: INE, Recenseamento da População: 1864 - 1920

³⁹ RODRIGUES, cit. 37, p. 83.

A distribuição dos indivíduos por grupos de idade e sexo, representados nas pirâmides etárias, quadro 2.7., evidencia que vivem ao ritmo do regime demográfico antigo, 35,6% de indivíduos com menos de 10 anos e 4,6% com mais de 60 anos, isto é o resultado de altas taxas de natalidade acompanhadas de altas taxas de mortalidade, a que se juntou o facto migratório.

A evolução demográfica da freguesia foi afectada pela intensidade da emigração, atingindo contornos alarmantes na década de 60 (séc. XX).

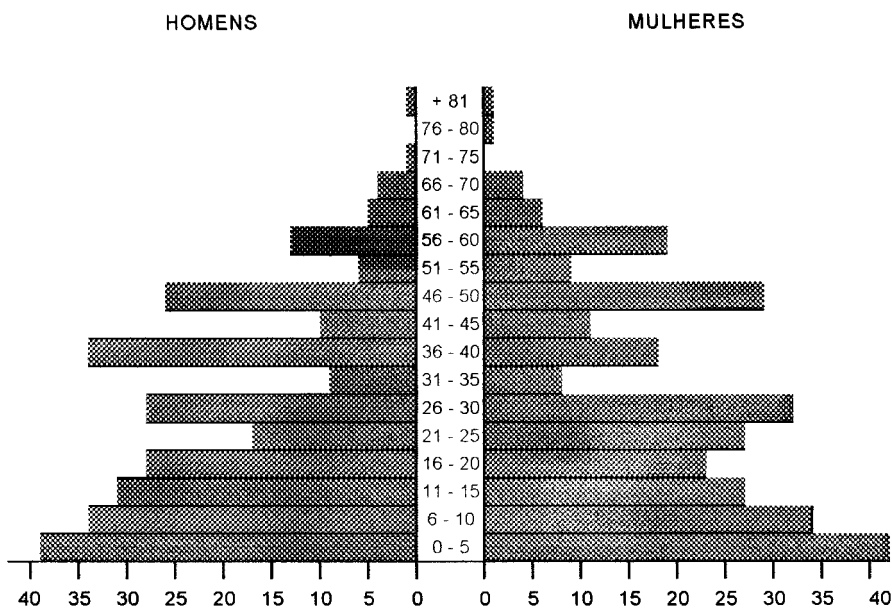
Reportando-nos de novo à leitura dos dados fornecidos pelos censos, constatamos que a partir de 1864, até ao início do séc. XX, o aumento da população, embora reduzido, é uma constante, verificando-se a mesma tendência relativamente aos fogos de 1864 até 1890, foram criados na freguesia 48 novos agregados, o que corresponde a cerca de dois novos fogos por ano.

No início do século, o número de fogos diminui, registando-se a mesma tendência relativamente ao número de habitantes.

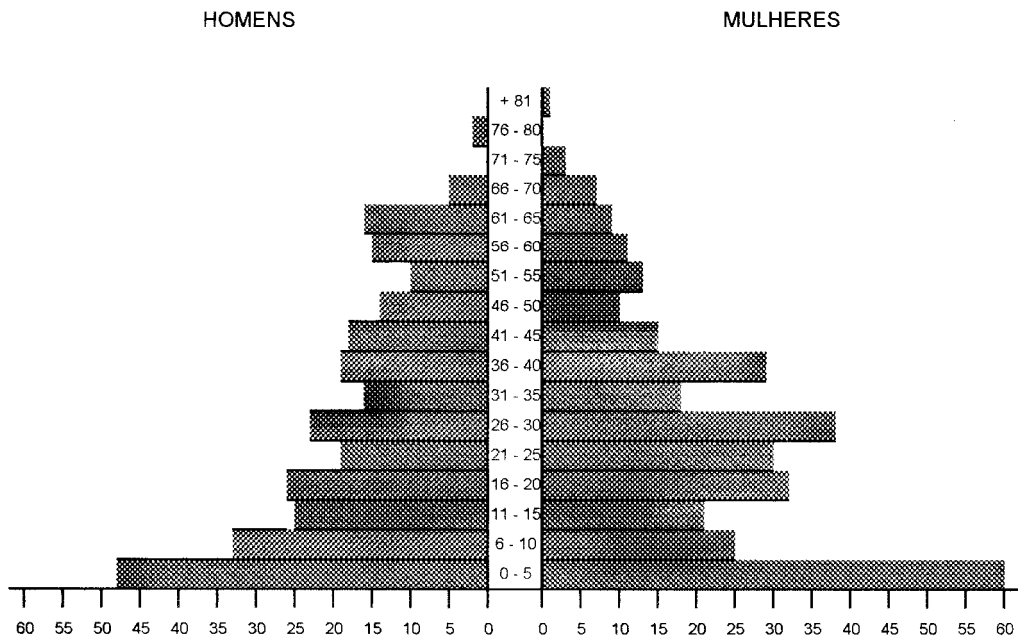
A análise das relações de masculinidade, gráficos 2.3. e 2.4., revela índices superiores de presença de mulheres comparativamente aos homens, sobretudo nos grupos etários dos 21 – 25 e dos 46 aos 60 anos. A maior percentagem de mulheres ainda jovens (grupo dos 21 – 25 anos) explica-se pela maior mobilidade masculina, no grupo mais idoso, deve-se à sobremortalidade masculina.

Quadro 2.7 - Pirâmides etárias da freguesia de Santalha

1864



1878



O facto de entre 1911 e 1920, terem diminuído, embora de forma muito ligeira, o número de habitantes da freguesia, não constitui um fenómeno unicamente local, deve inserir-se no contexto nacional, já que os mesmos circunstancialismos afectaram o comportamento da população portuguesa: a 1ª. Guerra Mundial e a gripe pneumónica, que dizimou famílias inteiras, deixando, na sua passagem muitas casas fechadas.

Gráfico 2.3. - Relação de masculinidade por grupos etários em 1864, na freguesia de Santalha

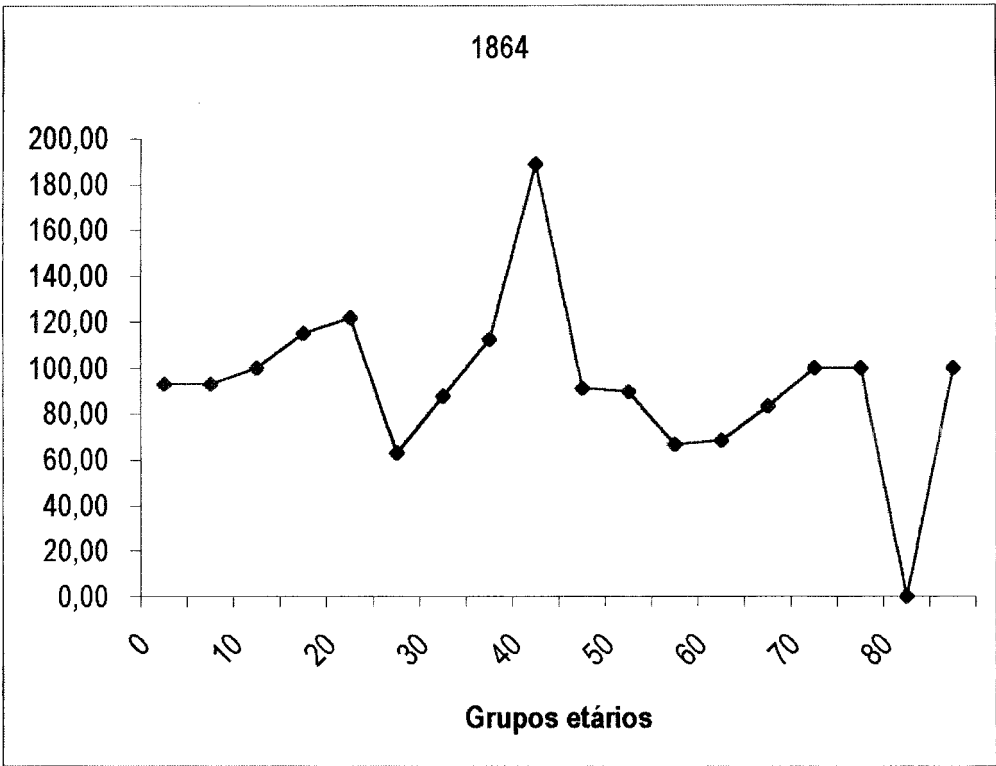
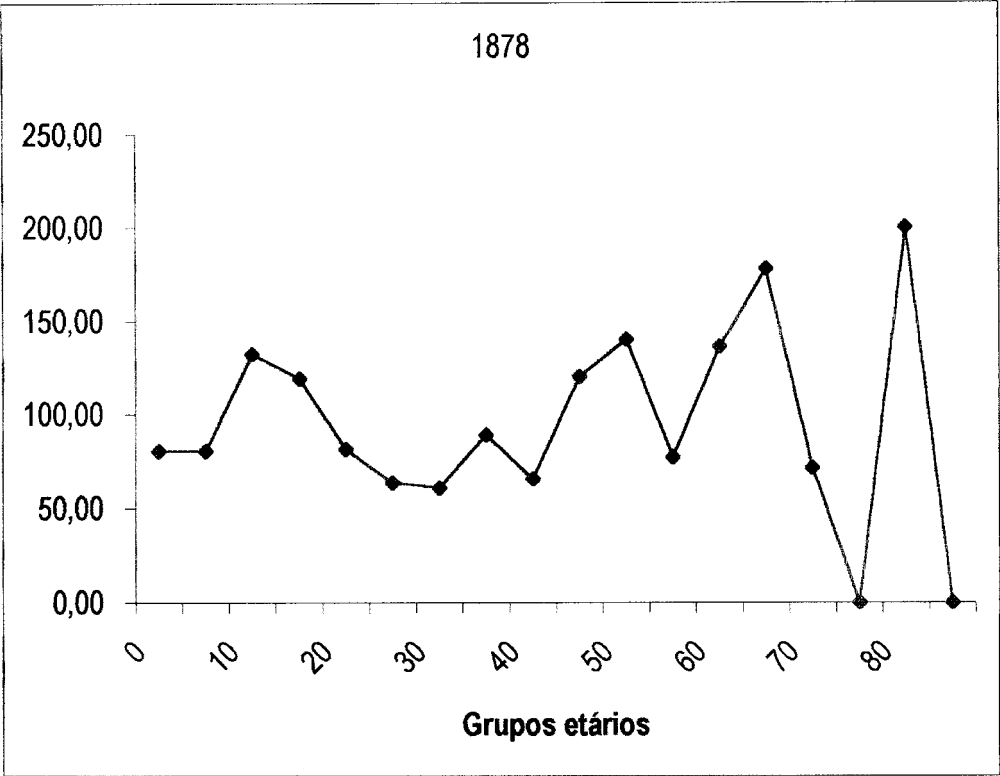


Gráfico 2.4. - Relação de masculinidade por grupos etários em 1864, na freguesia de Santalha



Quadro 2.8 - Taxas Brutas de Natalidade, Nupcialidade e Mortalidade, na Paróquia de Santalha em finais do Séc. XIX e início do Séc. XX

Período	Taxa de Natalidade	Taxa de Nupcialidade	Taxa de Mortalidade
1886 - 1890	25,21	23,64	31,72
1891 - 1895	27,47	24,23	33,80
1896 - 1900	30,28	16,82	37,50
1901 - 1905	24,42	11,45	13,97
1906 - 1910	23,25	15,50	4,65

(*) FONTES:

- (1) De 1886 a 1900 Livro de assento de casamentos de 1886 - 1900
 Livro de assento de baptismos de 1886 - 1900
 Livro de assento de óbitos de 1886 - 1900
 Arquivo Distrital de Bragança.
- (2) De 1900 a 1910 Conservatória do Registo Civil de Vinhais

O quadro 2.8 mostra as tendências dos números globais de baptismos, casamentos e óbitos na freguesia, durante o fim do século XIX e o início do século XX. Os baptismos atingem a maior proporção entre 1896 e 1900 seguido de um decréscimo nos anos seguintes.

Um aspecto importante da natalidade está, directamente relacionada com a elevada percentagem de ilegitimidade que se verifica na freguesia: na década de 80 (séc. XIX), no conjunto das crianças nascidas 35,2% eram filhos naturais, na década seguinte, atinge a proporção de 40,8% no início do século regista-se a mesma tendência 44,1% e em 1910-19, quase metade das crianças, 46% eram filhos naturais⁴⁰. Têm sido apontadas diversas explicações para o fenómeno da ilegitimidade, designadamente na aldeia transmontana de “Fontelas”, em que Brian J. O’Neill, salienta que a existência de um elevado número de celibatários como de filhos ilegítimos residiria no sistema de herança, tornando-se inevitável a produção de filhos ilegítimos por parte dos proprietários nas suas relações sexuais com jornaleiras e criadas.

Livi-Bacci, refere-se igualmente às elevadas taxas de ilegitimidade no Norte de Portugal, referindo: “dado que uma grande porção da população feminina se encontrava forçosamente excluída do casamento, não é surpreendente encontrarmos um elevado número de gravidezes ilegítimas, frequentemente toleradas pela família e pela sociedade⁴¹”

Os casamentos evidenciam a mesma tendência, ao longo do período em estudo, não se registando variações significativas.

Os óbitos, embora a amostra que utilizámos, apresente algumas distorções devido ao sub-registo dos óbitos de menores de sete anos, a taxa de mortalidade atinge maiores proporções entre 1896 a 1900.

Os resultados não nos causam surpresa, se tivermos em consideração, diversos factores, nomeadamente a interioridade do concelho, economicamente atrasado e mais desfavorecido do ponto de vista natural, além das diversas doenças que afectavam todo o território nacional, o ambiente de miséria material e moral em que viviam a maior parte das

⁴⁰ O’NEILL, cit. 26, p. 370.

⁴¹ LIVI-BACCI, Massimo - *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, Princeton University Press, 1971, p. 72.

peessoas, o insuficiente regime alimentar, explicam em parte as altas taxas de mortalidade.

CAPÍTULO 3

A ESTRUTURA DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS NA PARÓQUIA DE SANTALHA (1886, 1896 e 1909)

O universo populacional analisado no presente capítulo, corresponde em 1886 a 459 pessoas (excluídas as crianças com idades inferior a 8 anos), agregados em 142 fogos. Na década seguinte (1896) regista-se sensivelmente o mesmo quantitativo populacional – 456 habitantes – embora o número de agregados domésticos tenha aumentado para 146.

No início do século mais precisamente em 1909, a população aumentou 16%, cifrando-se então em 527 pessoas, distribuídas por 145 fogos.

A distribuição da população e fogos pelas respectivas aldeias constam dos quadros 3.1. e 3.2:

Quadro 3.1 - Fogos na Paróquia de Santalha em 1886, 1896 e 1909

ANO	Fogos									
	Santalha		Seixas		Penso		Contim		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
1886	48	33,80	51	35,92	32	22,54	11	7,75	142	100
1896	56	38,36	45	30,82	32	21,92	13	8,90	146	100
1909	56	38,62	42	28,97	36	24,83	11	7,59	145	100

FONTE: Róis de Confessados (1886, 1896 e 1909) - Arquivo Paroquial de Santalha.

Quadro 3.2 - População na Paróquia de Santalha em 1886, 1896 e 1909 (1)

ANO	População									
	Santalha		Seixas		Penso		Contim		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
1886	170	37,04	168	36,60	84	18,30	37	8,06	459	100
1896	164	35,96	159	34,87	93	20,39	40	8,77	456	100
1909	200	37,95	174	33,02	107	20,30	46	8,73	527	100

OBS.: (1) Excluídos os menores de 8 anos

FONTE: Róis de Confessados - Arquivo Paroquial de Santalha.

A dimensão dos agregados domésticos

Quadro 3.3 - Dimensão dos Agregados Domésticos na Paróquia de Santalha (1886, 1896 e 1909)

Ano	Dimensão		Fogos			Pessoas		
			nº.	%	% Acum	nº.	%	% Acum
1886	1	pessoa	33	23,2	23,2	33	7,2	7,2
	2 - 3	pessoas	54	38,0	61,3	137	29,8	37,0
	4 - 6	pessoas	46	32,4	93,7	218	47,5	84,5
	7 e +	pessoas	9	6,3	100,0	71	15,5	100,0
1896	1	pessoa	24	16,4	16,4	24	5,3	5,3
	2 - 3	pessoas	72	49,3	65,8	174	38,2	43,4
	4 - 6	pessoas	42	28,8	94,5	195	42,8	86,2
	7 e +	pessoas	8	5,5	100,0	63	13,8	100,0
1909	1	pessoa	19	13,1	13,1	19	3,6	3,6
	2 - 3	pessoas	61	42,1	55,2	149	28,3	31,9
	4 - 6	pessoas	49	33,8	89,0	227	43,1	75,0
	7 e +	pessoas	16	11,0	100,0	132	25,0	100,0

Em 1886, a paróquia de Santalha era constituída por 142 fogos, com uma população de 459 pessoas (excluídos os menores de 8 anos), verificando-se um número médio de habitantes por fogo de 3.23.

Da análise ao quadro 3.3, ressalta de imediato a predominância de fogos de dimensões reduzidas, isto é, 38% dos fogos são constituídos por 2-3 pessoas. Igualmente significativo é o peso dos fogos de dimensões médias, 32,4%. Nos extremos, sem contudo se aproximarem situam-se os fogos unipessoais e os fogos de dimensões elevadas, com uma percentagem de 23,2% e 6,3%, respectivamente.

Se analisarmos as pessoas que integram os fogos, a leitura fornecida é ligeiramente diferente. Assim, constatamos que no cômputo geral da população, distribuída por fogos, a maior incidência verifica-se nos fogos de dimensão média, 47,5% da população vive neste tipo de fogos.

A situação mais significativa em 1896 refere-se aos fogos de dimensão reduzida, quase metade dos agregados (49,3%) apresenta dimensões reduzidas. Os fogos unipessoais continuam a registar uma percentagem (16,4%) significativa.

Em 1909 os fogos unipessoais aproximam-se dos fogos de dimensões elevadas (7 e mais pessoas) com uma percentagem de 13,1% e 11%, respectivamente, não obstante, continua a verificar-se o predomínio de fogos reduzidos, 42,1% e fogos médios 33,8%.

Quadro 3.4. - N°. de fogos segundo a dimensão do fogo e o n°. de criados - 1886

N°. Criados	1 pessoa		2-3 pessoas		4-6 pessoas		7 e + pessoas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	33	23,24	47	33,10	34	23,94	5	3,52	119	83,80
1	2	1,41	9	6,34	4	2,82	1	0,70	16	11,27
2		0,00	2	1,41	1	0,70		0,00	3	2,11
3	2	1,41		0,00		0,00		0,00	2	1,41
4 e +		0,00	2	1,41		0,00		0,00	2	1,41

Total	37	26,06	60	42,25	39	27,46	6	4,23	142	100,00
-------	----	-------	----	-------	----	-------	---	------	-----	--------

N°. de fogos segundo a dimensão do fogo e o n°. de criados - 1896

N°. Criados	1 pessoa		2-3 pessoas		4-6 pessoas		7 e + pessoas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	26	17,57	66	44,59	31	20,95	3	2,03	126	85,14
1	2	1,35	6	4,05	6	4,05	1	0,68	15	10,14
2	2	1,35	1	0,68		0,00		0,00	3	2,03
3	2	1,35		0,00	1	0,68		0,00	3	2,03
4 e +		0,00	1	0,68		0,00		0,00	1	0,68

Total	32	21,62	74	50,00	38	25,68	4	2,70	148	100,00
-------	----	-------	----	-------	----	-------	---	------	-----	--------

A inclusão de criados no agregado doméstico tem sido apontada como uma característica dos fogos do Antigo Regime. Será que a dimensão dos fogos na paróquia é condicionada pela presença de criados no agregado?

No período de tempo considerado (1886-1909) cerca de 15% das unidades domésticas incluíam criados, concentrando-se sobretudo em fogos de estrutura isolada, de dimensões reduzida e média.

Os fogos de maiores dimensões (7 e mais pessoas) que não ultrapassavam os 19% (média do triénio) do conjunto de fogos da freguesia, concentravam apenas 0,70% de todos os criados.

Estrutura dos agregados

Quadro 3.5 - Estrutura dos Fogos segundo a tipologia de Cambridge na Paróquia de Santalha (1886, 1896 e 1909)

CATEGORIAS	ANOS					
	1886		1896		1909	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
1 ISOLADOS						
a) Viúvos/as	9	6,3	4	2,7	6	4,1
b) Solteiros/as ou estado matrimonial desconhecido	24	16,9	21	14,4	14	9,7
c) Mulher casada com marido ausente	1	0,7	1	0,7		
d) Homem casado com mulher ausente			3	2,1		
2 AGREGADOS NÃO CONJUGAIS						
a) Irmãos	4	2,8	7	4,8	2	1,4
b) Outros parentes	1	0,7	5	3,4		
c) Sem parentesco evidente	9	6,3			4	2,8
3 AGREGADO FAMILIAR SIMPLES						
a) Casal sem filhos	21	14,8	22	15,1	15	10,3
b) Casal com filhos	40	28,2	21	14,4	41	28,3
c) Viúvo com filhos	8	5,6	6	4,1	8	5,5
d) Viúva com filhos	10	7,0	15	10,3	10	6,9
e) Mãe solteira com filhos	3	2,1	10	6,8	20	13,8
f) Mulher casada c/marido ausente com filhos			1	0,7	3	2,1
g) União informal com filhos					1	0,7
4 AGREGADO FAMILIAR ALARGADO						
a) Alargamento ascendente	3	2,1	10	6,8	7	4,8
b) Alargamento descendente			1	0,7	4	2,8
c) Alargamento lateral	4	2,8	15	10,3	8	5,5
d) Outras combinações	1	0,7				
5 AGREGADO FAMILIAR MÚLTIPLO						
a) Unidade secundária ascendente					2	1,4
b) Unidade secundária descendente	4	2,8	4	2,7		
c) Unidade secundária lateral						
d) Outras combinações						
6 ESTRUTURA INDETERMINADA						
	142	100,0	146	100,0	145	100,0

FONTE: 1886, Rol de Confessados, compilado pelo Padre Azevedo.
1896, Rol de Confessados, compilado pelo Padre Melo.
1909, Rol de Confessados, compilado pelo Padre Morais.
Arquivo Paroquial de Santalha.

A estrutura dos agregados domésticos baseia-se na tipologia de Cambridge. Este tipo de investigação pretende responder à questão, quem está na família, quem vive com quem?

De facto a estrutura da família não pretende apurar quantos elementos compõem o agregado doméstico, mas que tipos de vínculos existem entre os seus membros.

Peter Laslett⁴² e os seus colaboradores elaboraram uma tipologia de análise das estruturas familiares, distinguindo quatro categorias fundamentais, articuladas em subtipos:

- a) Os que vivem sós;
- b) Os que não têm laço conjugal;
- c) Agregados domésticos “simples” com ou sem filhos, incluindo os viúvos (as) com filhos;
- d) Os agregados de estrutura familiar complexa, subdividindo-se em “alargados e múltiplos”

Os criados, não eram qualificados na categoria da estrutura do fogo onde residiam daí que existam agregados classificados na categoria de “Isolados” com mais de um membro.

A este modelo introduzimos pequenas alterações com o objectivo de melhor o adequar a realidade que nos propusemos estudar.

O quadro 3.5 indica-nos a distribuição dos diferentes tipos de agregados e respectiva percentagem referente ao período compreendido entre 1886 e 1909. Da sua leitura, ressalta de imediato o predomínio da família nuclear com a maior percentagem no início do século (67,6%).

Durante o período em estudo, embora se registem algumas variações, mais de metade dos agregados familiares eram do tipo familiar simples, neste contexto convém referir que, “O predomínio da família nuclear simples na sociedade oitocentista não é (...) um fenómeno novo, associado à mudança social. Não é também um fenómeno de natureza urbana, já que proporções

⁴² LASLETT, Peter, e WALL, Richard, (eds.) - *Household and Family in Past Time*, Cambridge, 1972, p. 17-21, e WALL, Richard, (ed.) - *Family Forms in Historic Europe*, Cambridge, 1983, p. 18-34.

semelhantes das mesmas formas de famílias podem detectar-se em meios rurais⁴³.

Nesta perspectiva, o predomínio da família nuclear na paróquia não é uma realidade nova e os diversos resultados da pesquisa histórica têm confirmado esta tendência.

A alta percentagem (67,6%) de fogos com estrutura nuclear no ano de 1909 é em parte decorrente do elevado número de fogos constituídos por mães solteiras com um valor de 13,8%. A ilegitimidade nestes séculos não era um fenómeno novo, não era também e só um fenómeno nacional, regional ou local, rural ou urbano, como salienta Michael Anderson “quase por toda a parte o século XVIII e o início do século XIX foram período de aumento constante, tanto no que se refere aos filhos ilegítimos como aos filhos de ligações pré-nupciais, embora a escala e o momento do início deste aumento variasse de país para país e de região para região⁴⁴”.

Brian J. O'Neill, no seu estudo sobre uma pequena comunidade rural do distrito de Bragança (Trás-os-Montes) aponta como factor principal da ilegitimidade, “o próprio sistema de herança que gera a reprodução de um grupo bastardo ao longo das gerações⁴⁵”.

A preponderância da ilegitimidade nesta pequena comunidade rural, aproxima-se da de Santa Eulália (estudada por Caroline Bretell). A autora refere: “foi cerca da última década do séc. XIX e primeira do século XX que a ilegitimidade alcançou em Santa Eulália níveis sem precedentes⁴⁶”.

⁴³ PEREIRA, cit. 1, p. 95.

⁴⁴ ANDERSON, cit. 12, p. 17.

⁴⁵ O'NEILL, cit. 26, p. 281.

⁴⁶ BRETTELL, Caroline B. - *Homens que Partem Mulheres que Esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, p. 173.

Quadro 3.6 - Isolados segundo o sexo e estado civil (Paróquia de Santalha, 1886)

	Viúvos		Solteiros		Casados		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Homens	5	55,6%	6	25,0%		0,0%	11	32,4%
Mulheres	4	44,4%	18	75,0%	1	100,0%	23	67,6%
Total	9	100,0%	24	100,0%	1	100,0%	34	100,0%

Quadro 3.7 - Pessoal Doméstico nos fogos isolados segundo o sexo do Chefe de Família - Santalha 1886

	Nº. de Fogos		Nº. de Criados		Criados / Fogo
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.
Homens	3	100%	5	100%	1,67
Mulheres	0	0%	0	0%	0,00
Total	3	100%	5	100%	1,67

Igualmente significativo é a categoria dos isolados conforme se pode verificar no quadro 3.6. O isolamento afectaria sobretudo as mulheres solteiras, é notório o desequilíbrio entre os dois sexos. Associada à condição de isolamento feminino estariam factores demográficos, económicos e culturais, já que 67,6% de fogos isolados são constituídos por mulheres. Apesar das adversas condições económico-sociais este grupo de mulheres evidencia maior capacidade de sobrevivência em relação aos homens, conclusão semelhante podemos tirar da leitura do quadro 3.7, em que analisamos a existência de criados nos fogos isolados. Vê-se de imediato que apenas os fogos isolados masculinos incluem criadagem. Dispor de criadagem era uma condição inacessível às camadas populares.

A análise global dos fogos com estrutura complexa (agregados alargados e múltiplos) deixa antever o predomínio dos fogos alargados sendo a situação mais evidente o alargamento lateral (pela inclusão de irmãos) com valores percentuais de 10,3% em 1896. O estabelecimento de dezoito novos agregados alargados numa década (1886-1896), aproximadamente, dois ao ano, é o reflexo de mudanças. Em momentos de crise a união de esforços e recursos podia ser uma estratégia familiar para enfrentar as dificuldades económicas.

Os fogos múltiplos revelam um peso pouco significativo ao longo do período em estudo sem variações significativas, mantendo sensivelmente a mesma percentagem.

A observação das diversas categorias evidencia ou seremos levados a concluir que a transferência da autoridade para os filhos casados co-residentes não terá sido prática corrente enquanto os progenitores fossem vivos.

A mudança mais significativa na estrutura dos agregados familiares na paróquia de Santalha, entre 1886 e 1909 foi a diminuição dos agregados nucleares em 1896 e o aumento dos agregados complexos no mesmo ano.

Podemos concluir que esta pequena comunidade rural, no fim do século XIX e início do século XX se caracteriza por comportamentos familiares diversificados prevalecendo a família nuclear simples.

Composição dos agregados

Como escreve Guilhermina Mota, “um grupo doméstico é um corpo formado por pessoas que têm entre si relações estreitas, mas que ocupam posições diversas nesse pequeno mundo⁴⁷”.

Os membros que integravam um grupo doméstico estavam ligados por laços familiares (sangue e afinidade), relações de trabalho e co-residência.

⁴⁷ MOTA, Guilhermina - *Estruturas Familiares no Mundo Rural. Grupos Domésticos no Bispado de Coimbra em 1801*, separata da “Revista Portuguesa de História, nº. 24, Coimbra, 1990, p. 30.

Este conjunto de pessoas estava sob a autoridade do cabeça-de-casal, este identificava-se com o primeiro indivíduo inscrito em cada fogo numa lista de habitantes. Era o chefe de família que determinava todas as actividades inerentes ao agregado quer no que se refere à gestão das actividades domésticas, quer na planificação e organização das tarefas laborais. O cabeça-de-casal detentor da autoridade, representava o topo da hierarquia familiar, os demais elementos do agregado ocupavam determinadas posições, tendo como referência o chefe de família.

Com a finalidade de determinarmos as diversas posições, ainda que relativas, que cada membro desempenha no agregado passemos à análise da composição do agregado doméstico.

Quadro 3.8 - Composição dos agregados domésticos, segundo o sexo e a relação de parentesco com o chefe de família na paróquia de Santalha (1886)

1886	Relação com o Chefe de Família	Sexo		Total		Nº. Médio por agregado
		Homens	Mulheres	Nº.	%	
	Chefes de Família / Conjuges	100	112	212	46,19	1,49
	Filhos	94	79	173	37,69	1,22
	Parentes	9	29	38	8,28	0,27
	Criados	7	29	36	7,84	0,25
	Total	210	249	459	100,00	3,23

1896	Relação com o Chefe de Família	Sexo		Total		Nº. Médio por agregado
		Homens	Mulheres	Nº.	%	
	Chefes de Família / Conjuges	99	103	202	44,30	1,38
	Filhos	80	75	155	33,99	1,06
	Parentes	21	44	65	14,25	0,45
	Criados	15	19	34	7,46	0,23
	Total	215	241	456	100,00	3,12

1909	Relação com o Chefe de Família	Sexo		Total		Nº. Médio por agregado
		Homens	Mulheres	Nº.	%	
	Chefes de Família / Conjuges	84	125	209	39,66	1,44
	Filhos	113	128	241	45,73	1,66
	Parentes	29	24	53	10,06	0,37
	Criados	10	14	24	4,55	0,17
	Total	236	291	527	100,00	3,63

Em 1886, na freguesia estudada, já vimos a predominância da família nuclear simples, assim, os chefes de família por si só ou com o cônjuge representam uma percentagem elevada, 46,2%, registando-se a mesma tendência, apenas com uma ligeira variação, em 1896. A relevância dos chefes de família/cônjuges, deve-se em parte à existência de vários fogos de isolados. Verificamos que para o período estudado, 1886 – 1909, os chefes de família/cônjuge adquirem expressividade numérica na ordem dos 42%.

O número médio de filhos por agregado é relativamente baixo, atingindo o valor mais alto em 1909 (1,66%), valor relativo, condicionado pela natureza da própria fonte – *Róis de Confessados* -, não estavam incluídas crianças com menos de oito anos. Embora esta distorção seja insuficiente para explicar o número reduzido de filhos por agregado. Parece-nos que outras explicações podem ser avançadas: a maior mobilidade dos jovens, provocada pelas difíceis condições económico-sociais em que viviam a maior parte das famílias. Nestas condições o jovem abandonava a casa paterna para exercer a função de criado noutras casas e noutros lugares, e sobretudo não podemos desprezar a mortalidade infantil.

A integração de parentes nos fogos revela algumas variações, quer no que se refere ao contingente de efectivos, quer ao desequilíbrio numérico entre sexos. Em 1886 e 1896 predominam os parentes do sexo feminino. Em 1909, regista-se uma pequena variação, verificando-se quase um equilíbrio numérico entre homens e mulheres, mas a integração de parentes masculinos é ligeiramente superior à integração de parentes femininos. A nível geral os parentes do sexo feminino aparecem em superioridade numérica

Quadro 3.9 - Criados, segundo o sexo, a idade e o estado civil na Paróquia de Santalha

Grupo etário		Homens						Mulheres						Total	
		Solteiros		Casados		Viúvos		Solteiros		Casados		Viúvos			
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
1886	Menos de 15	3	0,7					7	1,5					10	2,2
	15 - 24	3	0,7					13	2,8					16	3,5
	25 - 34	1	0,2					4	0,9					5	1,1
	35 - 44							3	0,7					3	0,7
	45 - 54							2	0,4					2	0,4
	55 e +														
1896	Menos de 15	3	0,7					4	0,9					7	1,5
	15 - 24	9	2,0					7	1,5					16	3,5
	25 - 34	2	0,4	1	0,2			2	0,4					5	1,1
	35 - 44	1	0,2					1	0,2					2	0,4
	45 - 54							4	0,9					4	0,9
	55 e +					1	0,2	1	0,2					2	0,4
1909	Menos de 15	5	0,9					4	0,8					9	1,7
	15 - 24	2	0,4					4	0,8					6	1,1
	25 - 34	1	0,2					3	0,6					4	0,8
	35 - 44	1	0,2					2	0,4					3	0,6
	45 - 54														
	55 e +	1	0,2	1	0,2			1	0,2					3	0,6

Além dos filhos e dos parentes, 23 agregados incluíam criados, o que corresponde a 16,2% do total dos agregados (1886). Como já foi referido concentravam-se sobretudo em agregados de dimensões reduzida e média.

Em 1896, regista-se a mesma tendência, 15,1% de agregados incluíam criados, distribuindo-se em agregados de dimensões reduzidas.

Em 1909, verifica-se uma ligeira variação diminuindo o número de criados.

Foram considerados como criados, os indivíduos assim referenciados na própria fonte.

Para melhor compreendermos o comportamento dos criados analisemos o quadro 3.9.

Uma característica comum aos criados de ambos os sexos é que são solteiros e jovens, o que confirma que a condição de criado é transitória e típica nas primeiras fases do seu ciclo de vida.

Em 1886, representam 7,8% da população, e regista-se um evidente desequilíbrio numérico entre sexos, 80,6% para o sexo feminino, contra 19,4% do sexo masculino.

Em 1896, correspondem a 7,5% da população e regista-se um quase equilíbrio numérico entre os sexos, 55,9% para as mulheres, 44,1%, para os homens.

No início do século (1909), o número de criados diminui, correspondendo a 4,6% da população, verificando-se a superioridade numérica das mulheres. Quer as criadas, sempre em vantagem numérica, quer os criados, são adolescentes ou adultos jovens solteiros.

A análise intensiva a vários *róis de confessados* permitiu-nos apurar, que os criados com mais de 45 anos, eram mulheres, que permaneceram no mesmo fogo durante vários anos, por outro lado regista-se um comportamento diferente em relação aos criados jovens, não permanecendo no mesmo agregado durante vários anos, “os serviçais poderiam ser considerados uma fonte de mão-de-obra temporária dentro da casa (no que se refere às criadas) e nas terras (no que toca aos criados). Contratavam-se criados durante os períodos em que houvesse escassez de mão-de-obra familiar e dispensavam-se quando este abundasse⁴⁸”, também raramente serviam o mesmo patrão

⁴⁸ O'NEILL, cit. 26, p. 225.

mais do que uma vez, daí o ditado popular da região: “criado retornado é como caldo requentado”.

A baixa proporção de criados é provavelmente o resultado de factores vários: a pequena dimensão da maioria das propriedades em que a mão-de-obra necessária era recrutada na própria família, a entreaajuda familiar e de vizinhança nas épocas de maior actividade agrícola, a elevada percentagem de jornaleiros, que trabalham a jorna mas viviam na sua própria casa.

Passemos agora à análise do tipo de parentes que se integram nos agregados estudados (quadros 3.10 a 3.15).

Quadro 3.10 - Parentes co-residentes (relação de parentesco com o chefe de família nos fogos chefiados por homens)

Relação de parentesco com o Chefe de Família	1886				Total	
	Parentes do sexo masculino		Parentes do sexo feminino			
	nº.	%	nº.	%	nº.	%
<i>Parentesco Ascendente</i>	1	3,7	4	14,8	5	18,5
Pai/Mãe						
Sogro/Sogra			2	7,4	2	7,4
Avô/Avó						
Tio/Tia	1	3,7	2	7,4	3	11,1
<i>Parentesco Lateral</i>	3	11,1	8	29,6	11	40,7
Irmão/Irmã	3	11,1	8	29,6	11	40,7
Cunhado/Cunhada						
Primo/prima						
<i>Parentesco Descendente</i>	2	7,4	8	29,6	10	37,0
Genro/Nora			4	14,8	4	14,8
Sobrinho/Sobrinha	2	7,4	2	7,4	4	14,8
Neto/Neta			2	7,4	2	7,4
<i>Outros Parentes</i>	0	0,0	1	3,7	1	3,7
Afilhado/Afilhada						
Aparentados			1	3,7	1	3,7
Total	6	22,2	21	77,8	27	100

Quadro 3.11 - Parentes co-residentes (relação de parentesco com o chefe de família nos fogos chefiados por homens)

Relação de parentesco com o Chefe de Família	1896				Total	
	Parentes do sexo masculino		Parentes do sexo feminino			
	nº.	%	nº.	%	nº.	%
<i>Parentesco Ascendente</i>	3	6,0	6	12,0	9	18,0
Pai/Mãe						
Sogro/Sogra			3	6,0	3	6,0
Avô/Avó						
Tio/Tia	3	6,0	3	6,0	6	12,0
<i>Parentesco Lateral</i>	6	12,0	14	28,0	20	40,0
Irmão/Irmã	5	10,0	10	20,0	15	30,0
Cunhado/Cunhada	1	2,0	4	8,0	5	10,0
Primo/prima						
<i>Parentesco Descendente</i>	12	24,0	9	18,0	21	42,0
Genro/Nora	6	12,0	4	8,0	10	20,0
Sobrinho/Sobrinha	6	12,0	5	10,0	11	22,0
Neto/Neta						
<i>Outros Parentes</i>	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Afilhado/Afilhada						
Aparentados						
Total	21	42,0	29	58,0	50	100

Quadro 3.12 - Parentes co-residentes (relação de parentesco com o chefe de família nos fogos chefiados por homens)

Relação de parentesco com o Chefe de Família	1909				Total	
	Parentes do sexo masculino		Parentes do sexo feminino			
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
<i>Parentesco Ascendente</i>	0	0,0	3	8,3	3	8,3
Pai/Mãe			1	2,8	1	2,8
Sogro/Sogra						
Avô/Avó						
Tio/Tia			2	5,6	2	5,6
<i>Parentesco Lateral</i>	10	27,8	7	19,4	17	47,2
Irmão/Irmã	8	22,2	5	13,9	13	36,1
Cunhado/Cunhada	2	5,6	2	5,6	4	11,1
Primo/prima						
<i>Parentesco Descendente</i>	11	30,6	5	13,9	16	44,4
Genro/Nora	5	13,9			5	13,9
Sobrinho/Sobrinha	6	16,7	5	13,9	11	30,6
Neto/Neta						
<i>Outros Parentes</i>	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Afilhado/Afilhada						
Aparentados						
Total	21	58,3	15	41,7	36	100

Quadro 3.13 - Parentes co-residentes (relação de parentesco com o chefe de família nos fogos chefiados por mulheres)

Relação de parentesco com o Chefe de Família	1886				Total	
	Parentes do sexo masculino		Parentes do sexo feminino			
	nº.	%	nº.	%	nº.	%
<i>Parentesco Ascendente</i>	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Pai/Mãe						
Sogra/Sogra						
Avô/Avó						
Tio/Tia						
<i>Parentesco Lateral</i>	2	18,2	6	54,5	8	72,7
Irmão/Irmã	2	18,2	6	54,5	8	72,7
Cunhado/Cunhada						
Primo/prima						
<i>Parentesco Descendente</i>	1	9,1	2	18,2	3	27,3
Genro/Nora	1	9,1			1	9,1
Sobrinho/Sobrinha			2	18,2	2	18,2
Neto/Neta						
<i>Outros Parentes</i>	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Afilhado/Afilhada						
Aparentados						
Total	3	27,3	8	72,7	11	100

Quadro 3.14 - Parentes co-residentes (relação de parentesco com o chefe de família nos fogos chefiados por mulheres)

Relação de parentesco com o Chefe de Família	1896				Total	
	Parentes do sexo masculino		Parentes do sexo feminino			
	nº.	%	nº.	%	nº.	%
<i>Parentesco Ascendente</i>	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Pai/Mãe						
Sogro/Sogra						
Avô/Avó						
Tio/Tia						
<i>Parentesco Lateral</i>	0	0,0	9	60,0	9	60,0
Irmão/Irmã			9	60,0	9	60,0
Cunhado/Cunhada						
Primo/prima						
<i>Parentesco Descendente</i>	0	0,0	6	40,0	6	40,0
Genro/Nora			3	20,0	3	20,0
Sobrinho/Sobrinha			1	6,7	1	6,7
Neto/Neta			2	13,3	2	13,3
<i>Outros Parentes</i>	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Afilhado/Afilhada						
Aparentados						
Total	0	0,0	15	100,0	15	100

Quadro 3.15 - Parentes co-residentes (relação de parentesco com o chefe de família nos fogos chefiados por mulheres)

Relação de parentesco com o Chefe de Família	1909				Total	
	Parentes do sexo masculino		Parentes do sexo feminino			
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
<i>Parentesco Ascendente</i>	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Pai/Mãe						
Sogra/Sogra						
Avô/Avó						
Tio/Tia						
<i>Parentesco Lateral</i>	0	0,0	2	11,8	2	11,8
Irmão/Irmã			2	11,8	2	11,8
Cunhado/Cunhada						
Primo/prima						
<i>Parentesco Descendente</i>	7	41,2	6	35,3	13	76,5
Genro/Nora	2	11,8	3	17,6	5	29,4
Sobrinho/Sobrinha			1	5,9	1	5,9
Neto/Neta	5	29,4	2	11,8	7	41,2
<i>Outros Parentes</i>	1	5,9	1	5,9	2	11,8
Afilhado/Afilhada						
Aparentados	1	5,9	1	5,9	2	11,8
Total	8	47,1	9	52,9	17	100

Da leitura dos quadros 3.10 a 3.15, podemos concluir que os parentes, (predominância dos parentes do sexo feminino), se distribuem fundamentalmente pelos fogos chefiados por homens. Nos fogos de chefia masculina, ressalta de imediato a predominância do parentesco descendente.

A quase inexistência de parentes ascendentes provavelmente prende-se com elevadas taxas de mortalidade.

Relativamente, ao acolhimento de parentes descendentes e no caso específico dos sobrinhos, que atingem um número considerável, verificando-se quase uma constância numérica, para os anos em estudo, destaca-se o papel assistencial da família, que em momentos de maior fragilidade familiar desempenha funções de assistência. Destaca-se, igualmente, a expressividade

numérica dos irmãos, com um valor relativamente significativo em 1896, 6,9% para as irmãs, e em 1909, 5,6% para os irmãos.

Nos fogos chefiados por mulheres, regista-se a ausência completa de parentes ascendentes (de ambos os sexos), situação que pode relacionar-se com factores demográficos (baixa esperança de vida) e culturais (fortes padrões de autoridade masculina).

Verificamos que, a integração de parentes faz-se sobretudo na casa dos irmãos, esta situação poderá indiciar a união conjunta de esforços com o objectivo de viabilizar a auto-suficiência económica, identificando-se neste caso a família como unidade de produção.

Quadro 3.16 - Gerações por Fogo, segundo o sexo do cabeça de casal - 1886

Gerações	Homens		Mulheres		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
1	22	15,49	25	17,61	47	33,10
2	72	50,70	19	13,38	91	64,08
3	4	2,82		0,00	4	2,82
Total	98	69,01	44	30,99	142	100,00

Da observação do quadro 3.16, podemos concluir que, o predomínio da família conjugal determina o maior peso de agregados familiares com duas gerações, sobretudo nos fogos chefiados por homens (50,7%). Nos fogos em que a mulher é cabeça de casal, a situação mais evidente é a ocorrência de uma geração (17,6%). Com 4 gerações são inexistentes, quer nos fogos masculinos, quer nos fogos femininos. Com três gerações são raros (2,8%) e são exclusivamente masculinos.

Os agregados em que se regista apenas uma geração, são sobretudo os isolados, os irmãos e os casais sem filhos. Com três gerações são fogos complexos.

Ciclo de vida familiar e dinâmica do grupo doméstico

A análise transversal até aqui efectuada, permitiu-nos definir as estruturas familiares predominantes na paróquia num dado momento. É uma imagem fixa no tempo, que não permite apurar o movimento que anima essas estruturas. Diversos acontecimentos provocam transformações na unidade doméstica, ou seja, se num dado momento o agregado familiar, de dimensão reduzida, é composto por pais e filhos, noutro momento pode tornar-se complexo pela integração de parentes, daí que o agregado doméstico esteja sujeito a mudanças.

O conceito de ciclo de vida, refere-se à história de cada família, à sua evolução e transformações no tempo, bem como, ao tempo cronológico da duração do período de vida de uma família (ou de um indivíduo). Largamente divulgado pela sociologia americana, em especial a partir dos trabalhos de Paul Glick e de Reuben Hill, caracteriza-se por vários estádios ou fases, verificando-se em cada uma destas fases a modificação de papéis dos diversos intervenientes familiares: o casamento, o nascimento dos primeiros filhos (pais jovens); grupo doméstico com filhos em idade pré-escolar; grupo doméstico com filhos na escola; grupo doméstico com filhos adolescentes; grupo doméstico com filhos jovens adultos; grupo doméstico que providencia o estabelecimento dos filhos no mundo do trabalho; grupo doméstico “pós-parental” (partida do último filho até à reforma do pai); grupo doméstico em envelhecimento (após a reforma do pai). Este quadro analítico, “particularmente frutuoso na análise das mudanças na composição e estruturas da unidade doméstica, (...) tem permitido uma maior compreensão dos modelos de família na sua relação com as estruturas económicas e com os regimes demográficos⁴⁹”.

Não obstante a sua operacionalidade, tem-lhe sido apontadas diversas críticas, já que é quase exclusivamente concebido em termos de evolução interna do agregado doméstico, mas com pouca atenção para os

⁴⁹ PEREIRA, cit. 1, p. 156.

acontecimentos externos à família, que podem provocar de forma mais ou menos extensa, modificações no ciclo de vida de famílias inteiras e de indivíduos.

Por outro lado, o estabelecimento das diversas etapas do ciclo de vida, com base na paternidade, “elimina totalmente os tipos de organização familiar não sancionados pelas formas legais⁵⁰”.

“A extensão dos casos que não se enquadram nestes pressupostos – adultos celibatários, casais sem filhos, uniões informais, mães solteiras, viuvez precoce – limita muito a representatividade das análises que utilizam este modelo⁵¹”.

Apesar das limitações que lhe são apontadas, o conceito de ciclo de vida permite-nos aceder à compreensão das mudanças que se vão operando na unidade doméstica, através das distribuições etárias relacionadas com outros indicadores como o estado civil ou a estrutura de parentesco dos agregados.

A análise da dimensão do agregado doméstico, quadro 3.17., segundo o sexo e a idade do cabeça-de-casal, permite-nos aceder à seguinte realidade:

Quadro 3.17 - Dimensão dos fogos, segundo o sexo e as idades dos respectivos chefes - 1886

Idades	Homens								Mulheres							
	1 pessoa		2-3 pessoas		4-6 pessoas		7 e +pessoas		1 pessoa		2-3 pessoas		4-6 pessoas		7 e +pessoas	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 25	2	1,4		0,0		0,0		0,0	4	2,8		0,0		0,0		0,0
25 - 34	2	1,4	9	6,3	1	0,7	1	0,7	10	7,0		0,0		0,0		0,0
35 - 44	1	0,7	15	10,6	5	3,5		0,0	3	2,1	3	2,1	1	0,7		0,0
45 - 54	3	2,1	9	6,3	21	14,8		0,0	5	3,5	3	2,1	2	1,4	1	0,7
55 - 64		0,0	3	2,1	9	6,3	4	2,8	2	1,4	4	2,8	3	2,1		0,0
65 e +		0,0	6	4,2	4	2,8	3	2,1		0,0	3	2,1		0,0		0,0
Total	8	5,6	42	29,6	40	28,2	8	5,6	24	16,9	13	9,2	6	4,2	1	0,7

⁵⁰ SEGALEN, cit. 2, p. 217.

⁵¹ PEREIRA, cit. 1, p. 157.

Da totalidade de fogos (30,9%) chefiados por mulheres 16,9% são fogos unipessoais e são constantes ao longo de todas as classes etárias, com maior peso enquanto a mulher é jovem. Tratava-se de mulheres jovens e solteiras que viviam sozinhas.

A partir da faixa etária dos 35 anos e até à velhice a mulher exerce a autoridade em fogos de dimensão reduzida e média, trata-se efectivamente de mulheres viúvas com filhos, mães solteiras e parentes.

Os fogos femininos de dimensão média e elevada são raros, 4,2% e 0,70%, respectivamente.

Nos fogos de chefia masculina verificamos o maior peso de fogos de dimensões reduzidas (28,9%) e fogos de dimensões médias (28,2%). Os fogos constituídos por 2 - 3 pessoas, adquirem peso significativo a partir dos 25 anos até à velhice, atingindo destaque especial na faixa etária dos 35 – 44 anos.

No caso dos fogos de dimensões médias verificamos que é na faixa etária dos 45 – 54 anos que os fogos atingem a sua dimensão máxima.

Nos extremos, com valores muito próximos situam-se os fogos unipessoais, constantes ao longo de todo o ciclo de vida, e os fogos de dimensões elevadas. Os últimos são sobretudo notórios nas classes etárias próximas da velhice, o que poderá revelar o papel assistencial da família, acolhendo os parentes em momentos de crise.

Antes dos 25 anos, o homem não acedeu à chefia da unidade doméstica, situação que pode indiciar, que a idade média do casamento era elevada, estando de acordo com os padrões da Europa Ocidental, tal como salienta Michael Anderson: “a idade média do casamento nas zonas rurais era de 27 ou 28 anos para os homens e de 25 ou 26 para as mulheres⁵²”.

⁵² ANDERSON, cit. 12, p. 14.

Quadro 3.18 - Composição do Grupo Doméstico, segundo a idade e o sexo do cabeça de casal (Santalha, 1886) - Fogos de Chefia Feminina

Grupos Etários	Cabeça de Casal e Esposa		Filhos		Parentes		Criados	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Menos de 25	4	9,1						
25 - 34	10	22,7						
35 - 44	7	15,9	3	9,7	1	9,1	1	33,3
45 - 54	11	25,0	14	45,2	8	72,7	2	66,7
55 - 64	9	20,5	12	38,7	1	9,1		
65 e +	3	6,8	2	6,5	1	9,1		
Total	44	100	31	100	11	100	3	100

Quadro 3.19 - Composição do Grupo Doméstico, segundo a idade e o sexo do cabeça de casal (Santalha, 1886) - Fogos de Chefia Masculina

Grupos Etários	Cabeça de Casal e Esposa		Filhos		Parentes		Criados	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Menos de 25								
25 - 34	22	13,0	4	2,8	6	22,2	2	6,1
35 - 44	40	23,7	19	13,4	10	37,0	7	21,2
45 - 54	62	36,7	54	38,0	5	18,5	8	24,2
55 - 64	28	16,6	40	28,2	4	14,8	8	24,2
65 e +	17	10,1	25	17,6	2	7,4	8	24,2
Total	169	100	142	100	27	100	33	100

O predomínio da família conjugal na paróquia determina que as principais relações familiares sejam as de pais e filhos ao longo de quase todo o ciclo de vida.

No caso dos fogos masculinos, constatamos um número considerável de filhos, que se distribuem variavelmente pelas diferentes classes etárias. Na faixa etária dos 25 – 34 anos, os filhos representam uma percentagem (2,8%) relativamente baixa (os menores de oito anos não constam na fonte).

É entre os 45 e 64 anos do chefe de família que se concentram os valores mais elevados de filhos, registando-se o seu maior peso no grupo etário dos 45 – 54 anos (38%). O elevado número de filhos nas classes etárias em que o chefe de família se aproxima da velhice, pode indiciar o implemento de estratégias familiares com o objectivo de garantir a auto-suficiência económica, tal como refere o antropólogo, Brian J. O'Neill: “cada fogo de lavrador tenta alargar a sua força de trabalho criando muitos filhos a partir de um único casal, o que, por seu lado, garante que um ou mais desses filhos poderão ajudar os pais à medida que estes envelhecem⁵³”.

A integração de parentes nos agregados revela um ritmo contínuo ao longo de todo o ciclo de vida, atingindo, contudo, um valor mais elevado na faixa etária dos 35 – 44 anos. O número de criados por fogo, exceptuando a faixa etária dos 25 – 34 anos, aumenta progressivamente, mantendo um número constante até ao final do ciclo.

Nos agregados femininos, sem grande expressividade estatística, constatamos que é na meia-idade da mulher que se concentram o maior número de filhos e parentes.

Da análise global da estrutura dos agregados, segundo a idade e o sexo do cabeça-de-casal podemos obter a seguinte leitura através do quadro 3.20.

⁵³ O'NEILL, cit. 26, p. 250.

Quadro 3.20 - Tipo de fogos, segundo a idade e o sexo do respectivo chefe na paróquia de Santalha - 1886

Grupos etários	Homens										Mulheres									
	1		2		3		4		5		1		2		3		4		5	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Menos de 25											4	2,8								
25 - 34	2	1,4	2	1,4	6	4,2					9	6,3								
35 - 44	3	2,1	2	1,4	16	11,3	2	1,4	1	0,7	2	1,4	2	1,4	4	2,8				
45 - 54	4	2,8	2	1,4	24	16,9	4	2,8	1	0,7	4	2,8	3	2,1	3	2,1				
55 - 64	3	2,1	1	0,7	12	8,5	1	0,7	2	1,4	2	1,4		0,0	5	3,5				
65 e +			1	0,7	8	5,6	1	0,7			1	0,7	1	0,7	1	0,7				
Total	12	8,5	8	5,6	66	46,5	8	5,6	4	2,8	22	15,5	6	4,2	13	9,2	0	0,0	0	0,0

É evidente o desequilíbrio numérico entre os sexos, com um peso elevado no sexo masculino: 46,5% dos fogos da paróquia apresentavam uma estrutura nuclear e eram chefiados por homens e são claramente dominantes ao longo de todo o ciclo de vida.

Constatamos, igualmente, que no conjunto dos fogos complexos (alargados e múltiplos) (8,4%), a autoridade exercida é sempre masculina e verificam-se sobretudo entre os 35 e 64 anos do homem.

Os fogos masculinos sem estrutura conjugal (isolados e não conjugais) distribuem-se de uma forma mais ou menos equitativa ao longo de toda a faixa etária, sendo mais significativo o peso dos isolados.

A autoridade feminina exercia-se essencialmente em fogos sem estrutura conjugal, (19,7%), 15,5% eram fogos isolados, constituídos por mulheres solteiras, viúvas sem filhos e uma mulher casada sem filhos; e em fogos com estrutura conjugal (8,5%), sobretudo na faixa etária dos 35 – 64 anos.

Nesta situação aparecem sobretudo mulheres solteiras com filhos e viúvas com filhos. Em qualquer dos casos, o fogo está incompleto pela ausência do homem e só nestas circunstâncias é que a mulher chefiava o lar.

CAPITULO IV

FAMÍLIA E CONDIÇÃO SOCIAL

“A lavoura enche de amores quem a exerce, enraíza o homem ao solo que lavra, estabelecendo entre ambos os vínculos desse amor místico, sempre celebrado pelos poetas, porque é eternamente verdadeiro.”

Oliveira Martins, Fomento Rural e Emigração, Lisboa, 1994, p. 204.

Ocupação e estrutura do agregado doméstico

A fonte utilizada possibilitou-nos a identificação profissional de todos os indivíduos, maiores de sete anos. Nos Róis de Confessados que utilizamos – referentes aos anos de 1886, 1896 e 1909, aparece a identificação profissional não só do cabeça-de-casal mas de todos os outros membros que compõem o agregado.

O documento: “Lançamento Parochial de Impostos Directos e para a Instrucção Primária para o Anno de 1892”, na freguesia de Santalha, permitiu-nos apurar os resultados que o quadro 4.1 evidencia, no que concerne ao rendimento colectável para a contribuição paroquial.

**Quadro 4.1 - Rendimentos Colectáveis na Paróquia de Santalha
1892**

Nº. De Casos	Profissão dos Contribuintes	Rendimento Colectável	
		Valor (Réis)	%
15	Proprietário	644.010	39,2%
42	Lavradores	553.450	33,7%
81	Jornaleiros	133.360	8,1%
38	Não Identificados	312.810	19,0%
176		1.643.630	100,0%

FONTE: Lançamento Parochial de Impostos Directos e para Instrucção Primaria para o Anno de 1892. Arquivo Parochial de Santalha

Neste documento constam: o nome de cada contribuinte, naturalidade e rendimento colectável, não fazendo referência à ocupação de cada contribuinte. O cruzamento de fontes – Rol de Confessados de 1896 e “Lançamento Parochial de Impostos Directos” – permitiu-nos identificar profissionalmente os contribuintes, contudo não foi possível identificar um determinado número de indivíduos, os quais constam no quadro 4.1 como não identificados.

Assim, podemos adiantar que a desigualdade, ao nível da posse da terra, era evidente através do montante do rendimento colectável apurado para cada grupo social. Já vimos, anteriormente, que a proporção de fogos chefiados por jornaleiros é superior à de qualquer outro grupo social. Os jornaleiros contribuintes representavam 8,1% do rendimento colectável da paróquia, montante muito inferior aos dos proprietários, com a proporção de 39,2% e ao dos lavradores, com a percentagem de 33,7%.

Em todos os aspectos, a freguesia apresenta um conjunto de indicadores que evidenciam o seu carácter rural, no período considerado, cerca de 95,6% dos chefes de família exerce uma profissão relacionada com a agricultura.

Os raros indivíduos que não estão relacionados directamente com esta actividade, são o padre, os artesãos (que em 1886 eram: um carpinteiro, um

sapateiro, dois pedreiros, um ferreiro e um alfaiate) e um professor (1886), dois em 1909. Não nos parece, que os artesãos façam do seu ofício o seu “*modus vivendi*”. De uma forma directa ou indirecta estavam ligados à agricultura. Podiam efectivamente exercer o seu *mester* de artesãos, não tanto pelos proventos e necessidade de serviços, mas sobretudo para colmatar as dificuldades decorrentes da falta de recursos fundiários.

Que características económico-sociais evidenciam estes aldeãos? Que posição cada um ocupa na hierarquia social da comunidade?

Nesta pequena comunidade, em que todos estão ligados à agricultura, a posse da terra e a sua forma de exploração são o principal critério que determina o lugar de cada um na hierarquia social, sendo também fundamento da sociedade.

Na sociedade rural, a propriedade e, em particular a propriedade fundiária, não representava apenas um instrumento de produção e um investimento seguro, mas era condição de acesso a um estatuto social e a uma posição prestigiada no seio da comunidade rural⁵⁴.

Neste micro-cosmos rural, em que todos dependem da terra, na base da pirâmide social, estão os jornaleiros distribuindo-se quase de forma homogénea ao longo do período de tempo considerado. Em 1886 correspondiam a 55,6% dos chefes de família, registando-se uma ligeira diminuição em 1896 mantendo, no entanto, uma elevada percentagem, 55,4% e, no início do século, continuam a ser maioritários os fogos chefiados por este grupo social, atingindo a percentagem de 62,07%.

Os jornaleiros constituíam um grupo social próximo dos criados, muitos deles tinham servido em casas de proprietários e de lavradores mais abastados. Neste grupo há ainda a distinguir os cabaneiros, termo usado na região para designar os jornaleiros que dispunham apenas de alguma tecnologia agrícola rudimentar e por possuírem um património fundiário bastante exíguo que não permitia a utilização de animais de tiro na lavra dos campos, isto porque, não possuíam os animais, mas também porque as propriedades eram tão exíguas, que não cabia lá dentro uma junta de vacas,

⁵⁴ VAQUINHAS, Irene Maria – *A condição camponesa entre o mito e a realidade*. In MATTOSO, José – dir., *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. 5, p. 481.

por isso, viam-se constrangidos ao “amanho das terras”, utilizando exclusivamente força humana.

Apesar da pobreza em que viviam, alguns elementos deste grupo social apresentavam comportamentos diversificados, tendo alguns alcançado posições de respeitabilidade conseguindo mesmo subir na escala social. A par da pobreza, fenómenos considerados indecorosos, como a ilegitimidade, são características deste grupo social, as fontes documentais assim o comprovam, porque do total de mães solteiras apenas encontramos uma mulher proprietária nestas condições conforme se pode constatar através da leitura do quadro 4.2.

Quadro 4.2 - Profissões das mães solteiras na freguesia de Santalha (1886 - 1909)

Anos	Profissão	Nº.
1886	Jornaleira	3
1896	Jornaleira	10
1909	Jornaleira	19
	Proprietária	1
Total		33

FONTE: Róis de Confessados 1886, 1896 e 1909. Arquivo Paroquial de Santalha

Como sobrevivia este grupo social? A que expedientes recorriam para suprir as dificuldades crónicas com que se deparavam no dia-a-dia? Na época em que os trabalhos agrícolas, exigiam maior quantidade de mão-de-obra, os jornaleiros trabalhavam à jorna na casa dos proprietários, mas nem sempre os serviços prestados eram retribuídos com o pagamento em dinheiro, a maior parte das vezes, revertia a forma de géneros alimentícios e outras dádivas, por isso, recorriam a outros expedientes dos quais se destacavam, a produção de carvão que depois vendiam na vila, mas sobretudo ao contrabando.

A situação geográfica da localidade, – a fronteira com a Espanha situa-se, aproximadamente, 10,79 Kms a norte de Santalha – numa zona raiana,

propiciava a prática desta actividade, a partir da qual conseguiam escassos proventos. Recorriam frequentemente a outras práticas, nomeadamente arrecadar estrume deixado pelo gado nas ruas e campos, apanhar lenha em propriedade alheia, pastorear gado em terras de outros após as ceifas, apanhar castanhas ao rebusco, designação atribuída na zona, à prática de apanhar castanhas, após o souto ter sido soutado, isto é, o proprietário dos castanheiros dá por terminada a colheita das castanhas.

Este costume era sobretudo executado pelos moradores que não possuíam souts. Eram alguns dos antigos direitos colectivos que se mantinham. O resultado da pesquisa empírica, comprova-nos que nestes microcosmos rural, os jornaleiros eram o grupo mais numeroso e ocupavam uma posição de inferioridade na comunidade.

Quando desprovidos de bens próprios, principalmente, terra, levavam uma existência quotidiana de penúria, em especial nos momentos em que os trabalhos agrícolas não necessitavam de mão-de-obra.

Se os jornaleiros se caracterizavam, essencialmente, por viver de um salário (jorna) e pela ausência de terras das quais pudessem garantir a auto-suficiência económica, aos lavradores podemos designá-los como grupo de remediados.

Este grupo social implementa um conjunto de estratégias com a finalidade de tornar “a casa” auto-suficiente em termos económicos, nomeadamente o recurso à mão-de-obra familiar. As diversas tarefas eram distribuídas conforme as capacidades de cada elemento do agregado. O cabeça-de-casal lavrador, responsável pela gestão do fogo, executava todo o tipo de tarefas agrícolas: segadas, malhas, vindimas, debulhas, etc., e nestes momentos contava com a colaboração da mulher e dos filhos característica típica da economia camponesa, tal como refere Michael Anderson, “um dos problemas centrais da família camponesa era a necessidade de garantir que existia força de trabalho suficiente para fazer face a necessidades presentes e futuras, enquanto ainda não havia demasiadas bocas a sustentar para a capacidade geradora de recursos dos meios de produção.

Por outro lado, era necessário evitar os casamentos sem filhos, que não davam qualquer segurança para a velhice”⁵⁵.

Dispunham de um património fundiário, que lhes permitia a manutenção de uma “junta de vacas”, condição imprescindível para gozar do estatuto de lavrador.

A posse de uma junta de vacas, implicava necessariamente a existência de recursos fundiários, pois eram necessárias determinadas quantidades de alimentos para as alimentar (forragem, cereais e pasto nos lameiros). Se a alimentação do gado ovino e caprino era feita nos baldios, não necessitando, portanto, de património fundiário próprio e específico, o mesmo não acontecia com o gado bovino.

O património dos lavradores era constituído por uma série de parcelas descontínuas englobando a área de “20 a 30 hectares de terra”⁵⁶, permitindo-lhe a posse e manutenção de animais de tiro, que utilizavam na lavra dos campos permitindo-lhes uma relativa auto-suficiência económica.

Situados numa posição intermédia – acima dos jornaleiros, mas abaixo dos proprietários – os chefes de família lavradores correspondiam em 1886 a 35,2% da população total da freguesia. Em 1896 são 28,2% e em 1909 são 22,8%.

Este grupo social apresenta uma situação muito heterogénea, se alguns se encontram muito próximos dos proprietários, possuindo um património que lhes permite a auto-suficiência económica, uma pequena franja é formada por indivíduos, que mais se aproximam dos jornaleiros, com um quotidiano marcado pela debilidade económica e pela incerteza.

De facto podemos constatar através da análise intensiva que fizemos, ao documento: “Lançamento Parochial de Impostos Directos e para a Instrução Primária para o Anno de 1892”, da freguesia de Santalha que, existiam profundas diferenças entre o rendimento colectável entre indivíduos que no rol de confessados eram objecto da mesma classificação profissional. A título de exemplo, referimos aqui o montante superior e inferior: Lavrador A, rendimento

⁵⁵ ANDERSON, cit. 12, p. 70-71.

⁵⁶ O’NEILL, cit. 26, p. 106.

colectável: 90.430 réis, Lavrador B, rendimento colectável 870 réis. Os pequenos lavradores encontravam-se muito dependentes do arrendamento de terras. Em termos de ocupação profissional, tal como os seus progenitores tinham sido originariamente jornaleiros, ou tinham exercido a função de criados ou pastores em casas abastadas. Aliada à prática da agricultura que não lhe permitia a auto-subsistência, os pequenos lavradores, praticavam a pastorícia embora o rebanho não fosse propriedade sua, era pertença de um proprietário ou lavrador abastado. Entre as “duas partes” estabelecia-se um contrato verbal: o proprietário disponibilizava o capital e o agricultor cuidava do gado. Esta prática era norma corrente e proporcionava enormes vantagens ao proprietário, já que os ovinos e caprinos eram das espécies com maior interesse económico na região.

O antropólogo Brian J. O'Neill, define o grupo dos proprietários, como aqueles que, “possuem explorações com mais de 30 hectares. A palavra proprietário, é entendida no seu significado local (...) como dono de grandes extensões de terra e não deverá ser confundida com o significado mais genérico que designa o possuidor de qualquer propriedade, de área ou valor não especificado. (...) Constituem a elite dos notáveis da comunidade, firmemente estabelecidas no topo da hierarquia social, devido à dimensão das suas explorações e ao facto de preservarem a posição histórica das suas famílias no que respeita à influência administrativa, poder político e alto nível moral”⁵⁷.

Apesar do prestígio evidenciado que, em diversos momentos, atingia contornos de ostentação, os proprietários não eram absentistas, no entanto, apesar de sinais distintivos de riqueza (posse de grandes quantidades de terra, tratamento social diferenciado, acesso aos cargos municipais), aproximavam-se dos lavradores, era um modo de vida frugal e simples, expresso no vestuário e na dieta alimentar.

Exploravam áreas agrícolas de dimensões elevadas, descontínuas e relativamente afastadas umas das outras, o que dificultava a gestão do

⁵⁷ O'NEILL, cit. 26, p. 106.

património fundiário sendo a rentabilidade menor. Além do trabalho próprio, recorriam frequentemente ao trabalho de criados e jornaleiros, mormente nas épocas em que eram necessários mais braços para o trabalho: sementeiras, ceifas, vindimas, malhas.

Em 1886, os cabeças-de-casal proprietários eram na paróquia uma minoria atingindo a proporção de cerca de 5,6%, na década seguinte crescem para 10,2% e no início do século registamos a proporção de 13,1%.

Embora se registe algum crescimento, os proprietários continuam a ser uma minoria. As posições preponderantes que ocupam na hierarquia social da comunidade, reflectem-se no investimento escolar, que proporcionam aos seus filhos, embora este investimento esteja condicionado por inúmeras variáveis: património, capital financeiro, número de filhos, aproveitamento escolar dos educandos. Não obstante estes condicionalismos, o cruzamento de fontes (Róis de Confessados de 1909, com o “Status Animarum” de 1940 – 1944), permitiu-nos apurar, que os investimentos, em alguns casos, resultaram profícuos, possibilitando aos filhos o acesso à administração pública e a hierarquia clerical.

Além do património fundiário que possuíam, adquirido quase sempre através da herança, os proprietários implementam outros expedientes como estratégias possíveis de aumentar os rendimentos: arrendavam terras, emprestavam dinheiro aos grupos sociais mais desfavorecidos e participavam em negócios.

Traçada, de forma sucinta, a hierarquia social da freguesia, cujo critério básico de diferenciação reside nas desigualdades na posse da terra, vejamos agora que correlação existe entre condição social e a dimensão dos agregados domésticos.

A análise da dimensão dos grupos domésticos, segundo a categoria sócio-profissional do cabeça-de-casal, quadro 4.3, revela-nos de imediato que os fogos de maiores dimensões eram chefiados por lavradores.

Quadro 4.3 - Dimensão dos grupos domésticos segundo a categoria sócio-profissional do respectivo cabeça-de-casal (Santalha)

	Grupo Sócio-Profissional	1 pessoa		2-3 pessoas		4-6 pessoas		7 e + pessoas		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1886	Proprietários	1	0,7	2	1,4	4	2,8	1	0,7	8	5,6
	Lavradores		0,0	15	10,6	27	19,0	8	5,6	50	35,2
	F. Púb. e Emp.		0,0		0,0	2	1,4		0,0	2	1,4
	Jornaleiros	31	21,8	35	24,6	10	7,0		0,0	76	53,5
	Artesãos	1	0,7	2	1,4	3	2,1		0,0	6	4,2
	Outros		0,0		0,0		0,0		0,0	0	0,0
	Total	33	23,2	54	38,0	46	32,4	9	6,3	142	100,0
1896	Proprietários	2	1,4	5	3,4	7	4,8	1	0,7	15	10,3
	Lavradores		0,0	14	9,6	21	14,4	7	4,8	42	28,8
	F. Púb. e Emp.		0,0	1	0,7	1	0,7		0,0	2	1,4
	Jornaleiros	21	14,4	48	32,9	12	8,2		0,0	81	55,5
	Artesãos	1	0,7	4	2,7	1	0,7		0,0	6	4,1
	Outros		0,0		0,0		0,0		0,0	0	0,0
	Total	24	16,4	72	49,3	42	28,8	8	5,5	146	100,0
1909	Proprietários	2	1,4	11	7,6	6	4,1		0,0	19	13,1
	Lavradores		0,0	4	2,8	19	13,1	10	6,9	33	22,8
	F. Púb. e Emp.		0,0		0,0	1	0,7		0,0	1	0,7
	Jornaleiros	17	11,7	46	31,7	23	15,9	4	2,8	90	62,1
	Artesãos		0,0		0,0		0,0		0,0	0	0,0
	Outros		0,0	1	0,7		0,0	1	0,7	2	1,4
	Total	19	13,1	62	42,8	49	33,8	15	10,3	145	100,0

De facto este grupo social evidencia um comportamento bastante homogéneo ao longo do período de tempo considerado, sobre o qual incide este estudo. Constatamos a inexistência de fogos unipessoais, o isolamento não afectava os lavradores. Concentram as suas estratégias em fogos de dimensões reduzidas, mas o padrão normal deste grupo social, situa-se em fogos de dimensões médias, sendo igualmente significativas as experiências em fogos de dimensões elevadas como podemos constatar através da leitura do quadro 4.4. É neste grupo social que se concentra o maior número de filhos, tal como refere Brian J. O'Neill, "cada fogo de lavrador tenta alargar a sua força de trabalho criando muitos filhos a partir de um único casal, o que, garante que

um ou mais desses filhos poderão ajudar os pais à medida que estes envelhecem.

Esta preocupação em ter descendentes surge muito cedo no ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, (...) uma casa é considerada forte e “rica em mão-de-obra” se possui muitos filhos com bons hábitos de trabalho”⁵⁸.

Nos fogos chefiados por lavradores registamos ainda uma proporção significativa de agregados domésticos de dimensões elevadas (7 e mais pessoas), cerca de 7,8% (média do período em estudo), o que pode relacionar-se com o facto de a família constituir uma unidade de produção.

Os proprietários evidenciam uma multiplicidade de experiências, em 1886 e 1896, a dimensão normal dos fogos é de 4-6 pessoas, em 1909, o comportamento mais característico são os fogos de dimensão reduzida. Os fogos unipessoais são insignificantes, ao longo das três décadas.

Verificamos um comportamento divergente entre proprietários e lavradores, os proprietários usavam de diversas estratégias para manter o património indiviso, enquanto que os lavradores apostavam num ciclo reprodutor, como estratégia possível de mão-de-obra abundante.

Os jornaleiros, grupo que engloba o maior número de fogos, apresentam comportamentos diversificados: a percentagem de fogos de dimensões elevadas são mínimos, apenas surgem no fim do século e mesmo assim com uma percentagem insignificante, 2,8%. É neste grupo social que as experiências individuais de isolamento adquirem maior peso, e embora se registem algumas variações, podemos concluir que o isolamento afectava sobretudo os grupos sociais mais desfavorecidos.

Se por um lado, existe um número considerável de jornaleiros, que vive sozinho, por outro podemos verificar um número considerável de jornaleiros que vive integrado em fogos de dimensões médias (4-6 pessoas), não obstante o comportamento padrão situam-se em fogos de dimensões reduzidas (2-3 pessoas).

Em 1886, 24,6% dos fogos de jornaleiros apresentavam dimensões reduzidas, nas décadas seguintes esse número aumentou, ultrapassando os

⁵⁸ O’NEILL, cit. 26, p. 250-251.

30%. O maior peso de fogos unipessoais e dimensões reduzidas na categoria dos jornaleiros deve-se provavelmente à falta de recursos materiais, principalmente terra, se um jornaleiro se caracteriza por viver da jorna (salário), neste tipo de comunidade devia ser difícil, conseguir as subsistências necessárias à manutenção do lar. Para esta situação terá contribuído o aumento da ilegitimidade, que a partir de finais do séc. XIX, cresce significativamente, atingindo proporções elevadas no início do século.

Efectivamente, a análise intensiva às fontes históricas, assim o comprova, é no grupo social dos jornaleiros que no início do século (1909) encontramos 13,8% de fogos de dimensões reduzidas, de chefia feminina, tratava-se de mulheres solteiras, jornaleiras, que vivem com um ou dois filhos bastardos.

As diferenças na dimensão dos fogos por categorias sócio-profissionais decorrem da condição social económica, presença de criados, parentes e da permanência dos filhos na casa paterna.

A análise do número dos diversos membros que compõem o grupo doméstico, segundo a profissão do respectivo cabeça-de-casal - quadros 4.4, 4.5 e 46

Quadro 4.4 - Filhos^(*), parentes e criados por fogos, segundo a categoria sócio-profissional do cabeça-de-casal (Santalha 1886)

Grupo Sócio-Profissional	Nº. Fogos	Filhos		Parentes		Criados		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Proprietários	8	11	4,5		0,0	6	2,4	17	6,9
Lavradores	50	109	44,1	28	11,3	25	10,1	162	65,6
Func. Púb. e Emp.			0,0		0,0		0,0	0	0,0
Jornaleiros	76	42	17,0	10	4,0	5	2,0	57	23,1
Artesãos			0,0		0,0		0,0	0	0,0
Outros	8	11	4,5		0,0		0,0	11	4,5
Total	142	173	70,0	38	15,4	36	14,6	247	100,0

(*) Não se incluem crianças com menos de 8 anos.

Quadro 4.5 - Filhos^(*), parentes e criados por fogos, segundo a categoria sócio-profissional do cabeça-de-casal (Santalha 1896)

Grupo Sócio-Profissional	Nº. Fogos	Filhos		Parentes		Criados		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Proprietários	15	16	6,4	4	1,6	11	4,4	31	12,4
Lavradores	42	71	28,3	39	15,5	18	7,2	128	51,0
Func. Púb. e Emp.			0,0		0,0		0,0	0	0,0
Jornaleiros	81	63	25,1	22	8,8	2	0,8	87	34,7
Artesãos			0,0		0,0		0,0	0	0,0
Outros	8	5	2,0		0,0		0,0	5	2,0
Total	146	155	61,8	65	25,9	31	12,4	251	100,0

(*) Não se incluem crianças com menos de 8 anos.

Quadro 4.6 - Filhos^(*), parentes e criados por fogos, segundo a categoria sócio-profissional do cabeça-de-casal (Santalha 1909)

Grupo Sócio-Profissional	Nº. Fogos	Filhos		Parentes		Criados		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Proprietários	19	16	5,0	3	0,9	6	1,9	25	7,8
Lavradores	33	104	32,6	32	10,0	17	5,3	153	48,0
Func. Púb. e Emp.			0,0		0,0		0,0	0	0,0
Jornaleiros	90	119	37,3	16	5,0		0,0	135	42,3
Artesãos			0,0		0,0		0,0	0	0,0
Outros	3	2	0,6	2	0,6	2	0,6	6	1,9
Total	145	241	75,5	53	16,6	25	7,8	319	100,0

(*) Não se incluem crianças com menos de 8 anos.

evidencia algumas diferenças entre os grupos domésticos, as quais em parte são decorrentes do número de efectivos que representa cada grupo. Já vimos que na transição do século XIX para o século XX, o número de fogos chefiados por lavradores diminuiu consideravelmente, registando-se um aumento do número de fogos chefiados por jornaleiros, conseqüentemente, cresce o número de filhos neste grupo social.

Os proprietários, são o grupo social com menor número de filhos, situação decorrente quer da reduzida representatividade deste grupo social,

quer das limitações impostas pela natureza da própria fonte, – como já foi referido, as crianças com menos de oito anos não constam nos róis de confessados – mas esta limitação é igualmente extensiva aos outros grupos sociais, também não nos parece que o fenómeno seja explicado através do controlo da natalidade, já que as práticas anti-concepcionais não deviam estar amplamente divulgadas.

Deve antes privilegiar-se na explicação deste fenómeno, a implementação de diversas estratégias, levadas a efeito pelos proprietários, com o objectivo de manutenção do “património indiviso”.

Uma estratégia, sugerida por Brian J. O'Neill, era a “selecção de um herdeiro favorito”, entre os proprietários, os poucos “eleitos” conseguem ligar propriedade, casamento e sexualidade; ao invés os herdeiros secundários que se mantêm desviados da linha central de transmissão da propriedade, podem nunca casar, ou então casar muito tardiamente. Além disso, estes herdeiros, tacitamente excluídos, podem ser constrangidos a não ter relações sexuais pura e simplesmente (no caso das mulheres abastadas) ou a serem forçados pelas condições a praticar uma sexualidade ilícita e extraconjugal (caso dos homens) com as mulheres dos grupos sociais mais baixos”.⁵⁹

Outra estratégia implementada pelos proprietários é o recurso sistemático a criadagem. Uma parte considerável de proprietários vive em fogos isolados, mas não necessariamente sozinhos, estando normalmente acompanhados por criados, executando as mais variadas tarefas, tanto domésticas como agrícolas. Além destas vantagens, são ainda de considerar outras, nomeadamente as que se referem às criadas, nesse sentido O'Neill refere, “Enquanto para uma criada um filho ilegítimo de um pai rico implicava um estigma social negativo, tanto para a mãe como para o filho, para uma casa com grande riqueza fundiária os efeitos a longo prazo poderiam ser indirectamente positivos: ao evitar a multiplicação de filhos legítimos dentro do seu próprio grupo doméstico o patrão casado evitava, (...) a reprodução de outros futuros herdeiros ao património familiar. Assim, uma espécie de “concubinato” entre patrão e criada garantia uma limitação de herdeiros dentro

⁵⁹ O'NEILL, cit. 26, p. 231-232.

da casa abastada, a expensas de alguns nascimentos ilegítimos entre as criadas”.⁶⁰

A contratação de criados dentro deste grupo social, além das vantagens já citadas, funcionava como uma estratégia possível para limitar a fecundidade legítima por parte dos proprietários.

Se os proprietários apresentam um número médio de filhos por fogo, (1,3 em 1886, 1,7 em 1896 e 0,84 em 1909), relativamente baixo, raramente incluem parentes e sempre em número extremamente reduzido, situação inversa encontramos no grupo dos lavradores, que evidenciam comportamentos diferentes na gestão do grupo doméstico. É este grupo social, que apresenta um maior número de filhos, com uma média de 2,34 para o período em análise. A existência de muitos filhos representava para os lavradores a disponibilidade de um “capital técnico” necessário à gestão da casa como unidade de produção, quanto mais braços disponíveis para o trabalho, maiores possibilidades de auto-suficiência técnica e, consequentemente, maiores níveis de produção.

Além dos filhos, é também no grupo dos lavradores que encontramos a maior percentagem de parentes e criados. Estão presentes em metade dos fogos chefiados por lavradores, o que aponta para a necessidade de inserção familiar, quer em relação a uns quer em relação aos outros, os criados após vários anos de permanência na mesma casa, acabavam por gozar das mesmas prerrogativas que os outros elementos do agregado, sentindo-se como elemento pertencente à família.

Os jornaleiros com um número médio de filhos próximo da unidade, evidenciam a situação de precaridade económica em que viviam não conseguindo as condições mínimas para a formação e manutenção do lar. Apesar de um quotidiano, marcado pela incerteza e em muitos casos pela miséria, os jornaleiros não deixam de prestar assistência à família, incluindo nos seus fogos diversos parentes. A análise a vários róis de confessados demonstrou-nos que nos fogos de jornaleiros estavam presentes diversos tipos de parentes: sobrinhos, netos, irmãos (ãs). A inclusão de parentes nos fogos

⁶⁰ O’NEILL, cit. 26, p. 227.

de jornaleiros deixa antever laços de solidariedade profundos entre aqueles que se sentem mais pobres.

Analisemos agora a estrutura de parentesco dos agregados familiares por grupos sócio-profissionais, quadros 4.7. a 4.9., sendo evidentes comportamentos distintos nas categorias profissionais existentes na paróquia, não obstante, constatamos que proprietários, lavradores e jornaleiros concentram as suas experiências familiares em agregados conjugais simples.

No período considerado (1886–1909), os proprietários concentram sobretudo as suas experiências em agregados familiares simples. Em 1886, 3,5% distribuem-se por agregados familiares simples e em agregados sem estrutura conjugal, isolados e não conjugais, 1,4% e 0,7%, respectivamente.

Quadro 4.7 - Estrutura de parentesco dos agregados familiares na paróquia de Santalha, por grupos profissionais (1886)

TIPO DE ESTRUTURA	PROPRIETÁRIOS		LAVRADORES		FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		JORNALEIROS		ARTESÃOS		OUTROS		TOTAL	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
1 ISOLADOS	2	1,4			1	0,7	30	21,1	1	0,7			34	23,9
2 NÃO CONJUGAIS	1	0,7	3	2,1			10	7,0					14	9,9
3 SIMPLES	5	3,5	37	26,1	1	0,7	35	24,6	4	2,8			82	57,7
4 ALARGADOS			6	4,2			1	0,7	1	0,7			8	5,6
5 MÚLTIPLOS			4	2,8									4	2,8
6 INDETERMINADOS														
TOTAL	8	5,6	50	35,2	2	1,4	76	53,5	6	4,2	0	0,0	142	100,0

Em 1896 e no início do século (1909), além de constataremos o aumento de fogos chefiados por proprietários, verificamos também a diversidade de

experiências familiares, embora com percentagens mínimas, deste grupo social. Continuam a preferir os fogos familiares simples, com a percentagem de 4,8% em 1896, contra 10,3% em 1909. Do total de fogos chefiados por proprietários (10,3% em 1896, 13,1% em 1909) apenas 2,1% em 1896, e 0,7% em 1909, são de estrutura alargada. Os fogos de estrutura múltipla, chefiados por proprietários, são inexistentes.

Quadro 4.8 - Estrutura de parentesco dos agregados familiares na paróquia de Santalha, por grupos profissionais (1896)

TIPO DE ESTRUTURA	PROPRIETÁRIOS		LAVRADORES		FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		JORNALLEIROS		ARTESÃOS		OUTROS		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 ISOLADOS	4	2,7			1	0,7	22	15,1	2	1,4			29	19,9
2 NÃO CONJUGAIS	1	0,7	1	0,7			10	6,8					12	8,2
3 SIMPLES	7	4,8	22	15,1	1	0,7	42	28,8	3	2,1			75	51,4
4 ALARGADOS	3	2,1	15	10,3			7	4,8	1	0,7			26	17,8
5 MÚLTIPLOS			4	2,7									4	2,7
6 INDETERMINADOS														
TOTAL	15	10,3	42	28,8	2	1,4	81	55,5	6	4,1	0	0,0	146	100,0

É no grupo social dos lavradores que encontramos a maior proporção de fogos alargados e múltiplos, embora a estrutura de parentesco predominante seja a de fogos familiares simples.

Os fogos isolados dentro desta categoria social são inexistentes. Assim, os lavradores concentravam as suas experiências sobretudo em fogos conjugais simples e em fogos complexos.

Os jornaleiros que constituem o maior contingente de efectivos na paróquia, conseqüentemente, possuem a maior percentagem de fogos, isto é, mais de metade dos fogos da paróquia eram por eles chefiados.

Que comportamentos revelam? Associada a esta categoria social, está implícita a ideia de pobreza, de falta de recursos.

Será que podemos estabelecer alguma relação entre a estrutura de parentesco e a debilidade económica que evidenciam os jornaleiros? É neste grupo social que encontramos a maior proporção de fogos isolados, com valores percentuais de 21,1%, 15,1% e 11,7%, em 1886, 1896 e 1909, respectivamente, não obstante o padrão normal de comportamento, serem os fogos familiares simples.

A falta de recursos económicos, a instabilidade de emprego mais acentuada nas “épocas mortas” do ciclo agrícola, a fraca mobilidade geográfica, provocava uma forte debilidade económica no grupo dos jornaleiros.

Provavelmente, todos estes aspectos terão tido maior ou menor influência, mas pensamos que o facto da maior proporção de fogos isolados, nesta categoria social, está directamente relacionado com a inexistência de recursos económicos.

Quadro 4.9 - Estrutura de parentesco dos agregados familiares na paróquia de Santalha, por grupos profissionais (1909)

TIPO DE ESTRUTURA	PROPRIETÁRIOS		LAVRADORES		FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		JORNALLEIROS		ARTESÃOS		OUTROS		TOTAL	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
1 ISOLADOS	2	1,4					17	11,7			1,0	0,7	20	13,8
2 NÃO CONJUGAIS	1	0,7					5	3,4					6	4,1
3 SIMPLES	15	10,3	22	15,2	1	0,7	60	41,4					98	67,6
4 ALARGADOS	1	0,7	10	6,9			8	5,5					19	13,1
5 MÚLTIPLOS		0,0	1	0,7							1,0	0,7	2	1,4
6 INDETERMINADOS														
TOTAL	19	13,1	33	22,8	1	0,7	90	62,1	0	0,0	2	1,4	145	100,0

Além do número considerável de fogos isolados, adquirem igualmente expressividade os fogos não conjugais, registando-se os maiores valores em

1886, 7,0% e 1896, 6,8%. Os fogos não conjugais eram, essencialmente, constituídos por irmãos, que numa situação de indigência, reuniam esforços como atenuante das precárias condições em que viviam.

Que tipo de estratégias eram implementadas pelos jornaleiros como forma de mitigar esta precariedade económica? Perante a falta de terras próprias para cultivar, os jornaleiros recorriam a outro tipo de expedientes: o pequeno contrabando, designado na região de “trelo”, e de uma forma menos sistemática, a produção de carvão a partir de arbustos e árvores que depois vendiam na vila, sendo os sacos transportados em burros, num percurso de 32 quilómetros.

A nível global, algumas conclusões podemos tirar: proprietários, lavradores e jornaleiros concentram as suas experiências familiares em agregados familiares simples. É no grupo social dos lavradores que encontramos uma maior proporção de fogos alargados e múltiplos. O isolamento afectaria sobretudo os jornaleiros, a precariedade económica em que viviam não lhes permitia sustentar uma família.

CAPÍTULO V

CASAMENTO E CONDIÇÃO SOCIAL

*"Fui à fonte buscar água
pela hora do calor,
e "cobrei" a cantarinha
a dar água ao meu amor*

*Firmino A. Martins, Casamento na Região
Vinhaense, Vinhais, 1990, p.9.*

Tendo essencialmente como suporte empírico, o Rol de Confessados da paróquia de Santalha, referente ao ano de 1896, 41,1% dos agregados domésticos da paróquia, encabeçados por casais e 24,6% viúvos (as), sancionaram a sua união através do casamento. Dos restantes agregados 13% (homens) e 14,4% (mulheres) encontram-se no estado de celibatários, 6,9%, são também mulheres solteiras mas não excluídas da sexualidade nem da procriação, trata-se de mulheres solteiras com filhos.

De uma maneira geral, o estado de celibatário, regista-se em todos os grupos sociais, com maior incidência no grupo dos jornaleiros. Dependentes da oferta de trabalho, que nem sempre existia, as mulheres jornaleiras celibatárias levavam uma vida de penúria e miséria, tratadas a maior parte das vezes com desprezo, principalmente, porque eram mulheres pobres e solteiras.

"O solteiro é um marginal (...) mais ainda do que para os homens, o celibato era duro para as mulheres. Sem marido, não tinham exploração agrícola para gerir; sem marido, não davam à luz filhos que lhes permitiriam aceder ao pleno estatuto de adultas⁶¹

⁶¹ SEGALÉN, cit. 2, p. 141.

Mas não nos parece que o tratamento dispensado às mulheres jornaleras, na condição de celibatárias, fosse compartilhado pelas mulheres proprietárias, estas gozavam de um estatuto privilegiado que lhe advinha da posse de um património quase sempre fundiário e do prestígio social que gozavam.

Que tipo de comportamento nupcial encontramos na freguesia?

Que tipo de estratégias familiares eram implementadas pelos aldeãos, destinadas a maximizar tão solene momento? Tem sido referido por diversos autores, para as comunidades rurais do passado, a importância de acordos nupciais pré-estabelecidos, aliados a estratégias com vista a concretizar um casamento vantajoso, conforme salienta Martine Segalen “nas sociedades antigas, o casamento constitui o elemento fundamental da continuidade familiar, e a escolha do cônjuge é guiada por um conjunto de mecanismos sociais. É objecto de estratégias que, observadas ao longo das gerações, levam à constatação das regularidades matrimoniais. A regra geral é o casamento próximo, tanto em termos de proximidade no espaço social e geográfico como em termos de proximidade no parentesco”⁶² e porque o casamento, “era o momento de uma transacção económica da maior importância, porque contribuía para reafirmar a hierarquia social e a posição da família na hierarquia (...) Era a família que casava e casava-se com a família”⁶³

⁶² SEGALEN. cit. 2, p. 135.

⁶³ BOURDIEU, Pierre - *Célibat et Condition Paysanne*, Études Rurales, nº 5/6, 1962, p. 33-34.

Quadro 5.1 - Endogamia e exogamia conjugal na paróquia de Santalha (1886 - 1900)

Período	Casamentos Endogâmicos		Casamentos Exogâmicos				Total	
	Noivos e Noivas da mesma freguesia	%	Noivos de outra freguesia	%	Noivas de outra freguesia	%	Nº	%
1886 - 1890	12	22,22	1	1,85	3	5,56	16	29,63
1891 - 1895	16	29,63	3	5,56	3	5,56	22	40,74
1896 - 1900	12	22,22	2	3,70	2	3,70	16	29,63
Total	40	74,07	6	11,11	8	14,81	54	100,00

Fonte: Livros de assento de casamentos de 1886 - 1900.

Arquivo Distrital de Bragança

Reportando-nos aos dados extraídos dos assentos de casamento e assinalados no quadro 5.1., em 54 casamentos efectuados na paróquia (1886 – 1900), as mulheres apresentam uma taxa de exogamia ligeiramente superior à dos homens, 16,8% das noivas eram naturais de outra freguesia contra 11,2% de noivos, não obstante o padrão de casamento era predominantemente endogâmico, 88,8% e 83,2% de noivos e noivas, respectivamente, tinham como horizonte geográfico matrimonial a freguesia e ainda mais a sua aldeia. Apesar das tradicionais e habituais rivalidades inter aldeãs a proximidade geográfica proporcionava contactos diversos entre rapazes e raparigas – em idade casadoira - que em alguns casos se concretizaram em casamentos. Estes aconteciam não só na respectiva aldeia, mas também nas freguesias mais próximas. Como ocasiões propícias ao encontro de rapazes e raparigas são de registar os encontros dominicais, as bodas e velórios e sobretudo os bailes das festas das aldeias e proximidades e num universo geográfico mais alargado, a feira da vila e as romarias mais importantes. As caminhadas, as paragens que se efectuavam com, o apoio de aldeãos nas aldeias de trânsito, constituíam redes de sociabilidade inter aldeã e momentos propícios ao intercâmbio de homens e mulheres.

Além da prevalência do casamento endogâmico, constatamos igualmente a clara predisposição para o casamento homogâmico. “A regra

endogâmica associa-se geralmente à homogamia social que conduz à selecção do cônjuge dentro do mesmo grupo. “Desposar o seu semelhante” do ponto de vista social tem sido apontado nos estudos sobre a nupcialidade como uma norma de comportamento vulgar em todas as sociedades. O espaço social da nupcialidade é vulgarmente muito restrito, sujeito nas camadas superiores a estratégias de aliança e de reprodução social que tendem a manter ou reforçar os patrimónios, o estatuto e o prestígio social. Entre as camadas populares estão em jogo sobretudo estratégias de sobrevivência que passam pela manutenção do lugar conquistado na esfera da produção e pela garantia da reprodução da força de trabalho”⁶⁴.

Quadro 5.2 - Categorias sociais dos noivos (1886 - 1900)

Categoria social	Profissão da noiva		Profissão do noivo	
	Nº.	%	Nº.	%
Proprietário(a)	1	1,9	1	1,9
Lavrador (a)	14	25,9	10	18,5
Jornaleiro(a)	18	33,3	20	37,0
Outros (*)	5	9,3	9	16,7
Sem informação	16	29,6	14	25,9
Total	54	100,0	54	100,0

(*) Na categoria de outros foram incluídos:

noivas:

1 dona de casa
4 cabaneiras

noivos:

1 trab. do campo
2 serradores
2 pedreiros
1 alfaiate
2 carpinteiros
1 sapateiro

Dos 54 casamentos realizados na paróquia, entre 1886–1900, os parceiros seleccionados, de uma maneira geral pertencem ao mesmo grupo social, conforme se pode verificar através dos dados constantes do quadro 5.2.. Se nos abstrairmos dos casos sem profissão registada, os valores por sexo estão muito próximos, 25,9 para o sexo masculino, 29,6 para as mulheres, do conjunto dos proprietários, 1,8%, casaram com proprietárias, não

⁶⁴ PEREIRA, cit. 1, p. 216.

se registando nenhum casamento fora do grupo social, tanto para os homens como para as mulheres, “ as mulheres proprietárias preferiam manter-se solteiras em vez de casarem abaixo da sua posição (...), o não casar (no que se refere às mulheres abastadas) é considerado preferível a casar “abaixo” ou a casar “perto”. (...) À custa do celibato, que constrange as mulheres à não participação tanto no casamento como na sexualidade, algumas mulheres abastadas ficam permanente e exclusivamente dedicadas à sua casa natal e ao património familiar.⁶⁵

Do total de 14 noivas lavradoras, 71,4% casaram com lavradores, as restantes, 28,6%, casaram com jornaleiros, mas sobretudo com artesãos.

Por sua vez, 100% de jornaleiras, casaram com jornaleiros, e apenas uma ínfima proporção de jornaleiros, 10%, casaram com pequenas lavradoras, sendo mais raro o contrário, isto é, não encontramos nenhum matrimónio em que o noivo lavrador desposasse uma nova jornaleira.

Como tem sido destacado por diversos autores, nas zonas rurais da Europa Ocidental, a variável que mais afectava o momento de ocorrência do casamento era a propriedade ou herança de bens, Massimo Livi Bacci apontou como variável explicativa das variações inter-regionais da nupcialidade, a propriedade da terra e as práticas de herança, argumentando que a nupcialidade tem maiores índices no Sul, porque “a maior parte da população é constituída por trabalhadores agrícolas: estes por certo não têm problemas de herança a resolver⁶⁶, dada a complexidade do fenómeno refere ainda outros factores, como: “a religião e o costume”, a intensidade da emigração masculina que provocando alterações na população, desequilibrava o mercado matrimonial com evidentes desvantagens para as mulheres.

⁶⁵ O’NEILL, cit. 26, p. 232-233.

⁶⁶ LIVI-BACCI, cit. 41, p. 52-53

**Quadro 5.3 - Idade média de casamento na
paróquia de Santalha (1886 - 1900)**

Anos	Nº. de casamentos	Idade dos homens	Idade das mulheres
1886 - 1890	16	34	32
1891 - 1895	22	31	30
1896 - 1900	16	28	28

Utilizando os dados fornecidos pelos “ Livros de Assento de Casamento” de 1886–1900, cujos resultados relativos à idade média de casamento, estão assinalados no quadro 5.3. constatamos que a idade média de casamento era elevada tanto para os homens como para as mulheres. Os resultados que obtivemos, para a freguesia, enquadram-se no “*European Marriage Pattern*”, definido por John Hajnal, em 1965⁶⁷.

Os resultados apontados por Fernando de Sousa⁶⁸ evidenciam igualmente como principais características da nupcialidade portuguesa no início do século XIX, a grande proporção de celibatários e o casamento tardio.

Assim, os resultados que obtivemos para a freguesia enquadram-se nos comportamentos nupciais característicos do distrito de Bragança, no qual se integra a freguesia, “em que o celibato definitivo ronda os 34% e a idade média no casamento é de 27 anos⁶⁹”

Da análise dos resultados do quadro, atrás indicado, outras conclusões podemos tirar: a média geral da idade nupcial masculina é ligeiramente superior à feminina. Para a diferença de idades de casamento por sexo dever-se-á ter em consideração a maior frequência do recasamento dos homens viúvos.

Contrariamente às conclusões de outros estudos sobre sociedades europeias que apontam uma descida da média da idade de casamento no

⁶⁷ HAJNAL, John - *European Marriage Patterns in Perspective*, in glass, D.V. e EVERSLEY, D.E.C. - *Population in History*, Londres, 1965, p. 101

⁶⁸ SOUSA, Fernando - *A População Portuguesa nos Inícios do Séc. XIX*, Porto, 1979 (policopiado)

⁶⁹ NAZARETH, cit. 5, p. 397.

início do século XX, constatamos para a freguesia a mesma tendência, ou seja, a média da idade de casamento mantém-se elevada tanto para os homens como para as mulheres sendo a dos homens ligeiramente superior.

CONCLUSÕES

Este trabalho sobre a paróquia de Santalha no período compreendido entre 1886 e 1909, centrou-se essencialmente no estudo das estruturas familiares. Num primeiro momento procedemos à caracterização económica e demográfica do concelho, traçada sumariamente no segundo capítulo, permitindo-nos compreender a estagnação demográfica do concelho, com uma taxa de crescimento anual médio inferior à média nacional.

Contrariamente ao sustentado pelas teses da “nuclearização progressiva”, a análise das estruturas familiares revelou-nos claramente o peso assinalável da família nuclear simples com 57,70%, 51,40% e 67,60% em 1886, 1896 e 1909, respectivamente. Com alguma expressividade numérica, sobressaem também os fogos isolados com particular incidência ao terminar Oitocentos, nesta situação encontramos sobretudo mulheres solteiras. Os fogos de estrutura complexa (alargados e múltiplos) em número reduzido em 1886 duplicam na década seguinte atingindo a proporção de 20,59%. A situação mais evidente neste tipo de fogos era o alargamento lateral, provavelmente tal situação era o resultado da união conjunta de esforços para superar as dificuldades crónicas que afectavam o quotidiano dos grupos sociais mais desfavorecidos.

A composição dos agregados revelou-nos que, além dos filhos e dos parentes, uma ínfima proporção de famílias chefiadas por proprietários e lavradores integravam criados. Os parentes, com predomínio do sexo feminino, distribuem-se fundamentalmente em fogos chefiados por lavradores.

A análise da dimensão dos agregados domésticos segundo a categoria sócio-profissional, permitiu-nos adiantar que os fogos de maiores dimensões eram chefiados por lavradores, esta situação era o reflexo do maior número de

filhos e da inclusão de parentes. Comportamento divergente é evidenciado pelos proprietários, representam o grupo social com menor número de filhos e raramente incluem parentes. Proprietários e lavradores evidenciam comportamentos diferenciados na gestão do grupo doméstico, enquanto os primeiros implementavam um conjunto de estratégias de forma a manter o património indiviso, os lavradores apostavam num ciclo reprodutor como estratégia possível de mão-de-obra abundante. A existência de muitos filhos representava para os lavradores a disponibilidade de um “capital técnico”, necessário à gestão da casa como unidade de produção.

Os dados apresentados sobre o rendimento colectável dos contribuintes da paróquia ter-nos-ão ajudado a compreender a heterogeneidade económico-social que caracterizou esta comunidade rural, sendo evidente um sistema de estratificação social cujo critério base de diferenciação era a posse da terra. Todos os agregados domésticos encontravam-se ligados à agricultura, sendo a casa identificada como unidade de produção. Neste sentido emergem claramente comportamentos distintos: em primeiro lugar a complexidade dos fogos chefiados por lavradores decorre da integração de parentes, situação que raramente ocorria nos fogos chefiados por proprietários. A inclusão de criados não só reduz a possibilidade de fogos unipessoais no grupo dos proprietários, como possibilita a existência de fogos isolados neste grupo social, mas a realidade mais evidente, à medida que descemos na escala social, é a situação de isolamento no grupo social dos jornaleiros. É nesta categoria social que encontramos a maior proporção de fogos isolados. A precariedade económica em que viviam, dependentes de oferta de trabalho que nem sempre existia, tal situação provocava a impossibilidade de formação e manutenção do lar. Desprovidos de bens materiais, os jornaleiros, levavam uma existência de penúria e miséria. A fim de mitigar esta situação de miséria material, sempre que podiam recorriam a outros expedientes dos quais destacamos o contrabando, embora os proventos arrecadados fossem escassos.

O casamento constitui um momento crucial de suma importância "é o resultado de combinações motivadas por interesses de índole sócio-económica, marcados, no entanto, por alguns interditos, o mais importante dos quais residirá nas restrições impostas pela Igreja aos casamentos consanguíneos⁷⁰", é o lugar onde legalmente tem lugar a reprodução biológica e social e a par de alguns cruzamentos entre grupos sociais, nomeadamente, jornaleiros com pequenas lavradoras, a endogamia geográfica bem como o casamento homogâmico constituíam norma corrente na paróquia.

⁷⁰ ALVES, Jorge Fernandes - *Uma Comunidade Rural do Vale do Ave – S.Tiago de Bougado, 1680-1849 (estudo demográfico)*, Porto, Faculdade de Letras, dissertação de mestrado, 1986, p.128.

ANEXOS

Anexo 1: Página do Rol de Confessados, 1896

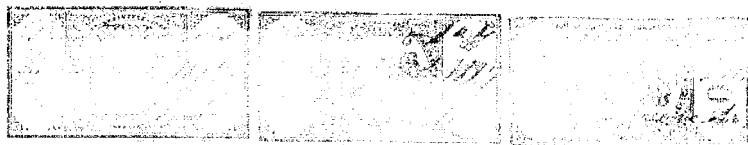
Santalla

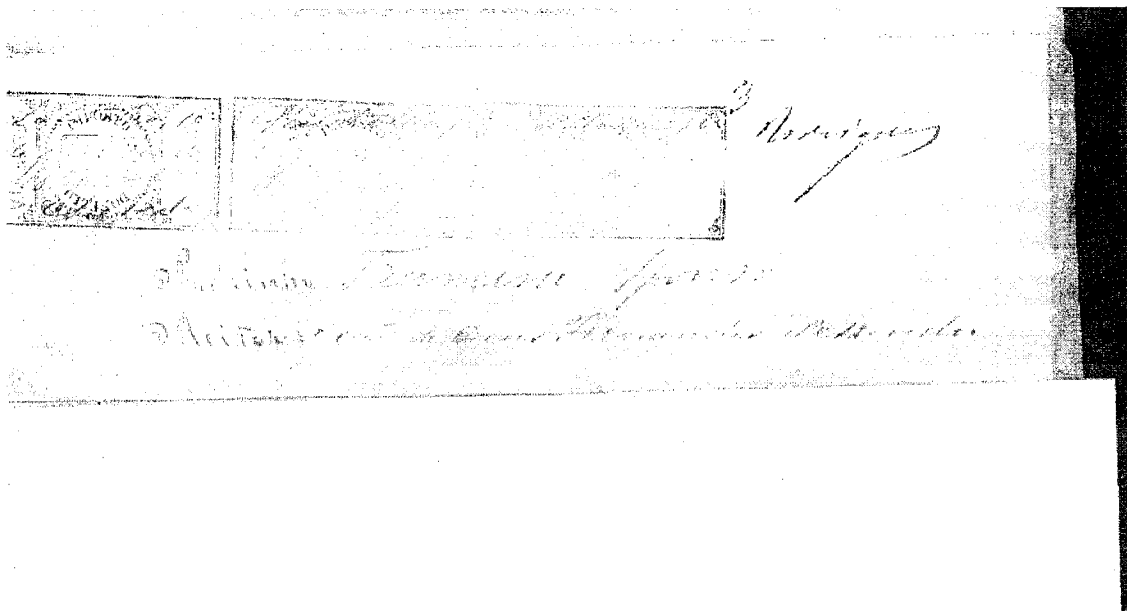
=1292=

Rol dos confessados da freguezia de *Santalla*

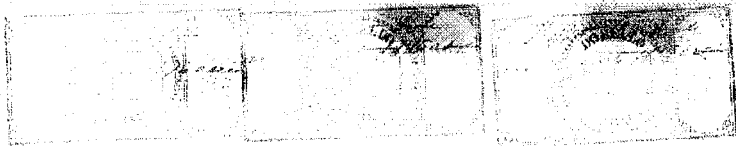
Moradas	Nomes dos chefes de familia e pessoas que a compoem	Estados	Profissões	Anos a que diz respeito e signal de desobriga — C				
				189	189	189	189	189
1	<i>João Victorino d'Almeida</i>	<i>casado</i>	<i>Polizista</i>	70	cc			+
	<i>Bernardo José Reis, mt.</i>	<i>"</i>	<i>Polizista</i>	50	cc			+
	<i>Isabelita de Almeida, f.</i>	<i>mt.</i>	<i>"</i>	22	cc			+
	<i>Theresa da Costa, f.</i>	<i>"</i>	<i>"</i>	12	cc			
	<i>Theresa d'Almeida, f.</i>	<i>"</i>	<i>"</i>	12	c			
	<i>Angela Affonso</i>	<i>cc.</i>	<i>casado</i>	18	cc			
2	<i>João Augusto Reis</i>	<i>casado</i>	<i>Prop.</i>	39				+
3	<i>Antonia Affonso</i>	<i>solte.</i>	<i>Prop.</i>	47	cc			+
4	<i>Christina Affonso</i>	<i>solte.</i>	<i>Prop.</i>	35	cc			+
5	<i>Adelia Affonso</i>	<i>solte.</i>	<i>Prop.</i>	42	cc			+
	<i>Elisavinda, f.</i>	<i>"</i>	<i>"</i>	16	cc			+
	<i>Isabelina, f.</i>	<i>"</i>	<i>"</i>	12	c			
6	<i>João Gonçalves</i>	<i>solte.</i>	<i>Polizista</i>	56	cc			+
	<i>João Alves</i>	<i>"</i>	<i>casado</i>	47	cc			+
	<i>Isabelina</i>	<i>"</i>	<i>"</i>	16	cc			
7	<i>Francisco José Reis</i>	<i>casado</i>	<i>bandeira</i>	71	cc			+
	<i>Domingos Alves, mt.</i>	<i>"</i>	<i>"</i>	58	cc			+
	<i>João Silveira</i>	<i>casado</i>	<i>"</i>	35	cc			
	<i>João da Conceição</i>	<i>mt.</i>	<i>"</i>	28	cc			+
	<i>Domingos Reis</i>	<i>f.</i>	<i>solte.</i>	22	cc			
	<i>Amélia Reis</i>	<i>f.</i>	<i>"</i>	16	cc			
	<i>Francisco Reis</i>	<i>f.</i>	<i>"</i>	14	c			
8	<i>Theresa de Jesus Rodrigues</i>	<i>viúva</i>	<i>Prop.</i>	46	cc			+
	<i>Amélia</i>	<i>f.</i>	<i>solte.</i>	14	cc			
	<i>Isabelita</i>	<i>f.</i>	<i>"</i>	11	c			
9	<i>Isabel Affonso</i>	<i>casado</i>	<i>bandeira</i>	39	cc			+
	<i>Theresa de Jesus</i>	<i>mt.</i>	<i>"</i>	50	cc			+
	<i>Isabelita da Escalada</i>	<i>f.</i>	<i>solte.</i>	17	cc			
10	<i>João Rodrigues, junior</i>	<i>solte.</i>	<i>Prop.</i>	57	cc			+
11	<i>Isabel Reis</i>	<i>solte.</i>	<i>Prop.</i>	27				

Anexo 2: Página de um assento de baptismo, 1887

[illegible]



Anexo 3: Página de um assento de casamento, 1886



 No 1 e das vinte e duas do mês de março do anno de mil e oitocentos e oitenta e seis, a esta igreja par-
 rochial de Santa Maria, da freguesia de Santa Maria, do concelho de Vila Rica, do termo de
 Vila Rica, da Província da Bahia, compareceram
 Josephina de Albuquerque e Albuquerque José Pires e Josephina de
 Albuquerque Pires de Albuquerque, os quaes se declararam os proprios
 esposos. e em todos os officios da cidade e arredores e em
 impedimento de alguns parentes e amigos
 e casam-se; e de edade de vinte e tres annos
 solteira, natural e moradores baptizada e de esta al-
 clia e freguesia de Santa Maria, Salvador, filha do
 nobre Jorge Pires, natural de Santa Maria, e de Maria
 da Silva, natural de Parnaíba, e de edade de vinte e
 seis annos, solteira, proprietaria, natural, mu-
 gadora e baptizada no concelho de Vila Rica,
 filha do nobre de Antonio Pires e de Maria
 da Silva, natural de Vila Rica, freguesia de Vila Rica,
 os quaes manifestos de se casarem por vontade
 e sem coação e sem impedimento por parte de
 qualquer parte e de conformidade com a Santa
 e ecclia Catholica e Apostolica Romana.
 Foram testemunas presentes para dar seu assento
 proprios Officiaes e Sargento Pires, captaes, e
 Christophoro de Almeida, Salvador, e outros
 residentes em Santa Maria. E para coadiu-

2
Nº 2

jurou com delicadeza este assento, que, depois de
ser lido e conferido perante os conjuges e teste-
munes de seu lado, assim, e sob o juramento
concorde que está sob escriptura era o supra-
dito. = Guilherme José Frey
est. testemunhas = Tolpele Auguste Frey
= Eusebio Telle

2) Paracho = e os outros de mesmo nome e sob o

Anexo 4: Página de um assento de óbito, 1886

[illegible]

2.
Nominations

Paroch. João de Deus Fernandes do Carmo.

TATUS ANIMARUM — Diocese de Bragança — Frèguesia

Lugar, Bairro ou Rua e número	NOMES	Idade	Estado	Profissão
Ladeira	António Ribeiro	28	casado	Santista
	António Ribeiro (filho)	12	"	"
	Luiz Ribeiro	10	solteiro	Santista
	Antónia Ribeiro	30	solteira	Santista
	Américo Ribeiro (filho)	1	"	"
" "	Agostinho Ribeiro	28	solteiro	Santista
	Benjamin Ribeiro (sobrinho)	28	"	"
" "	Leandro Gonçalves	42	casado	Santista
	Basílio Gonçalves (filho)	24	solteiro	Yanaleiro
	Emília Gonçalves (filha)	21	"	Santista
" "	Agostinho Gonçalves	38	casado	Yanaleiro
	Paulina (mulher)	30	casada	Santista
	Leandra (sogra)	25	casada	"
" "	Fernando dos Santos	24	casado	Yanaleiro
	Luís dos Santos (filho)	17	solteiro	Santista
	Flora dos Santos ("")	15	"	Santista
" "	Alfredo Ribeiro	38	solteiro	Santista
	Alfredo Ribeiro (filho)	18	casado	Santista
	Agostinho Gonçalves (sogra)	27	solteira	"
	"	17	"	"
Ribeira	António do Espírito Santo	45	casado	Yanaleiro
	Leandro Gonçalves	25	casado	Santista

NOTAS:

de *Svetlana*

Quinquénio de 1940 a 1944

[illegible]

Anexo 6: Página do Lançamento Parochial de Impostos Directos e para a
Instrucção Primária para o Anno de 1892

(Modelo n.º 22)

DISTRICTO de *Bragança*

Concelho de *Vinhag* Freguezia de *Santalla*

LANÇAMENTO PAROCHIAL DE IMPOSTOS DIRECTOS

E PARA

INSTRUCCÃO PRIMARIA

PARA O

ANNO DE 1892

PELA

Percentagem de $\left\{ \begin{array}{l} 4 \text{ por cento para os impostos directos} \\ 2 \text{ por cento para instrucção primaria} \end{array} \right.$

COIMBRA
Imprensa Academica

Numero de orden	NOMES DOS CONTRIBUINTES	Moradas	Reborno collectivel para a rendição do parafuso
1	Agostinho Gomes	Sant'alla	2150
2	Alcancor, Camungua	Povo	7410
3	Alcancor, Gomes	Sant'alla	500
4	Alcancor, Gencalves	Povo	1220
5	Angelina Rodrigues	Sergas	500
6	Anna, Gencalves	Povo	550
7	Anna, Joazeiro	"	900
8	Anna, Macia	Sant'alla	3110
9	Anna, Martins	Sergas	12590
10	Antonia, Offense, Lucina	Sant'alla	1530
11	Antonia, Romana	Povo	570
12	Antonia, Offense, Mafalva	Sant'alla	3490
13	Antonia, Augusto, Sergio	"	920
14	Antonia, Gencalves	"	2220
15	Antonia, José, Povo	Povo	4180
16	Antonia, José, Povo, da Vado	"	39550
17	Antonia, Macia	Sergas	3990
18	Antonia, Offense, Lucina	"	10230
19	Antonia, José	Sant'alla	21380
20	Antonia, José, Lucina	Sergas	3530
21	Antonia, Rodrigues	"	15400
22	Arminha, Gencalves	Sant'alla	14250
23	Arminha, de Jesus	"	1450
24	Arminha, Macia	Sergas	550
25	Augusta, Macia	Sant'alla	1400
26	Barbara, Sergio	Povo	3000
27	Barbara, Gencalves	"	3740
28	Basilio, Albano, Martins	Sergas	17400
29	Bibiana, Barrera	Povo	1340
30	Bilhor, Gencalves	Sergas	3500
31	Bilhor, Barrera	Sant'alla	710
32	Biquilão, de Jesus	Povo	600

[illegible]

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Fontes manuscritas

ARQUIVO PAROQUIAL DE SANTALHA

Rol de Confessados da Freguezia de Santalha, 1886-1909, utilizados essencialmente os dos anos de 1886, 1896 e 1909.

Status Animarum da Freguezia de Santalha 1940-1944..

Lançamento Parochial de Impostos Directos e para a Instrucção Primaria para o Anno de 1892.

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA

Livro de assento de baptismos, 1886-1899.

Livro de assento de casamentos, 1886-1899.

Livro de assento de óbitos, 1886-1899.

CONSERVATÓRIA DO REGISTO CIVIL DE VINHAIS

Livro de Registo de Baptismos, 1900.

Livro de Registo de Casamentos, 1900.

Livro de Registo de Óbitos, 1900.

Fontes impressas

Estatísticas:

PORTUGAL, Estatística de Portugal, População, *Censo no 1º de Janeiro de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

PORTUGAL, Estatística de Portugal, População, *Censo no 1º de Janeiro de 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

-
- PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria. Direcção de Estatística Geral e Commercio. Repartição de Estatística Geral, *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.
- PORTUGAL, Ministério dos Negócios da Fazenda. Direcção-Geral de Estatística e dos Próprios Nacionaes, *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*, 4 vol., Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.
- PORTUGAL, Ministério das Finanças, *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911*, 6 vol., Lisboa, Imprensa Nacional, 1913-1917.
- PORTUGAL, Ministério das Finanças, *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1920*, 6 vol., Lisboa, Imprensa Nacional, 1923.

Bibliografia

- ALBINO, Teresa de Jesus – *Mães solteiras numa aldeia transmontana*. Análise Social. Lisboa. Vol. 22, nº. 92/93, (1986), p. 683-695.
- ALMEIDA, Ana Nunes de – *Comportamentos demográficos e estratégias familiares no continente português: 1900-1970*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1984.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *A paróquia e o seu território*. Cadernos do noroeste. Ciências sociais, Abril de 1986, Universidade do Minho, p. 113-131.
- ALVES, Jorge Fernandes – *Uma comunidade rural do Vale do Ave – S. Tiago de Bougado: 1650-1849, (estudo demográfico)*. Porto, Faculdade de Letras, dissertação de mestrado, 1986.
- ALVES, Jorge Fernandes – *Os brasileiros: Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: [s.n.], 1994.
- AMORIM, Maria Norberta de Simas Bettencourt – *Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII (estudo demográfico)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1973.
- AMORIM, Norberta – *Guimarães, 1580-1819: estudo demográfico*. Lisboa: I.N.I.C., 1987.
- ANDERSON, Michael – *Family structure in nineteenth-century Lancashire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

ANDERSON, Michael – *Elementos para a história da família ocidental, 1500-1914*. (1980), trad. port., Lisboa: Quercó, 1984.

ANDERSON, Michael – *Household and the industrial revolution*. In ANDERSON, Michael (ed.), *Sociology of the Family*. Harmondsworth: Penguin Books, 1971, p. 78-95.

ANDERSON, Michael – *Household structure and the industrial revolution: mid-nineteenth-century Preston in comparative perspective*. In LASLETT, Peter e WALL, Richard (eds.), *Household and family in past time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972, p. 214-235.

ARIÈS, Philipe, e DUBY, Georges (dir.) – *História da vida privada*. ed. port., Porto: Edições Afrontamento, 1990, vol. 4.

ARROTEIA, Jorge Carvalho – *A evolução demográfica portuguesa*. Lisboa: ICLP, 1984.

ARROTEIA, Jorge Carvalho – *Portugal: Perfil geográfico e social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

BAPTISTA, Fernando Oliveira – *Agricultura, espaço e sociedade rural*. Coimbra: Fora de Texto, 1993.

BARROS, Henrique de – *As províncias do Norte de Portugal*. Universidade Técnica de Lisboa, 1942.

BARROS, Henrique de – *A estrutura agrária portuguesa*. Lisboa: Editorial República, 1972.

BARROS, Henrique de – *Os grandes sistemas de organização da economia agrícola*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.

BERKNER, Lutz K., *The stem family and the developmental cycle of the peasant household: an eighteenth-century Austrian example*. «American Historical Review», nº 77, 1972, p. 398-418.

BOIM, Sofia; WALL, Karin – *Tipos de família em Portugal: interacções, valores, contextos*. Análise social. Lisboa. ISSN 0003-2573. vol. XXXVII, nº 163, (2002), p. 507-544.

BORDIEU, Pierre – *Célibat et condition paysanne*. *Études Rurales*, nº 5/6, 1962, p. 33-34.

BRANDÃO, Fátima; ROWLAND, Robert – *História da propriedade e comunidade rural*. Análise social. Lisboa, vol. XVI, nº 61-62, 1980, p. 173-207.

BRAUDEL, Fernand – *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1982.

BRETTELL, Caroline – *Homens que partem mulheres que esperam: Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Trad. de Ana Mafalda Tello. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

CABRAL, Manuel Villaverde – *Materiais para a história da questão agrária em Portugal, séculos XIX e XX*. Porto: Inova, 1974.

CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do século XX*. Lisboa: Regra do Jogo, 1979.

CABRAL, Manuel Villaverde – *A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias da população rural perante a industrialização e a urbanização*. Análise social. Lisboa. Vol. XIX, 1983, p. 199-234.

CALDAS, Eugénio de Castro – *Formas de exploração da propriedade rústica*. Lisboa: Sá da Costa, 1947.

CARQUEJA, Bento – *O futuro de Portugal*. Porto: Lello & Irmão, 1920.

CASIMIRO, Cláudia – *Representações sociais de violência conjugal*. Análise social. Lisboa. ISSN 0003-2573. Vol. XXXVII, nº 163, 2002, p. 603-630.

CASTRO, Armando de – *A economia portuguesa do século XX (1900-1925)*. Lisboa: Edições Setenta, 1973.

CEPEDA, Francisco José Terroso – *Emigração, regresso e desenvolvimento no nordeste interior português*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro, 1988, (policopiado).

CORDEIRO, António de Meneses – *Trás-os-Montes: graves problemas das suas aldeias: técnica descontrolada*. Bragança: [s.n], 1964.

DENNIS, Richard – *Cities of the nineteenth-century*. A Social Geography. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

DEUSDADO, Domingos Ferreira – *Traz-os-Montes: história, etnografia, riquezas regionais, industrias domésticas*. Lisboa: A Voz, 1930.

DUPÂQUIER, J.; HÉLIN, É.; LASLETT, P.; LIVI-BACCI, M.; E SOGNER, S., (eds) – *Marriage and Remarriage in Populations of the Past*. Londres: Academic Press, 1981.

EVANGELISTA, João – *Um século de população portuguesa*. Lisboa: I.N.E., 1971.

FERREIRA, Pedro Moura; ABOIM, Sofia – *Modernidades, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento*. Análise social. Lisboa. ISSN 0003-2573. Vol. XXXVIII, nº 163, 2002, p. 411-446.

FILIFE, Alda Maria Mourão – *Comunidades rurais do interior do distrito de Coimbra na segunda metade do século XVIII: Um itinerário económico e social*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1990.

FLANDRIN, Jean-Louis – *Familles, Parente, Maison, Sexualité dans l'ancienne Société*. Paris : Hachette, 1976.

FREITAS, E. ; ALMEIDA, J. Ferreira e CABRAL, M. V. – *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura: Estruturas agrárias em Portugal Continental, 1950-1970*. Lisboa: Presença, 1976.

GIRÃO, Amorim – *Esboço de uma Carta Regional de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.

GIRÃO, Amorim – *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1960.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 2ª. ed., Lisboa: Arcádia, 1975.

GOODY, Jack – *Production and Reproduction: a comparative study of the domestic domain*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

GOODY, Jack – *The development of the family and marriage in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HAJNAL, John - *Two kinds of pre-industrial household formation system*. In WALL, Richard, ROBIN, Jean, e LASLETT, Peter – *Family Forms in Historic Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 65-104.

HALL, Catherine, *Lar doce lar*. In ARIÉS, Phillipe e DUBY, Georges (dir) – *História da vida privada*, (1987), vol. IV, ed. port.,. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 53-87.

JUSTINO, David – *A Formação do Espaço Económico Nacional: Portugal, 1810-1913*. Lisboa: Vega, 1988-1989. 2 vol.

LASLETT, Peter – *Family and household as work group and kin group: areas of tradicional Europe compared*, in WALL, Richard, ROBIN, Jean e LASLETT, Peter, *Family Forms in Historic Europe*, Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 513-563.

LASLETT, Peter e WALL, Richard, (orgs.) – *Household and Family in Past Time*, Cambridge, Cambridge University Press, 1972.

LASLETT, Peter – *Família e domicílio como grupo de trabalho e como grupo de parentesco: comparação entre áreas da Europa Ocidental*, in MARCÍLIO, Maria Luísa – *População e Sociedade. Evolução das Sociedades Pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 137-170.

LASLETT, Peter – *O mundo que nós perdemos*. (ed. port.). Lisboa: Cosmos, 1975.

LIMA, Aida Valadas – *Agricultura a tempo parcial em Portugal: uma primeira aproximação à sua quantificação*. Análise social. Lisboa. Vol. XXII, nº 91, 1986, p. 371-379.

LIVI-BACCI, Massimo – *A Century of Portuguese Fertility*. Princeton: Princeton University Press, 1971.

MARTINS, P^e. Firmino A. – *Folklore do Concelho de Vinhais*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928. 2 vol.

MARTINS, P^e. Firmino A. – *Alguns Apontamentos Etnográficos e Folclóricos sobre o Casamento na Região Vinhaense*. Edição Especial da Câmara Municipal de Vinhais, 1990.

MARTINS, Oliveira – *Fomento Rural e Emigração*. 3^o ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.

MEDEIROS, Fernando – *Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal: o contributo da escola de Le Play, 1908-1934*. Análise social. Lisboa. Vol. XXIII, nº 95, 1987, p. 97-116.

MONTEIRO, Lídia Maria – *O trabalho da mulher na exploração agrária familiar: estudo de uma aldeia transmontana*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro, 1989.

MOTA, Guilhermina – *Estruturas familiares no mundo rural. Grupos domésticos no Bispado de Coimbra em 1801*, separata da «Revista Portuguesa de História», nº 24, Coimbra, 1990, p. 10-66.

NAZARETH, J. Manuel – *A nupcialidade da população portuguesa na segunda metade do século XIX*. In *estudos de História de Portugal (Homenagem a A. H. de Oliveira Marques)*. Lisboa: Estampa, 1983, vol. 2, p. 395-409.

NAZARETH, J. Manuel – *Princípios e Métodos de Análise Demográfica*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

NAZARETH, J. Manuel; e SOUSA, Fernando de, - *A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime: Samora Correia em 1790*. Lisboa: I.C.S., 1987.

O'NEILL, Brian Juan – *Proprietários, lavradores e jornaleiros: Desigualdade Social numa aldeia transmontana, 1870-1978*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

O'NEILL, Brian Juan – *Repensando trabalhos colectivos lúdicos. A matança do porco em Alto Trás-os-Montes*. In *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 471-520.

PEREIRA, Gaspar Martins – *Estruturas familiares na cidade do Porto em meados do século XIX: a freguesia de Cedofeita*. Porto, 1986 (dissertação de mestrado)

PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento, 1995. ISBN: 972-36-0368-3.

PINTO, José Madureira – *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos campos: Elementos de teoria e de pesquisa empírica, 2ª ed.* Porto: Edições Afrontamento, 2000. ISBN: 972-36-0502-3.

REIS, Jaime – *O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)*. Análise social. Lisboa, vol. XX, nº 80, 1984, p. 7-28.

RIBEIRO, Maria Manuela Macedo – *Estratégias de reprodução socioeconómica das unidades familiares camponesas, em regiões de montanha (Barroso, 1940-1990): um estudo de sociologia em que as mulheres também contam*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1997. ISBN: 972-31-0764-3.

RIBEIRO, Orlando – *Ensaio de Geografia Humana e Regional*. Lisboa: Sá da Costa, 1970.

RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Sá da Costa, 1987.

RODRIGUES, Teresa – *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995. ISBN 972-8081-69-3.

RODRIGUES, Teresa – *Os factores de mudança no Portugal das Regiões (Séculos XIX e XX)*. In *População e Sociedade*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. ISSN 0873-1861. nº 7, 2001, p. 173-190.

ROWLAND, Robert – *Âncora e Montaria, 1827: Duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das Companhias de Ordenanças*. «Studium Generale – Estudos Contemporâneos» nº 2/3, 1981, p. 199-242.

ROWLAND, Robert – *Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada*. In *Ler História*, nº 3, 1984, p. 13-22.

SARACENO, Chiara – *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. ISBN 972-33-1235-2.

SEGALEN, Martine, *Sociologia da Família*. ed. port. Lisboa: Terramar, 1999. ISBN 972-710-234-4.

SERRÃO, Joel – (dir) *Dicionário da História de Portugal*, 2ª ed., 6 vol. Iniciativas Editoriais, 1975-1978.

SHORTER, Edward – *Naissance de la famille moderne, XVIII^e- XX^e Siècles*. ed. francesa. Paris: Ed. du Seuil, 1977.

SOUSA, Fernando de – *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, 2 vol., Porto, 1979. (dissertação de doutoramento)

TABORDA, Vergílio – *Alto Trás-os-Montes (estudo geográfico)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.

TILLY, Louise A., e SCOTT, Joan W. – *Les femmes, le travail et la famille*. 1978, ed. francesa. Paris: Éd. Rivages, 1987.

TORGA, Miguel – *Portugal*, 6ª ed., Coimbra, 1993.

TRINDADE, M. Beatriz Rocha – *Sobrevivência e progresso de uma aldeia despovoada*. In *Geographica*, nº 35, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1973.

VAQUINHAS, Irene Maria – *A condição camponesa entre o mito e a realidade*. In MATTOSO, José – (dir) *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. 5. ISBN: 972-42-0752-8, p. 479-491.

VASCONCELOS, Pedro – *Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe*. Análise social. Lisboa. ISSN 0003-2573, vol. XXXVII, nº 163, 2002, p. 507-544.

WALL, Karin – *Agricultura e família em Portugal: elementos para uma leitura crítica*. In *Aspectos de Portugal Rural*. Braga: XIII, Congresso Europeu de Sociologia Rural, 1986, p. 89-106.